

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

<u>O Globo: Para governo, conta de luz deve cair. Mercado prevê alta de preço</u>	5
<u>O Globo: Salto com privatização</u>	7
<u>O Globo: Nota</u>	15
<u>O Globo: Além do ganho fiscal</u>	17
<u>O Estado de S. Paulo: Eletrobrás tem alta de 49% nas ações após anúncio de privatização</u> .	20
<u>O Estado de S. Paulo: Venda pode reforçar cofres em R\$ 17 bi</u>	21
<u>O Estado de S. Paulo: PMDB comandou a Eletrobrás em todo o período do governo PT</u>	28
<u>O Estado de S. Paulo: Notas</u>	30
<u>O Estado de S. Paulo: Direto da Fonte</u>	32
<u>Folha de S. Paulo: Governo quer estabelecer limite para sócios na Eletrobras</u>	38
<u>Folha de S. Paulo: Administrar insatisfações do PMDB é barreira para vender empresa até 2018</u>	40
<u>Correio Braziliense: Ações disparam e bolsa chega a 70 mil pontos</u>	47
<u>Valor Econômico: Itaipu e nucleares estão fora da lista do governo</u>	57
<u>Valor Econômico: Privatização da Eletrobras agrada elétricas</u>	59
<u>Valor Econômico: Ex-presidente do conselho da estatal, Elena Landau elogia proposta de Temer</u>	66
<u>Valor Econômico Para gestores, mercado de capitais ganha com Eletrobras fortalecida</u>	72

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	5
Título: Para governo, conta de luz deve cair. Mercado prevê alta de preço	5
Título: Rodrigo Maia elogia, e oposição critica proposta.....	6
Título: Salto com privatização	7
Título: ‘Empresa não será vendida a preço de banana’	9
Título: ‘Os rios são um recurso público estratégico’	11
Título: ‘Uma estatal não consegue ser tão eficiente’	13
Título: Nota.....	15
Título: Cemig busca R\$ 6,2 bilhões junto ao BNDES	15
Título: Além do ganho fiscal.....	17
Título: Privatização da Eletrobras é lado positivo da crise.....	19
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	20
Título: Eletrobrás tem alta de 49% nas ações após anúncio de privatização	20
Título: Venda pode reforçar cofres em R\$ 17 bi	21
Título: Itaipu e usinas nucleares estão fora do pacote	23
Título: Chineses, fundos e europeias na lista de candidatos	23
Título: Privatização leva em conta a conjuntura econômica	24
Título: ‘A Eletrobrás não consegue mais competir’	25
Título: Usina da Cemig entrará no programa de concessões.....	27
Título: PMDB comandou a Eletrobrás em todo o período do governo PT	28
Título: Elevar mais as exportações de manufaturados	29
Título: Notas	30
Título: No banco	31
Título: Direto da Fonte	32
Título: Energia e interesse público	32
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	34
Título: Privatização bem-vinda.....	34

Título: Após privatização da Eletrobras, governo estuda corte em plano de saúde dos Correios e PDV na EBC.....	35
Título: Governo quer estabelecer limite para sócios na Eletrobras.....	38
Título: Administrar insatisfações do PMDB é barreira para vender empresa até 2018	40
Título: Petrobras,.....	41
Título: Venda da Eletrobras trará R\$ 30 bi se novas regras passarem pelo Congresso	41
Título: Fisco acusa dono da CSN de fraude para não pagar tributo sobre herança.....	43
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	45
Título: Especialistas divergem sobre tarifa mais baixa.....	45
Título: Ações disparam e bolsa chega a 70 mil pontos	47
Título: Sonegação frustrará receita.....	48
VEÍCULO: Valor Econômico	49
Título: A necessidade de reorganizar o setor elétrico a curto prazo	49
Título: A China e a revolução da energia.....	52
Título: Eletrobras vai ajudar ajuste fiscal	55
Título: Itaipu e nucleares estão fora da lista do governo.....	57
Título: Destaques	58
Título: Privatização da Eletrobras agrada elétricas	59
Título: Fundos de pensão estão preparados.....	61
Título: Sindicatos articulam reação ampla	62
Título: Governo perde R\$ 228 bi com Eletrobras.....	64
Título: Ex-presidente do conselho da estatal, Elena Landau elogia proposta de Temer	66
Título: Base aliada do governo reage contra inclusão de venda de Furnas e Chesf	67
Título: Euforia com Eletrobras puxa ações de estatais	68
Título: Bônus da elétrica podem ganhar com venda	71
Título: Para gestores, mercado de capitais ganha com Eletrobras fortalecida.....	72
Título: Usinas reverterem prejuízo com revisão de processos.....	73
Título: Preços ainda estão abaixo do patamar pré-crise de 2008.....	75
Título: Evento atrai governo para o debate	76
Título: Exportar é saída para queda da demanda interna	77
Título: China deve preservar a hegemonia	79
Título: Desempenho do setor melhora e aponta para recuperação	81
Título: Custo logístico toma 15% da receita líquida.....	82
Título: Empresas buscam competitividade com adoção de novas tecnologias.....	84

Título: Descarte inadequado dificulta a reciclagem.....	86
Título: Protocolo do Carvão avança com novos incentivos	87
Título: Setor de bens de capital ainda sofre com retração nas vendas	88
Título: Automotivo dá sinais de retomada do consumo.....	90
Título: Queda na construção afeta área de aços longos.....	91
Título: Linha de especiais atrai investimentos	93
Título: Para especialista, produto de nicho é crescente e rentável	94
Título: Geração eólica estimula as vendas de aço elétrico	96
Título: Eficiência requer boa comunicação	97

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura, Bruno Rosa e Glauce Cavalcanti****Título: Para governo, conta de luz deve cair. Mercado prevê alta de preço**

Ministro de Minas e Energia diz que benefício será percebido a médio prazo

O **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, afirmou ontem que a privatização da Eletrobras deve levar, a médio prazo, a uma conta de luz mais barata com a saída da União do controle da estatal. Segundo ele, a privatização será concluída até o fim do primeiro semestre de 2018, ou seja, antes da eleição presidencial.

— Num primeiro momento, não muda nada para o consumidor. A partir da privatização, haverá redução dos custos da empresa e ganho de eficiência para, no futuro, ter uma tarifa para o consumidor final mais barata. Vai ter um cálculo sobre o impacto ao consumidor. Nas nossas contas, com a eficiência que vai ganhar a empresa, a nossa estimativa é que será uma conta de energia mais barata a médio prazo — disse o ministro, acrescentando que o nome Eletrobras também deve ser mantido.

Porém, de acordo com especialistas, a tendência é que o preço da conta de luz suba para o consumidor. Isso vai acontecer porque, com a privatização, as 14 usinas geridas pela Eletrobras sairão do chamado regime de cotas, criado em 2012 na medida provisória (MP) 579 no governo da ex-presidente Dilma Rousseff. A medida forçou uma redução no valor da tarifa. De acordo com esse sistema, a Eletrobras é remunerada pela energia vendida a preços fixos, mas não absorve os riscos da falta de chuvas, por exemplo. Nesse modelo, o preço do megawatt/hora sai em torno de R\$ 61, valor que não paga os custos dessa operação.

— A privatização vai aumentar o valor da tarifa. Os leilões das usinas Ilha Solteira e Jupiá (em novembro de 2015) tiveram megawatt/hora de cerca de R\$ 123. Portanto, maior que o valor do regime de cotas. O valor atual de R\$ 60 é insuficiente. Há muitas pressões de preços para as tarifas — destacou Ricardo Savoia, diretor da Thymos Energia.

IMPACTO DA REGULAÇÃO

O processo de "descotização" será feito por meio de uma medida provisória, que deve ser enviada pelo governo ao Congresso em setembro. Só após a aprovação dessa mudança é que a privatização deve ser concluída. Segundo especialistas, o

governo também usará as contribuições da consulta pública 33, que prevê um novo marco regulatório para o setor de energia, com o fim do regime de cotas para todas as empresas que aderiram à MP 579.

Marcelo Davanzo, diretor financeiro da Safira Energia, o fim do regime de cotas vai aumentar o valor da tarifa. Ele cita o preço atual dos contratos de longo prazo no mercado livre, cujo megawatt/hora varia entre de R\$ 150 e R\$ 170. No caso do mercado de curto prazo (spot), o preço chega a cerca de R\$ 450: — A privatização é positiva, pois vai resolver problemas na companhia. Mas o fim do regime de cotas vai elevar o preço daqui para frente. Isso porque as empresas vão vender energia a preço de mercado e não com um valor fixo.

Sandro Cabral, professor de estratégia do Insper, afirma que a evolução dos preços vai depender da regulação. — Os preços (na conta de luz) também dependem da regulação. Ainda que houvesse um enxugamento de custos, é difícil dizer. Custo é uma coisa; preço, outra. E preciso entender o que a regra vai permitir.

Olga Simbalista, presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben), também avalia que o preço deve subir, mas pondera que é preciso esclarecer como ficarão as usinas nucleares e a de Itaipu. — O impacto da privatização das usinas cotizadas na conta de luz está calculado em alta de 7%. Tirando o sistema de cotas, o preço vai subir. Será que se houver uma mudança fantástica na gestão, seria possível enxugar o preço?

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Cristiane Jungblut, Maria Lima e Eliane Oliveira

Título: Rodrigo Maia elogia, e oposição critica proposta

Dilma afirma, no Twitter, que país pode voltar a ter apagões

A privatização da Eletrobras causou polêmica no meio político. Enquanto o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), classificou a decisão do governo de "histórica", o PT chamou a medida de "irresponsável"! A ex-presidente Dilma Rousseff entrou na discussão e criticou o Ministério de Minas e Energia. "Vender a Eletrobras é abrir mão da segurança energética. Como ocorreu em 2001, no governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), significa deixar o país sujeito a apagões", escreveu Dilma em seu perfil no Twitter.

"O resultado é um só: o consumidor vai pagar uma conta de luz estratosférica por uma energia que não terá fornecimento garantido", acrescentou.

"CABIDES DE EMPREGO"

Rodrigo Maia argumentou que a empresa teve prejuízos, sobretudo, nos governos do PT. Para ele, é preciso privatizar várias empresas públicas que são apenas "cabides de emprego com má gestão"!

— Para mim, essa é uma notícia histórica. Não tem nenhuma necessidade de o governo ter o controle, a gestão da Eletrobras, porque a gente viu que os últimos anos, principalmente no governo do PT e da presidente Dilma, foram desastrosos. Aliás, a declaração da presidente Dilma me dá muito conforto na decisão de privatizar. Se ela diz que há um risco para o setor de energia no Brasil, eu digo o contrário. Privatizar a Eletrobras, privatizar mais de cem empresas públicas que não servem para nada, são meros, na sua maioria, cabides de emprego e muito más na sua gestão.

A bancada do PT na Câmara divulgou nota em que repudia a decisão. Segundo o comunicado, assinado pelo líder do PT na Câmara, Carlos Zarattini (SP), o governo atual propõe a privatização do setor elétrico nacional sem levar sequer em consideração impedimentos constitucionais referentes ao controle da Eletronuclear e aos acordos binacionais.

"Essa é uma medida irresponsável e entreguista que afeta os interesses de toda a população brasileira. E uma mudança geral e drástica do marco regulatório do setor elétrico, criado nos governos Lula e Dilma, que proporcionou segurança energética e expansão do parque gerador e de transmissão", diz um trecho da nota.

O senador Jorge Viana (PT-AC) disse que a privatização da Eletrobras não pode ser usada para tapar o rombo fiscal. Já o senador Álvaro Dias (Pode-PR) fez um alerta: — E temerário defender a privatização de empresas energéticas, porque é um setor essencial, sobretudo nesse ambiente de esquizofrenia política de um governo sem credibilidade. Essa possibilidade oferece riscos de prejuízos", disse o senador Álvaro Dias (Pode-PR).

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Salto com privatização

Ações da Eletrobras disparam 49%, mas há dúvida sobre como será a operação.

Rennan Setti, Manoel Ventura, Bárbara Nascimento, Chico Prado, Ana Paula Ribeiro e Marina Brandão

-O mercado financeiro reagiu com euforia à decisão do governo de privatizar a Eletrobras, mesmo sem maiores detalhes sobre o modelo de venda. Com a perspectiva de menor ingerência política na companhia, as ações ordinárias (com voto) da estatal dispararam 49,3%, para R\$ 21,20, a maior alta diária da história da empresa. Em apenas um dia, a companhia ganhou R\$ 9 bilhões em valor de mercado e passou a ser avaliada em R\$ 29,3 bilhões. A valorização dos papéis da Eletrobras impulsionou a Bolsa: 49 das 58 ações do Ibovespa, índice de referência dos investidores, encerraram o pregão em alta, com destaque para o avanço de estatais. O Ibovespa subiu 2%, aos 70.011 pontos, maior patamar desde janeiro de 2011.

— Ninguém esperava o anúncio, mas é uma ótima sinalização, já que a empresa tem imensos problemas financeiros, e acaba acendendo a esperança de que o governo faça isso com outras estatais — disse Lucas Marins, analista da Ativa Investimentos.

Para André Rosenblit, diretor de Mercado de Capitais e Renda Variável do Santander, "os olhos dos investidores brilharam" com o anúncio porque querem "um controlador cujo foco esteja no lucro, não nos problemas estruturais do país". O banco estimava que a ação chegaria a R\$ 29 daqui a um ano, mas espera valorização maior com a privatização. — Se as condições operacionais e de mercado forem perfeitas para a Eletrobras, sua ação tem potencial para valer até R\$ 70 — disse Rosenblit.

EXECUTIVOS VEEM INTENÇÃO DE REFORMAR SETOR

Apesar das projeções, o cenário ainda é de incerteza. O modelo de venda ainda não está oficialmente definido. A tendência, porém, é que a empresa faça um lançamento de ações, que não seriam compradas pela União. Com os recursos, a empresa compraria de volta 14 usinas hidrelétricas, que tiveram seu controle transferido para a União em 2012 como resultado da medida provisória (MP) 579, que forçou a redução das contas de luz e jogou a companhia numa espiral de resultados negativos. Esta solução, ao contrário das demais em estudo, como venda de controle, permite que os recursos sejam usados para abater o rombo nas contas públicas em 2018, estimado em R\$ 159 bilhões. Analistas do Bradesco BBI destacam que o governo tentará concluir a operação antes da eleição diante do quadro fiscal.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou ontem que o governo ainda avalia a modelagem de venda, que tem previsão de arrecadação de R\$ 20 bilhões. Meirelles evitou comentar se os recursos entrariam no caixa em 2017 ou 2018: — Estamos agora trabalhando na modelagem do processo e fazendo avaliação de como será encaminhado tudo isso. Tão logo tenhamos números mais precisos

e avaliações de mercado um pouco melhor concretizadas, aí vamos fazer o anúncio completo.

A analista Cristiane Spercel, da Moody's, diz que a decisão suscita dúvidas sobre o apoio da União à companhia no futuro. "O plano do governo de privatizar a Eletrobras é negativo ao crédito, sobretudo porque introduz incerteza sobre em que medida o governo suportaria a Eletrobras em momentos de necessidades inesperadas. O plano cria distrações para a administração que podem atrapalhar outras iniciativas, incluindo a estratégia de reestruturação da companhia" afirmou em nota.

Assim como o mercado financeiro, executivos do setor foram pegos de surpresa pela notícia, mas avaliam que a decisão do governo demonstra a intenção de fazer uma grande reforma na área.

— Ficou clara a vontade do governo de fazer uma intervenção estruturante no setor elétrico — afirmou o presidente da EDP Energias do Brasil, Miguel Setas, que destaca que ainda é cedo para avaliar a atratividade da Eletrobras.

Para José Luiz Alqueres, ex-presidente da Eletrobras, apesar de os chineses serem apontados como principais interessados, eles devem encontrar concorrência forte na Europa e nos EUA: O mundo inteiro vive uma situação de excesso de liquidez e falta de projetos de investimento que ofereçam retornos atrativos.

O ministro de **Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, disse que os funcionários não serão prejudicados e passarão a ser "avaliados pela meritocracia" O Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região (Sintergia-RJ) informou que prepara uma greve nacional a partir do próximo mês. O Sindicato dos Engenheiros do Rio diz que fará atos contra a privatização.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: 'Empresa não será vendida a preço de banana'

Corpo a corpo

WILSON FERREIRA JÚNIOR

Para presidente da Eletrobras, processo de reestruturação continua. Ele avalia que decisão de privatizar a companhia deve ajudar Plano de Demissão Voluntária, que tem meta de adesão de 2.500 empregados

- O plano de reestruturação fracassou?

Não, tudo continua sendo feito do mesmo jeito. Todas as ações previstas no plano têm o poder de valorizar a companhia.

- Qual o objetivo da privatização?

O Brasil oferece um conjunto de oportunidades para crescimento, tanto que já tem grandes grupos aqui, como a EDP, Enel, EDF. Essas empresas são grandes corporações mundiais com custo capital mais baixo, com agilidade maior, como estamos querendo nos transformar.

- Não é um risco passar quase um terço da geração de energia do país ao setor privado?

Quando a transação for concluída, vamos ter uma corporação, como a Vale e a Embraer. O governo continuará com uma participação relevante, da golden share.

- Quais são os problemas de gestão?

A origem dos problemas da Eletrobras é que não conseguiu adequar seus custos às suas receitas. Quando se aplicou a medida provisória 579, a companhia teve queda permanente em suas receitas em quase 25%.

- Mas a empresa continuou investindo...

Sim, na mesma época tomou decisões de investimentos de grande porte, com taxas de retorno que se mostraram baixas. É uma conjunção de iniciativas que agravaram a situação da companhia.

- As mudanças que estão sendo feitas na gestão permitirão reduzir pessoal?

Sim, estamos implantando um modelo de gestão com menos gerências, serviços compartilhados, isso dará condição de reduzir empregados.

- O anúncio da privatização pode afetar o programa de demissão voluntária?

Não, pode até ajudar. O Plano de Demissão Voluntária será lançado no fim do ano, para começar em janeiro de 2018, iniciando no Rio de Janeiro, a partir da unificação dos serviços compartilhados de várias empresas do grupo. A previsão de adesão é de 2.500 empregados.

- Quando a privatização deverá ocorrer?

Tem um procedimento longo para virar realidade, idealmente até o fim do primeiro semestre de 2018. Não vamos parar a Eletrobras. As iniciativas

continuam porque isso vai valorizar a companhia. A empresa não será vendida a preço de banana.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Glauce Cavalcanti

Título: 'Os rios são um recurso público estratégico'

Entrevista : Edmar Almeida

Antes de privatizar a Eletrobras, o governo deve construir a nova regulação do setor elétrico, com regras claras, avalia o professor do grupo de Economia da Energia do IE/UFRJ. Ele ressalta ainda o papel estratégico dos reservatórios do Brasil

- O modelo de geração de energia de matriz hídrica no Brasil é comparável ao de outros países?

Canadá, Noruega e outros grandes, como China e Rússia, ou mesmo EUA. Com exceção deste último, nos demais predomina o modelo estatal. Mas o Brasil tem o sistema de matriz hidrelétrica com a maior capacidade de reservatório do mundo. Trata-se de um ativo diferenciado. Isso tem um papel estratégico enorme no nosso setor elétrico. Não será possível, no processo (de privatização da Eletrobras), ignorar isso, o tamanho e a importância dos reservatórios. Os rios são um recurso público estratégico. A discussão sobre quem tem potencial para desenvolver uma bacia hidrográfica, garantir o uso múltiplo da água, não apenas em geração elétrica, mas para irrigação e outros fins, é fundamental.

- Daí o modelo estatal?

Há também razões econômicas. Construir uma hidrelétrica com reservatório exige investimentos vultosos, dos quais a iniciativa privada não dá conta. O modelo estatal muda de país para país. Há uma enorme diferença das termelétricas, por exemplo, do ponto de vista do interesse público.

- O governo argumenta que a Eletrobras vai melhorar.

O argumento é que a privatização vai melhorar a governança da Eletrobras. Todos sabem que isso está muito ruim nas estatais. Mas o debate tem de chegar a uma conclusão clara sobre de que forma a menor participação do estado na Eletrobras vai melhorar as condições da companhia. Ou a vantagem é apenas o dinheiro? É preciso lembrar o interesse público envolvido. Ainda existe o nó político-

regulatório. Falta aceitação social a novas hidrelétricas no Brasil, em consequência de problemas de execução em alguns projetos.

- A privatização da geração já foi proposta no Brasil?

O Brasil tem hidrelétricas privadas. Na década de 1990, foi abordado o processo de privatização (da geração), mas houve grande resistência, principalmente de Minas Gerais e Nordeste. Agora, continua sendo preciso responder aos desafios que foram levantados naquela época.

- Como quais?

Existe a questão dos reservatórios, que passa por entender qual será o uso e quem pode gerar energia. É preciso garantir que o interesse privado não se sobreponha ao uso público da água.

- É uma questão de regulação?

É preciso entender como seria a regulação, porque dentro do próprio setor elétrico existem interesses econômicos muito pesados. A distribuição de custos e benefícios, num modelo setorial com a retirada da Eletrobras e a entrada de um controlador privado, que não está ali para fazer intervenção para rebaixar tarifa, como é que fica? Existe um jogo de forças.

- Na época do racionamento, especialistas diziam que a situação teria sido pior se a geração tivesse sido privatizada.

Começaram a privatização pela distribuição, porque era um segmento que encontrava menor resistência política e tinha maior atratividade. É o caixa do setor elétrico. Para o governo desesperado por recursos, foi feito assim. Vender a hidrelétrica é mais difícil, pelo modelo setorial que desenha o mercado de energia elétrica.

- Qual lição a década de 1990 deixou?

É preciso ter uma regra muito clara para o setor, sobre o fluxo de caixa previsto. Não se conseguiu definir um modelo de mercado. Agora, existe a proposta de remodelação do marco regulatório do setor elétrico. Primeiro, é preciso fixar as regras.

- O prazo de seis meses para privatizar a Eletrobras (que chegou a ser citado pelo governo antontem) seria viável?

Seria um desafio tremendo fazer a reforma do setor elétrico num período tão curto. O debate sobre a privatização pode ser parte da concepção desse novo

modelo (de regulação). Mas a venda de ativos deveria ser posterior. O valor dos ativos depende das condições do mercado.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: 'Uma estatal não consegue ser tão eficiente'

Entrevista : Elena Landau

A economista e advogada, que comandou as privatizações no governo Fernando Henrique, não vê riscos ao abastecimento e considera que desafio é privatizar antes das eleições. Ela defende que a Petrobras também saia das mãos do governo

- Não é um risco passar para o setor privado uma empresa que tem 31% da geração e 47% da transmissão?

A regulação garante competição na geração, e a busca de eficiência e competição deve valer tanto para quando os 31% estão nas mãos de uma estatal como quando estão em mãos privadas. Uma geração competitiva deve ser buscada sempre. Na transmissão não tem problema, porque é completamente regulada. Se a privatização ocorrer, essa questão terá de ser discutida. Que competição o país vai querer? Como será estimulada? Isso não é um problema exclusivo de ser privado ou estatal.

- A Eletrobras entrou em maus negócios?

Por ser estatal, ela entrou em determinados leilões com taxas de retorno muito abaixo do setor privado, e isso, na época, foi considerado patriótico. No fundo, as pessoas acham que, quando há presença do setor estatal, ele está fazendo o melhor. Mas não é sempre assim. Foi o que aconteceu no governo Dilma Rousseff, com essa visão equivocada de poder intervir, controlar preços, ter taxas de retorno mais baratas.

- A privatização da Eletrobras deve acontecer após a mudança da regulamentação do setor, hoje em estudo?

Deve caminhar junto. Se de fato se está caminhando para o mercado livre, tudo tem de ser visto no pacote de mudança do setor, não só a Eletrobras. O setor está mudando no sentido de aumentar o mercado livre e a competição.

- E a privatização da Eletrobras é importante para essas mudanças?

Sim, porque uma empresa estatal não consegue ser tão eficiente quanto o setor elétrico precisa. Ela não consegue contratar livremente, não consegue gerir o pessoal livremente, ela tem uma série de amarras.

- Pela forte participação da Eletrobras na geração e transmissão, e pelas características do sistema elétrico brasileiro interligado, a privatização não trará problemas?

Não entendo assim. Veja o que aconteceu no setor elétrico nos últimos dez anos. É o maior índice de judicialização que o setor já teve, o maior índice de inadimplência, houve erros regulatórios tremendos, tarifaço, intervenção, tudo aconteceu porque a Eletrobras é estatal. O governo Dilma achou que, através da Eletrobras, poderia mudar as leis básicas da economia e do mercado, e quebrou a empresa. No setor privado, esse tipo de ingerência não vai acontecer.

- Quais os principais problemas da estatal?

A nova administração começou com a empresa com uma relação de sua dívida com seu caixa que era de quase oito vezes, o que é inadmissível. E para fazer esse ajuste é preciso ter liberdade para ajustar pessoal, vender ativos. Uma estatal não consegue ter agilidade na administração de sua dívida, de seus ativos e de pessoal como o setor privado.

- A situação difícil da Eletrobras foi resultado de má gestão ao longo dos últimos anos?

Lógico que é, mas quem é responsável direto pelo que aconteceu na Eletrobras que quase levou a empresa a quebrar foi a ex-presidente Dilma, seja porque permitiu indicações políticas, seja porque interveio na empresa para controlar preços, seja porque impôs consórcios com taxas de retorno baixas.

- Será possível fazer a privatização até 2018?

O maior impedimento dessa privatização não é sua estruturação, e sim o ambiente político. Para fazer em 2018 entra no meio das eleições, é um grande desafio conseguir fazer isso antes das eleições, no primeiro semestre de 2018.

- Depois da Eletrobras, pode-se abrir um caminho para privatizar a Petrobras?

Espero que sim, porque se você conseguir implantar no Brasil um modelo de corporação que dê certo, já temos Vale, Embraer, por que não a Petrobras? Ela está sendo reconstruída agora por Pedro Parente, e quando ele sair? Essa é a questão, esse é um patrimônio nacional, não é de um partido.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / coluna****Autor: Ancelmo Gois****Título: Nota**

O Macron da caatinga

A decisão do **ministro de Minas e Energia, o pernambucano Fernando Coelho Filho**, 33 anos, de privatizar a Eletrobras surpreendeu todo mundo do setor — inclusive na estatal. Um deus dessa área acha que o desafio do nosso Emmanuel Macron não é fácil: — Afinal, o governo tenta privatizar a Cepisa, do Piauí, e não consegue. A conferir.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Cemig busca R\$ 6,2 bilhões junto ao BNDES**

Recursos permitiriam que empresa comprasse três das usinas que estão em disputa judicial com a União

Manoel Ventura, Geralda Doca, Glauce Cavalcanti, Martha Beck e Bárbara Nascimento.

Na tentativa de levantar recursos para renovar os contratos de três usinas hidrelétricas que o governo federal quer leiloar, a diretoria da Cemig se reuniu ontem com representantes do BNDES em busca de um empréstimo de R\$ 6,2 bilhões. Segundo interlocutores que participaram da reunião, o BNDES estaria disposto a buscar uma solução para financiar a empresa diretamente ou via BNDESPar. A estatal pressiona a União a dar-lhe preferência para ficar com esses ativos, mas a equipe econômica insiste em fazer uma concorrência com vários agentes privados, na qual espera obter pelo menos R\$ 11 bilhões para conseguir fechar as contas de 2017.

O deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG), um dos interlocutores das negociações entre Cemig, BNDES e governo, ao lado do senador Aécio Neves (PSDB-MG), garante que o banco de fomento vai apresentar uma proposta de socorro à companhia mineira. — O BNDES vai estudar uma maneira viável de conceder o financiamento à Cemig, seja por empréstimo ou via BNDESPar. Tudo vai depender do caminho jurídico possível. Amanhã (hoje), o Paulo Rabello (de Castro, presidente do BNDES) já irá comunicar ao presidente Michel Temer que está levantando o que pode ser feito. E que uma proposta estará pronta na segunda-

feira — disse Ramalho, que participou da reunião de executivos da Cemig na sede do banco, no Rio, ontem.

ADIAMENTO DO LEILÃO IRRITA EQUIPE ECONÔMICA

A disputa entre União e Cemig está sendo arbitrada pelo Palácio do Planalto, que não quer desagradar a bancada de Minas Gerais num momento de fragilização do presidente Michel Temer. A ala política sinalizou positivamente para a demanda da estatal mineira. Por isso, a Advocacia-Geral da União (AGU) já pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para adiar o julgamento de uma ação na qual a Cemig pedia a suspensão do leilão. Isso revoltou os técnicos da equipe econômica.— Os técnicos que trabalharam no processo estão decepcionados, arrasados — disse uma fonte do governo.

Mesmo assim, diante da pressão da bancada mineira, o Planalto deu aval para que a equipe econômica negocie com a Cemig, desde que ela consiga obter recursos para pagar à União o valor mínimo pelas usinas. O governo havia marcado para 27 de setembro o leilão das quatro hidrelétricas (São Simão, Jaguará, Volta Grande e Miranda) envolvidas na disputa judicial. A Cemig alega que os contratos de três delas previam a renovação automática das concessões.

Para ficar com essas três usinas (São Simão, Miranda e Jaguará), a Cemig tenta convencer a equipe econômica a vendê-las por R\$ 9,7 bilhões — R\$ 3,5 bilhões em dinheiro próprio e um empréstimo de R\$ 6,2 bilhões junto ao BNDES. A de Volta Grande será devolvida.

Segundo um técnico do governo, o adiamento do julgamento no STF "jogou areia" no leilão. A avaliação é que a decisão do Supremo iria tirar todas as dúvidas jurídicas em torno da legalidade da licitação.

Segundo Ramalho, a partir da proposta do BNDES, seria preciso discutir com o governo a necessidade de uma medida provisória, por exemplo, para que o banco possa financiar a Cemig. A companhia precisa obter entre R\$ 6,2 bilhões e R\$ 6,5 bilhões junto ao banco. Dos R\$ 9,7 bilhões de que necessita para adquirir Jaguará, São Simão e Miranda, a Cemig já dispõe de R\$ 2 bilhões, segundo o deputado, contando ainda com mais R\$ 1 bilhão que receberá do governo em 2018.

Procurado, o BNDES confirmou a realização da reunião, mas não comentou o que foi discutido no encontro.

"PRECEDENTE PERIGOSO" PARA OS CONTRATOS

Na semana passada, a área do governo responsável pelo programa de concessões fez um road show das usinas. Grupos chineses, italianos e portugueses, além da CPFL, demonstraram interesse na disputa, segundo fontes. Mas técnicos temem

que a negociação com a Cemig abra um "precedente perigoso" para todos os contratos de concessão.

Para interlocutores da equipe econômica, também "seria escandaloso" o BNDES financiar a estatal mineira na compra das usinas. Os técnicos estão alertando a cúpula do governo de que não há justificativa junto aos órgãos de controle para dar preferência à Cemig na operação.

Perguntado sobre o assunto, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse ontem que o governo ainda trabalha com a realização do leilão. Ele disse que a empresa está tentando levantar recursos com o BNDES e com outros bancos e que o governo vai "analisar a proposta da Cemig como as de outras operadoras": — O leilão está marcado. A Cemig terá direito a participar do leilão. Para ela conseguir trazer uma proposta que possa justificar a não existência do leilão ainda falta muito. A Cemig tem um caminho grande a andar para fazer isso.

Caso o governo não chegue a um acordo com a Cemig nem arrecade o previsto com o leilão, a frustração das receitas vai consumir toda a margem da meta fiscal pretendida com a ampliação do déficit deste ano em R\$ 20 bilhões, para R\$ 159 bilhões.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Além do ganho fiscal

Foi o governo dizer que está pensando em sair da Eletrobras, e as ações subiram 50% num dia. Ainda que caíam um pouco para corrigir exageros, ficou claro que a avaliação geral é de que o Estado é um peso sobre a empresa. A privatização pode representar uma enorme mudança para melhor no setor de energia, e não apenas o caminho de atingir a meta fiscal.

Temos que refletir sobre essa valorização da ação porque ela mostra como a presença M. do Estado aumenta a incerteza", disse Paulo Pedrosa, secretário-executivo do **Ministério das Minas Energia**.

O setor está no meio de uma mudança de regulação para tentar expurgar todo o modelo desordenado e intervencionista criado pela MP 579. Não era bom antes, mas piorou bastante espalhando prejuízos e irracionalidades. Na semana passada, foi encerrada a fase de consulta pública e agora os técnicos do Ministério se dedicariam a redigir a MP do novo marco para setembro. Com a decisão de privatizar a Eletrobras, a prioridade passou a ser a MP que vai preparar a empresa para a venda. Mas o secretário-executivo do MME diz que a proposta

do novo marco será feita e tem boa base para o trabalho: A qualidade do material que recebemos é excelente. Foram consultadas cinco universidades, recebemos estudos muito bons que nos permitem trabalhar.

Entre as correções a fazer no sistema está o que eles chamam de GSS. Por esse fator de escala de geração, as hidrelétricas, quando há risco hidrológico, são obrigadas a gerar menos e contratar a energia das térmicas para entregar: — Por exemplo, se elas venderam energia a R\$ 160, têm que comprar a R\$ 500 para entregar e isso está destruindo a receita das hidrelétricas — explica Pedrosa.

Mas se o risco hidrológico não ficar com as geradoras, os preços da energia podem subir.

Pedrosa explica que há outro caminho para que não haja impacto tarifário, que é dar mais tempo para concessão. E já existe um acordo nessa direção.

O setor de energia é um politraumatizado.

Além da presença sempre grande do Estado, a intervenção da MP 579 causou fraturas múltiplas. Por outro lado, sempre foi cômodo para todas as empresas envolvidas, e caro para o Tesouro, a construção das grandes hidrelétricas feitas com subsídio embutido em empréstimos baratos e garantias dadas pelo Estado.

— O setor girou durante muito tempo com base nos subsídios altos e empréstimos muito baratos que favoreceram as hidrelétricas distantes e as linhas de transmissão que acabam tendo um preço artificial. Temos que parar de interferir e iludir a sociedade sobre o custo de certos projetos. Precisamos aumentar a eficiência do setor e não inibir a expansão das novas renováveis. Sair do modelo subsidiado para o de valorizar com realismo as fontes verdadeiramente competitivas — diz Pedrosa.

O diretor-executivo do Instituto Acende Brasil, Eduardo Müller Monteiro, compara o desempenho da Eletrobras com o da Engie Brasil, empresa originada da privatização em 1998 da Eletrosul, que era subsidiária da estatal. A Eletrobras acumulou prejuízo de R\$ 27,4 bilhões entre 2012 e 2016, enquanto a Engie lucrou R\$ 7,3 bi. Olhando apenas para o ano passado, a Eletrobras, com receita de R\$ 60 bilhões, lucrou R\$ 3,5 bi. A Engie com R\$ 6 bi de receitas teve lucro R\$ 1,5 bi. A Eletrobras tem 23 mil trabalhadores, a Engie opera com 1,1 mil. No final de junho, enquanto o valor de mercado da estatal era de R\$ 18 bilhões, o da empresa privada chegava a R\$ 22 bi:

— Em 2016, a Eletrobras gerou uma receita de R\$ 2,64 milhões por empregado, enquanto a Engie gerou R\$ 5,82 milhões. Em valor de mercado, a distância aumenta: R\$ 780 mil por empregado (Eletrobras) contra R\$ 20 milhões por empregado (Engie).

Contas assim começaram a ser feitas ontem, para calcular quanto a empresa tem a ganhar quando houver um sistema de governança que impeça a indicação de diretores por políticos, a interferência do governo, as regras limitadoras das estatais.

— Veja que mesmo com o Wilson (Ferreira) lá, o mercado ainda acha o Estado um risco. O Estado é como um leão na sala de visitas. O leão pode estar quieto, mas há sempre o risco de que ele ataque — compara Paulo Pedrosa.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Privatização da Eletrobras é lado positivo da crise

O cenário político é intrincado, e o econômico, incerto. Mas deve-se reconhecer que a crise tem permitido que o país caminhe na direção certa, na formulação de reformas, embora, infelizmente, o enfraquecimento político do governo Temer, devido a denúncias e ao seu telhado de vidro ético, o impeça de avançar, como necessário, na aprovação, no Congresso, das mudanças na Previdência. É certo que a queda do governo lulopetista de Dilma Rousseff facilitou a imposição da agenda das reformas, embora, mesmo ela, se continuasse no Planalto, seria obrigada a fazê-las, por simples questão de sobrevivência. O motor que impulsiona aperfeiçoamentos cruciais na condução da economia é a mais séria crise fiscal de que se tem notícia no país.

Dela derivam o desengavetamento, enfim, da modernização da Previdência, entre outras ações, e, também não era sem tempo, a retomada das privatizações. O governo já havia lançado um programa de parcerias de investimentos (PPI), para ampliar concessões, e, na segunda-feira, anunciou a venda da Eletrobras, holding estatal do setor elétrico — com exceção de Itaipu, por ser binacional, e das usinas nucleares, por imposição constitucional. Deve melhorar os humores na economia, pela relevância desta correta decisão. A equipe econômica espera melhorar a situação fiscal com o aporte estimado de no mínimo R\$ 20 bilhões, a serem levantados com a venda de ações de controle da empresa, sendo criada uma golden share, para a União ter poder de veto em qualquer decisão estratégica.

O mesmo foi feito na venda da Embraer e da Vale. Se a Eletrobras não fosse estatal no governo Dilma, a presidente não colocaria a empresa em enormes dificuldades, ao intervir no setor por meio da MP 579, em 2012, forçando a redução das tarifas em 20% e também mexendo nas concessões, com nítidos objetivos populistas e eleitoreiros. Prejuízos das elétricas terminaram no Tesouro e no bolso da população. Esta é outra grande vantagem da desestatização, para

além do aporte de dinheiro ao Tesouro na venda da empresa: tira dos cofres públicos o enorme custo de ter de sustentar companhias inviáveis e resgatar outras em momentos de dificuldades, muitas vezes criadas pelos próprios governantes.

E ainda permite redução de custos, logo, de tarifas. O modelo de privatização da Eletrobras, pela venda de ações, pode muito bem ser usado para desestatizar a Petrobras, por exemplo. O campo a explorar na mais do que imperiosa redução do tamanho do Estado-empresário é extenso. Basta considerar que recente levantamento oficial contabilizou 159 estatais federais ativas — as 220 inativas também sobrecarregam o Erário —, das quais só 89 têm orçamentos próprios de investimento. Ou seja, 70 dependem abertamente do Tesouro. A crise tem permitido que a sociedade entenda por que paga tanto imposto, e mesmo assim os déficits públicos não zeram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernando Nakagawa e Eduardo Rodrigues e Renato Carvalho

Título: Eletrobrás tem alta de 49% nas ações após anúncio de privatização

Desestatização. Mercado reagiu com euforia ao anúncio de privatização da estatal de energia elétrica, fazendo a Bolsa de Valores fechar em um patamar que não atingia desde 2011; em apenas um dia, valor de mercado da companhia saltou cerca de R\$ 9 bilhões

O anúncio do plano de privatização da Eletrobrás provocou ontem uma onda de euforia no mercado financeiro. As ações da estatal fecharam com valorização de 49,3%, e o valor de mercado da companhia saltou, em um só dia, cerca de R\$ 9 bilhões, atingindo R\$ 29 bilhões. O **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, destacou que, sob nova direção, acabarão as indicações políticas na empresa. E a ingerência política sempre foi vista pelo mercado como um fator limitador na atuação da empresa.

"No momento em que o governo deixa de ser o controlador, haverá perda das prerrogativas de indicações políticas nos conselhos da empresa", disse Coelho Filho, ao lembrar que esse fenômeno também beneficiou outras empresas estatais, como a mineradora Vale.

"O mercado adora a palavra "privatização" e recebeu a notícia com euforia. Esse otimismo foi alimentado pela expectativa de que o governo siga no plano de desestatizações e coloque em prática um pacote de incentivo à infraestrutura", disse Pedro Galdi, analista da Magliano Corretora. "A Eletrobrás tem sido um problema, pelos sucessivos prejuízos, e ao mesmo tempo o governo não tem

recursos para investir no sistema elétrico", disse Luiz Roberto Monteiro, da Renascença Corretora, justificando a euforia do mercado com o anúncio. Com ajuda da Eletrobrás, a Bolsa de São Paulo subiu 2,01%, ultrapassando, pela primeira vez desde 2011, o patamar de 70 mil pontos.

Segundo Coelho Filho, o debate sobre a desestatização da Eletrobras já existia no governo, e repetiu que a empresa -nas condições atuais - tem dificuldades em honrar seus compromissos e ainda competir no mercado. "O aumento de tarifas e de encargos não são alternativas", afirmou.

Apesar da privatização, o ministro disse que o desenho que está sendo estudado para a operação prevê que a União mantenha uma "golden share", com poder de veto em decisões da companhia.

O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, disse que a privatização colocará a empresa em pé de igualdade com outras companhias de energia internacionais, que até já estão presentes no mercado brasileiro. "No pé em que estamos, não teríamos essa condição", admitiu.

Ferreira Júnior assumiu a empresa em julho do ano passado, com a missão de reorganizar as finanças completamente debilitadas. E sempre reclamou das resistências às mudanças dentro da empresa. Por conta disso, chegou a se envolver em uma polêmica este ano: em conversa com sindicalistas para tentar implantar um plano de corte de funcionários, disse que 40% dos chefes dentro da empresa eram "vagabundos".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernando Nakagawa e Eduardo Rodrigues

Título: Venda pode reforçar cofres em R\$ 17 bi

Segundo consultoria, dinheiro pode ajudar a fechar contas do governo em 2018.

A privatização da Eletrobrás pode render R\$ 17 bilhões para o Tesouro Nacional no próximo ano, segundo cálculos da consultoria Thymos Energia feitos a pedido do "Estadão/Broadcast". Essa estimativa leva em conta uma das opções aventadas pelo governo para vender o controle da empresa, que é a estatal levantar recursos na Bolsa de Valores com uma oferta de novas ações e usar o dinheiro para mudar os contratos do setor elétrico, o que geraria um pagamento de bônus à União. O governo ainda não definiu a modelagem de venda da empresa, mas anunciou ontem que a intenção é concluir o processo no primeiro semestre de 2018.

Apesar dessa perspectiva de reforço no caixa, o governo negou que esse seja o principal objetivo da operação. "Trata-se de um movimento muito maior do que apenas a necessidade arrecadatória. Vamos entregar uma nova empresa muito mais ágil após esse processo, com capacidade de enfrentar os desafios em um cenário competitivo com empresas globalizadas", disse o **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**.

A União tem dois caminhos diferentes para deixar o controle da companhia. O primeiro seria uma simples venda da sua participação no capital da empresa, mas os valores recebidos pelo Tesouro nessa operação -meramente financeira - não poderiam ser usados para reduzir o déficit primário (resultado antes do pagamento dos juros da dívida) do governo, estimado em R\$ 159 bilhões. "Nesse caso, os recursos são inscritos como receitas financeiras, e não primárias. Não podem ser usados para o pagamento de despesas correntes", disse o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia.

Já em outra alternativa - muito mais provável em um contexto de penúria das contas públicas -, a própria Eletrobrás emitiria um grande volume de novas ações na Bolsa, o suficiente para que a participação da União fosse diluída no total. Nesse caso, o total de recursos - que pode superar os R\$ 25 bilhões - ficaria com a própria empresa.

Só que, mesmo sem receber um centavo com a privatização da Eletrobrás, o Tesouro acabaria garantindo um reforço considerável por conta de um processo que corre em paralelo. O governo Michel Temer abriu consulta pública para alterar o marco regulatório do setor elétrico e, dentre as mudanças propostas, quer permitir que 91 usinas hidrelétricas que hoje são forçadas a praticar um preço muito abaixo de mercado possam trocar seus contratos por um regime mais vantajoso.

A Eletrobrás possui 14 dessas usinas - as maiores dentre elas -e poderia deixar de cobrar entre R\$ 50 e R\$ 60 por megawatt-hora (MWh) gerado para passar a cobrar mais de R\$ 150 por MWh. Mas a alteração de regime - chamada de "descotização" - requer o pagamento de um bônus ao governo, que atualmente a empresa não teria como pagar. "O plano permitirá à empresa participar mais ativamente do processo de descotização das hidrelétricas. No momento, a empresa não teria condições financeiras de participar do processo e, com a desestatização, iremos participar", disse o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior. Ou seja, o dinheiro levantado com a privatização poderia bancar o custo da mudança de regime da empresa, estimado pela consultoria Thymos Energia em R\$ 25 bilhões. Mas nem tudo iria para o governo. "A proposta que foi para consulta pública prevê que um terço do valor da alteração de contrato fique com a própria geradora, um terço sirva para abater encargos setoriais e o terço restante vá para o Tesouro. Mas o governo já sinalizou que pode tentar ficar com

dois terços desse valor, o que daria em torno de R\$ 17 bilhões", explicou o presidente da Thymos, João Carlos Mello.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Itaipu e usinas nucleares estão fora do pacote

Itaipu e as usinas nucleares de Angra dos Reis não deverão ser privatizadas no pacote da Eletrobrás. Os projetos têm restrições que dificultam ou até mesmo proíbem a transferência ao capital privado. O futuro das duas empresas será debatido pelo governo. Sobre o futuro de Itaipu, a discussão passará pelo governo paraguaio. Metade da 2ª maior usina do mundo é do Brasil e a outra parte é do Paraguai. Técnicos do governo entendem que a parcela brasileira de Itaipu não poderia ser desvinculada da parcela do Paraguai. Já o futuro da Eletronuclear, subsidiária que cuida das usinas em Angra, tem restrições constitucionais. O texto prevê que compete à União "explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira e Luciana Collet

Título: Chineses, fundos e europeias na lista de candidatos

A lista de possíveis interessados no controle da Eletrobrás vai muito além dos chineses, que nos últimos anos abocanharam grandes companhias no setor, a exemplo da CPFL Energia e das usinas da Companhia Energética de São Paulo (Cesp). Especialistas afirmam que, dependendo da modelagem que será adotada pelo governo, o ativo pode ser ideal para grandes fundos de investimentos espalhados pelo mundo, e que hoje têm muito dinheiro em caixa para gastar.

O presidente da Thymos Energia, João Carlos Mello, acrescenta ainda que as elétricas europeias - algumas delas que já passaram pelo mesmo caminho que o governo trilha para a Eletrobrás - estão voltando com apetite ao mercado brasileiro. Ele afirma que a italiana Enel e a francesa EDF podem ser candidatas a comprar uma fatia da estatal. "Numa venda pulverizada, dependendo do tamanho dos lotes, as companhias brasileiras também podem disputar esse negócio."

O presidente da Engie Brasil Energia, Eduardo Sattamini, também acredita que a privatização da Eletrobrás está mais voltada para um investidor financeiro do que para um investidor estratégico, tendo em vista que a operação visa à entrada de

recursos na companhia e à diluição da participação governamental. Ainda assim, ele considerou que “é uma maneira inteligente de dar dinamismo à empresa, ao liberar das amarras estatais”, permitindo uma gestão mais efetiva.

Para a economista Elena Landau, ex-conselheira da Eletrobrás, o governo conseguiu uma solução que estava “quicando na área”, considerando toda discussão sobre meta fiscal. Para ela, a oferta de ações, com a União diluindo a participação, é uma solução que vai ajudar a Eletrobrás nesse processo de transformação pela qual já vem passando. “E não será um modelo tradicional como antes (ou seja, será uma venda pulverizada)”.

O presidente da EDP Energias do Brasil, Miguel Setas, também viu com bons olhos o anúncio da privatização da estatal. Apesar disso, ele evitou comentar a modelagem sugerida pelo governo para executar a privatização e a possibilidade de a EDP ou seu controlador, a China Three Gorges (CTG), participar do processo. “É cedo para comentar, a modelagem ainda está sendo estudada. (...) Obviamente nossa obrigação é fazer uma análise.”

Setas lembrou que a EDP já anunciou o interesse em adquirir ativos da Eletrobrás nos quais a companhia é sócia. “Apresentamos uma proposta, mas ela não foi aceita.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Privatização leva em conta a conjuntura econômica

ANÁLISE: Nivalde de Castro

A Eletrobrás foi fundamental na construção de sistema elétrico de dimensões continentais e matriz elétrica limpa, renovável e sustentável. O Estado brasileiro definiu políticas e estratégias de desenvolvimento com a Eletrobrás sendo instrumento de planejamento, operação e construção do complexo sistema elétrico. Mas, nos anos de 1980-90, a grave crise econômica reduziu drasticamente a capacidade de investimento do Estado, e a Eletrobrás passou por um processo de mutação. Inicialmente, se tentou rapidamente a privatização total. Não só não se conseguiu este objetivo, como a falta de planejamento e de investimentos submeteram o Brasil à crise do racionamento de 2001-2002.

A partir de 2003, a Eletrobrás volta a investir, mas com participação limitada nos novos projetos a 49% para poder obter financiamento do BNDES. Dentro dessa nova estratégia, grandes projetos de usinas e linhas de transmissão foram

construídos, cabendo à Eletrobrás suportar taxas de remuneração menores em parcerias nem sempre eficientes, que levaram à destruição de valor.

A mudança nas regras de contratos derivadas da MP 579, de 2012, reduziram frontalmente suas receitas, em momento de grandes investimentos, provocando forte desequilíbrio financeiro. A solução imposta a partir de 2015 foi vender as distribuidoras cronicamente deficitárias e participação em projetos em andamento. Dificuldades internas de avançar este processo e a pressão do Ministério da Fazenda para reduzir o déficit fiscal levaram o governo a decidir privatizar em bloco, vendendo o controle acionário na Bolsa. Trata-se, assim, de decisão sem nenhuma convicção estratégica, mas de conjuntura econômica.

O risco futuro é o Brasil perder um importante instrumento de política energética. Para evitar esse risco, a venda de ações deve ser pulverizada com governança profissional e privada. E, principalmente, com cláusula de "golden share" para que o Estado possa definir políticas estratégicas para este setor tão importante e estratégico para o desenvolvimento do Brasil, com especial atenção para sua internacionalização, a exemplo de outros países como Portugal e Itália. *

Professor da UFRJ

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: 'A Eletrobrás não consegue mais competir'

Entrevista

Wilson Ferreira Júnior, presidente da Eletrobrás

Presidente da estatal diz que privatização não muda plano de reestruturação que está em curso na companhia.

O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, afirma que a decisão do governo de privatizar a estatal não muda o plano de reestruturação em curso na companhia, especialmente em relação à venda de ativos. Há um ano no comando de uma das maiores empresas de energia elétrica da América Latina, ele diz que a medida é uma prioridade para reduzir a alavancagem do grupo, cuja dívida líquida é de R\$ 23 bilhões. Para Ferreira Júnior, a decisão de privatizar a Eletrobrás é o reconhecimento de que o País tem uma grande companhia, mas que hoje não tem condições de competir com as concorrentes estrangeiras. A seguir trechos da entrevista:

A Eletrobrás vinha conduzindo um plano de venda de ativos. Isso continua?

Sim. Essa medida faz parte da reestruturação da empresa para a qual fui contratado. Hoje temos uma dívida líquida de R\$ 23 bilhões. Quando cheguei aqui o índice de alavancagem (relação entre dívida e geração de caixa) era de 9 vezes. E hoje está em 4,7 vezes. O objetivo é chegar a menos de 4 vezes no fim deste ano e próximo de 3 vezes em 2018. Para isso, além das melhorias operacionais que vão economizar R\$ 1,8 bilhão por ano, é preciso vender ativo. Temos 74 Sociedades de Propósito Específico (SPEs, que são participações em projetos de geração e transmissão) e a privatização das distribuidoras. Isso vai trazer caixa para a empresa e permitir quitar dívidas mais caras. O plano vai continuar exatamente igual a antes, temos metas, temos prazos e estamos seguindo todos eles.

No caso das SPEs, isso não atrapalha a privatização?

Se eu pedir um empréstimo hoje, só me cobram caro. Uma empresa muito alavancada não consegue ter vantagem competitiva para se expandir porque o mercado financeiro percebe, coloca um risco maior e cobra mais caro, ou aumenta o prazo, ou as duas coisas. A Eletrobrás chegou a tomar recursos a CDI mais 5% ao ano em prazo de 24 meses. Não existe nenhum negócio na nossa área que tenha essa rentabilidade. É uma prioridade vender essas participações. É um passo para trás e dois para frente. Ao mesmo tempo que estou fazendo essas vendas estou concluindo obras, que vão adicionar valor à empresa.

Que obras serão concluídas?

Estamos concluindo as usinas de Sinop e São Manoel e uma linha de transmissão de Belo Monte. Para ter ideia, em 30 de junho, a empresa tinha 47 mil megawatts (MW) instalados. Vamos vender nesse conjunto de SPEs algo próximo a 1 mil megawatts, que são participações minoritárias. E vamos concluir 3.500 MW até o fim do ano que vem. É um passo atrás e dois ou três a frente. Por isso temos de fazer as reestruturações.

A privatização é para quando?

Não há ainda essa decisão. O que temos é uma decisão do poder concedente que reconhece que vamos melhorar a companhia e, ainda assim, continuaremos com as amarras das estatais, que é o grande problema dela. Levo 28 dias para consolidar um balanço mensal. E ainda temos a Lei 8.666, de licitações. Hoje, nem todos os fornecedores querem participar das disputas e quem participa nem sempre gosta do resultado e pode entrar na Justiça para reivindicar alguma coisa. Veja bem: a empresa tem anuênio (adicional por tempo de serviço). Isso significa 1% de custo de pessoal a mais por ano. Isso tira toda a competitividade da empresa diante dos grandes grupos estrangeiros no nosso quintal. A decisão quando foi tomada reconhece isso. Temos uma empresa de grande porte que

num momento de economia aberta não consegue competir com as demais. O objetivo é eliminar as restrições para que ela possa competir. E, nesse processo, o governo vai se beneficiar.

O sr. participou da decisão?

Todo mês tenho uma interlocução com o ministro (de Minas e Energia) dando o andamento do programa de reestruturação. Nesse período tenho colocado as dificuldades que a empresa tem. E sempre aparece isso (a questão da privatização).

O que foi possível fazer nesse tempo à frente da empresa?

Fui chamado para conduzir um processo de recuperação da Eletrobrás. Quando comecei ela valia R\$ 8 bilhões (ontem estava em R\$ 28 bilhões) e tinha um conjunto de pendências para resolver. Trocamos 70% dos administradores de todas as empresas. Isso inclui o presidente, conselheiros e diretores. Todas elas tiveram troca de presidentes. A reestruturação na área gerencial foi reduzida de 2.200 posições para 1.500. Também adotamos a implementação de um sistema único de gestão (ERT) para o grupo Eletrobrás inteiro e um centro de serviços compartilhados para ter maior eficiência corporativa. A Eletrobrás tinha mais de 23 mil funcionários agora tem 17 mil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta e Renan Truffi

Título: Usina da Cemig entrará no programa de concessões

Hidrelétrica de Jaguará, motivo de um embate entre o governo e a bancada mineira, está na pauta de hoje do conselho do PPI, assim como a Eletrobrás

Motivo de pressões políticas da bancada mineira, a usina hidrelétrica de Jaguará, administrada pela Cemig, deverá ser incluída hoje no programa de concessões do governo. Segundo o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Wellington Moreira Franco, ela constará da pauta da reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que se reúne para definir uma nova leva de empreendimentos para oferecer à iniciativa privada. Entre eles estará também a privatização da Eletrobrás.

Das quatro usinas da Cemig com contrato vencido, três já estão na lista de leilões do PPI. Faltava Jaguará, cujo destino ainda está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF), com boas perspectivas de vitória do governo federal.

Também na pauta de hoje do PPI está a nova leva de aeroportos para concessão. Ministério dos Transportes e área econômica travam uma queda de braço em torno da inclusão do aeroporto de Congonhas no programa. Essa é a opção que mais favorece a geração de caixa, com estimados R\$ 6 bilhões de outorga. A pasta dos Transportes é contra a concessão de Congonhas porque essa opção enfraqueceria demais a Infraero. Aparentemente, a posição majoritária no governo é pela venda da Infraero. No entanto, diante do impasse, a decisão final será tomada hoje.

A Infraero está hoje sob a área de influência do PR. Pessoas próximas ao ministro dos Transportes, Maurício Quintella, dizem que o partido, de fato, pressiona para que os cargos na estatal sejam mantidos. Porém, afirmam que não é isso que pauta a posição do ministério nesse caso. A pasta quer conceder aeroportos em blocos formados por terminais rentáveis e outros deficitários, de forma a reduzir os prejuízos da estatal.

Leilão. No caso da Cemig, parlamentares da bancada mineira tentam uma forma de evitar que as quatro hidrelétricas saiam das mãos da empresa. Segundo o deputado Fabio Ramalho

(PMDB-MG), o presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, estudar usar a BNDESPar, empresa de participações societárias do banco, para resolver o impasse em relação ao leilão das usinas.

A possibilidade foi discutida em reunião ontem no Rio, disse o deputado. A ideia seria a BNDESPar fazer uma parceria societária com a Cemig, para que a estatal mineira pudesse comprar as usinas, avaliadas em R\$ 11 bilhões. "A Cemig é um símbolo para os mineiros, assim como o Banrisul é para os gaúchos. Nenhum deputado mineiro sai na rua em Minas Gerais se a gente não salvar a Cemig", disse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: PMDB comandou a Eletrobrás em todo o período do governo PT

CENÁRIO: João Domingos

Em abril de 2004, com um ano e três meses de governo, o então presidente Lula concluiu que precisava de uma aliança com partidos do centro para governar. O maior deles, o PMDB, poderia ser cooptado, desde que o petista estivesse disposto a pagar um preço alto, o controle quase total do setor elétrico, em especial da Eletrobrás e postos importantes em suas subsidiárias. Lula aceitou. E

teria dito, segundo relato de governistas: “O companheiro Pinguelli (o físico nuclear Luiz Pinguelli Rosa, militante petista, primeiro presidente da estatal no governo PT) que me perdoe, mas ele não tem um único voto no Senado”.

Logo depois, Lula nomeou Silas Rondeau para a Eletrobrás, indicado pelo então presidente do Senado, José Sarney. Um ano depois, Rondeau seria nomeado ministro de Minas e Energia, no lugar de Dilma Rousseff, que foi para a Casa Civil na vaga de José Dirceu, abatido pelo Mensalão. Desde então, em todo o governo petista o PMDB teve o comando das Minas e Energia e da Eletrobrás. Rondeau caiu em 2007, na Operação Navalha, da Polícia Federal. Sarney indicou então o senador Edison Lobão (MA), que ficou no cargo nos governos Lula e Dilma. Sua nomeação exigiu uma engenharia política. Quando o cargo de ministro vagou, Lobão era do PFL, hoje DEM. Seu partido fazia feroz oposição ao PT e assim se manteve até o impeachment de Dilma. O jeito foi filiar Lobão às pressas no PMDB.

No **Ministério de Minas e Energia**, o PMDB fez-se uma espécie de feitor do setor elétrico desde o terceiro ano do primeiro governo de Lula, por também exercer o controle da Eletrobrás. As subsidiárias foram divididas por regiões. No Norte, políticos do PMDB, como Jader Barbalho, e do PT, como o então ministro Antonio Palocci, dividiam a Eletronorte. No Nordeste, diretorias da Chesf eram divididas entre o PMDB, o PSB de Eduardo Campos, o PT e o PP de Ciro Nogueira. Quando Campos rompeu com o PT, em 2013, seus aliados foram demitidos e Dilma nomeou indicados do PT e do PP.

No Sudeste e Centro-Oeste, Furnas ficava a cargo do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB), hoje preso. No Sul, o domínio era do PT catarinense. Itaipu foi entregue ao petista Jorge Samek. Eleito deputado federal em 2002, ele renunciou para ficar com um salário maior em Itaipu, que presidiu até depois da saída de Dilma, para dar lugar a Luiz Fernando Viana, indicado pelo governador tucano Beto Richa. O restante da diretoria foi dividida entre PMDB, PPS, PR e PSD.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Elevar mais as exportações de manufaturados

A relação entre a produção total de manufaturados do País e a produção exportada, conhecida como coeficiente de exportação, caiu de 20,7% para 20,1% entre o primeiro e o segundo trimestres do ano, segundo a pesquisa Coeficientes de Exportação e de Importação, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A informação, que contrasta com a alta das exportações de manufaturados registrada pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), deixa evidentes as dificuldades para ampliar o espaço do Brasil

no comércio internacional desses bens, entre os quais estão itens de produção mais sofisticada e de maior conteúdo tecnológico. É o reflexo da ainda baixa competitividade do País.

O coeficiente de exportação da indústria de transformação cresceu quase ininterruptamente desde 2009, atingindo o nível mais elevado no segundo trimestre de 2016 (20,9%). Como as oscilações foram frequentes na série histórica dos últimos 15 anos, é possível que a queda recente reflita fatores pontuais. No segundo trimestre, enquanto o aumento quantitativo da produção industrial foi de 1,9%, as exportações diminuíram 1%. Os maiores percentuais de crescimento da exportação ocorreram com produtos têxteis, madeira e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, enquanto as maiores retrações foram verificadas em celulose e papel, indústrias diversas e derivados de petróleo e combustíveis.

No caso de celulose e papel, a queda ocorreu após um trimestre de forte alta, o que faz supor uma acomodação de mercado. Quanto a derivados de petróleo, trata-se de um segmento marcado por fortes oscilações de preço, o que pode tornar recomendável o atraso nas exportações, quando há, por exemplo, condições favoráveis de estocagem. Também o coeficiente de importação da indústria de transformação se reduziu – de 21,5% para 20,2% – entre o primeiro e o segundo trimestres deste ano. A retomada do mercado doméstico parece ser a principal explicação para a diminuição do coeficiente de exportação da indústria. Há, neste caso, um elemento favorável, indicativo de uma recuperação mais forte da indústria. Mas seria melhor que as exportações fossem mais fortes, pelo sinal positivo que transmitem sobre a competitividade do País no mercado global.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Andreza Matais / Marcelo De Moraes

Título: Notas

>> DEM quer vice famoso e sonha com Bernardinho

Em fase de repaginação do partido, o DEM já estuda o perfil de uma eventual candidatura presidencial. A grande novidade seria o vice. A ideia é que o partido tenha um político da própria sigla na cabeça de chapa e convide uma figura de destaque da sociedade, que tenha afinidade com as propostas da legenda, para a vaga de vice-presidente. Nos bastidores, líderes do DEM tratam o nome de Bernardinho, ex-treinador da seleção de vôlei, como o vice dos sonhos. O DEM aposta que uma chapa com esse perfil pode garantir pelo menos 15% dos votos.

» Briga interna.

O presidente do Instituto Miguel Arraes, Antonio Campos, acusou, em nota, o **ministro Fernando Filho** de trair a memória de Arraes, ao anunciar a venda de ações da Eletrobrás. Campos lamentou que a iniciativa tenha partido de um ministro do PSB e disse que vai acionar a Justiça.

» Fortes emoções.

A viagem de Michel Temer à China vai jogar a presidência da Câmara por 9 dias no colo do Centrão, representado pelo deputado André Fufuca (PP-MA). Rodrigo Maia assume o País e seu vice, Fábio Ramalho, acompanha Temer. A preocupação está na lista de MPs prestes a caducar...

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Política / coluna****Autor: Vera Magalhães****Título: No banco**

Bernardinho descarta Planalto, e pode sair só ao Senado Passada a euforia inicial da filiação de Bernardinho ao Partido Novo, o próprio ex-técnico da seleção de vôlei já descarta a ideia de se lançar à Presidência. Pode ser candidato ao governo do Rio, mas integrantes da nova sigla avaliam que a possibilidade mais realista é elegê-lo senador pelo Estado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Política / Coluna do Broadcast****Autor:****Título: Nota**

» Estruturante. Morgan Stanley, Credit Suisse e Banco do Brasil estão com o mandato para estruturarem a oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da Neoenergia, programada para outubro e que deverá movimentar cerca de R\$ 4 bilhões. Outros bancos de investimento que formarão o sindicato serão escolhidos até o início da próxima semana. As três instituições já selecionadas trabalharam na fusão entre Neoenergia e Elektro, cada uma atuando por um acionista da Neoenergia na época da fusão: Iberdrola, Previ (fundo de pensão do BB) e o próprio Banco do Brasil. Procurada, a Neoenergia não comentou.

» Fundindo. A fusão dos negócios de aços longos da Votorantim e da ArcelorMittal no Brasil deverá aumentar o preço da sucata em quase 30%, calcula o Inesfa, entidade que representa as empresas de sucata, matéria-prima utilizada

na fabricação do produto. O Instituto, assim como a CSN, é parte interessada no ato de concentração em análise no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em uma operação já considerada complexa pelo órgão. A Gerdau, maior concorrente da Arcelor no Brasil na produção de aços longos, não fez o pedido para ser parte interessada. A siderúrgica disse enxergar a operação em questão como neutra do ponto de vista concorrencial.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Caderno 2 / coluna

Autor: Sonia Racy

Título: Direto da Fonte

Luzes

Os esforços de Wilson Ferreira, da Eletrobrás, em colocar a estatal de pé, não foram em vão. O ex-presidente da Cesp e da CPFL, acostumado às agruras do setor estatal e privado, classifica a decisão do governo de privatizar a estatal como “momento histórico”. Sem condições de reverter o estrago feito no governo Dilma, a Eletrobrás não teria sobrevivido em condições normais de mercado. “Ela, quando privatizada, vai poder competir com todas empresas de energia do mundo instaladas no Brasil”, ressaltou Ferreira ontem, à coluna. Prazo para o processo? “Como declarou o ministro Fernando Coelho, até o fim do primeiro semestre de 2018”.

Luzes 2

Ex-presidente do conselho da Eletrobrás, ex-diretora de privatização do BNDES na era FHC, Elena Landau, aplaude o **ministro Fernando Coelho**, de Minas e Energia. “Começou nova onda de privatizações que, sinceramente, espero que chegue perto da Petrobrás”, torce a economista. É politicamente possível aprovar a venda? “Ninguém, 15 dias atrás, imaginaria que a Eletrobrás seria desestatizada”. Para Landau, é preciso defender as estatais do uso político. “E, no momento, há mais uma vantagem: a do governo não ter que aumentar impostos...”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas & Informações

Autor:

Título: Energia e interesse público

Privatizar a Eletrobrás pode ser um excelente negócio tanto para o cidadão comum, hoje mal servido pela máquina do Estado, como para a instituição

governo. O controle estatal da produção e da distribuição da energia elétrica teve um sentido estratégico em outras fases do desenvolvimento. Esse tempo passou.

O País dispõe de um amplo sistema energético, o período de implantação ficou para trás e o setor pode funcionar e avançar, agora, sem a participação direta do setor público. O capital privado pode cuidar dos novos investimentos e da operação das empresas de modo eficiente e econômico. O Estado pode fixar estratégias e definir prioridades para o desenvolvimento.

Pode também regular os serviços de interesse público por meio de agências independentes, tecnicamente capacitadas e livres, tanto quanto possível, de interferências políticas, como sempre deveriam ter sido. Menos envolvido na produção de bens e serviços, o poder público terá, em princípio, melhores condições para cuidar de políticas e programas importantes para o crescimento econômico de longo prazo e para o desenvolvimento social.

Se o governo for conduzido com alguma competência e sob o necessário controle, conseguirá destinar mais dinheiro, mais esforços e maior capacidade gerencial a assuntos como educação, saúde, segurança, justiça e infraestrutura, além de cuidar melhor da saúde financeira do setor público. Um aparelho mais limitado e mais voltado para assuntos típicos do Estado será provavelmente menos sujeito à ocupação predatória.

Será necessário, é claro, fixar critérios mais estritamente profissionais para o preenchimento de postos, mas a eliminação da atividade empresarial já terá um importante efeito sanitário. Pilhagens como aquelas observadas na Eletrobrás, na Petrobrás e em outras estatais ocorrem mais dificilmente em companhias privadas, onde o controle de resultados e de padrões administrativos é quase sempre muito mais severo, assim como é menor a influência de critérios extraeconômicos.

Melhor para as empresas do setor, para os acionistas e, é claro, para os consumidores, se as tarifas forem limitadas pelo mercado ou por padrões sensatos de regulação. A devastação do setor elétrico foi uma das marcas do período petista. Além da corrupção, houve o desastre causado pelos erros econômicos.

Ao antecipar a renovação dos contratos e impor o congelamento de tarifas, para falsificar os indicadores de inflação, a presidente Dilma Rousseff prejudicou o fluxo de caixa das empresas, derrubou sua rentabilidade e as tornou menos sustentáveis. A esses golpes se acrescentou a inevitável correção de preços, com grande efeito inflacionário.

Mas os desmandos na política de preços e de concessões impuseram também enorme custo ao Tesouro, forçado várias vezes a socorrer as empresas do setor. Parte do desastre fiscal produzido no governo Dilma Rousseff foi desdobramento dos males causados às companhias de eletricidade. O mesmo critério de sensatez vale para o leilão de concessão de quatro usinas hidrelétricas da Cemig, as de Jaguara, São Simão, Miranda e Volta Grande.

Nenhum sério argumento relativo ao interesse público foi enunciado, até agora, pelos opositores da operação.

Mas uma proposta claramente contrária a esse interesse foi por eles apresentada, quando sugeriram um empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a estatal pagar os R\$ 11 bilhões previstos como arrecadação do leilão. A discussão ficaria mais interessante, e certamente mais clara, se a bancada mineira na Câmara dos Deputados explicasse com todas as letras por que se opõe à licitação das usinas.

A curto prazo, a privatização da Eletrobrás e o leilão das usinas da Cemig poderão proporcionar importante reforço ao Tesouro, cerca de R\$ 20 bilhões num caso e de R\$ 11 bilhões no outro. De imediato isso facilitará o conserto das contas públicas. Mas o efeito de longo prazo será de longe o mais importante: menos custos para a União, mais eficiência no setor energético e melhor administração federal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor:

Título: Privatização bem-vinda

Embora a avidez por recursos não seja a melhor conselheira em um processo de privatização, o governo dá sem sombra de dúvida um passo correto ao anunciar o intento de se desfazer da Eletrobras.

À notícia seguiu-se uma alta vertiginosa, de quase 50%, de ações da estatal negociadas em Bolsa. Os benefícios em potencial para o país, todavia, devem ir além dos antecipados pela euforia especulativa.

Em um único dia, o valor de mercado da empresa saltou para algo próximo de R\$ 29 bilhões, semelhante ao que se pretende arrecadar com a desestatização. Há pela frente um complexo processo de definição das regras de venda, que precisa contemplar interesses de contribuintes e consumidores.

Sob o controle do governo, que conta com 63% do capital, a Eletrobras atua em geração, transmissão e distribuição. A empresa detém 32% da capacidade de

geração de energia do país e mais de 70 mil quilômetros de linhas de transmissão. Opera também seis distribuidoras nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Toda essa base de ativos chegou a valer meros R\$ 8 bilhões no pior momento da gestão de Dilma Rousseff (PT), a maior responsável pela ruína da companhia. Na longa lista de desmandos administrativos estão perdas ocasionadas por planejamento deficiente nas usinas hidrelétricas de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau; estouros no orçamento da usina nuclear Angra 3; a tentativa desatinada de baixar à força as tarifas de energia em 2012.

A ineficiência da Eletrobras se mostra ainda em comparações com o desempenho de empresas privadas, que precisam investir menos para gerar resultados similares.

Nem poderia ser diferente, dado o histórico de nomeações políticas para os postos de comando e o inchaço da folha de pessoal, que só recentemente começou a ser atenuado por meio de planos de demissão voluntária.

Se tudo isso recomenda a privatização, convém que sejam moderadas as expectativas de um desfecho célere para o processo.

Primeiro, porque infelizmente caminham a passos lentos os demais projetos de concessões e alienações em infraestrutura —particularmente rodovias e ferrovias.

Segundo, porque o modelo para a venda de uma empresa de tal calibre depende de um debate que ainda não parece amadurecido.

Dado o papel central da Eletrobras na organização do setor, será preciso ponderar temas como custo para o consumidor, concorrência e segurança energética.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor: Daniela Lima

Título: Após privatização da Eletrobras, governo estuda corte em plano de saúde dos Correios e PDV na EBC

Por Painei

Tesoura afiada Para escapar do noticiário da crise política, o governo Michel Temer vai mergulhar numa polêmica agenda de ajuste e reestruturação de estatais. Após o anúncio da privatização da Eletrobras, vai discutir mudanças no plano de saúde dos Correios, órgão que enfrenta grave crise orçamentária. A ideia

é redistribuir o custeio do benefício. Hoje, os servidores arcam com 5% da despesa e a estatal com o restante. A proposta é alvo de forte crítica entre os funcionários e deve despertar reações.

Não para Em outra frente, o Planalto enviou ao Planejamento uma proposta de PDV (Programa de Desligamento Voluntário) para servidores da EBC, a Empresa Brasil de Comunicação, que cuida, entre por exemplo, da TV Brasil. Quer estimular cerca de 500 dos 2.500 funcionários a pedir demissão.

Sem fundo Integrantes da direção dos Correios dizem que os gastos com o pagamento de planos de saúde foram responsáveis por um deficit de R\$ 300 milhões no ano passado. Já os servidores da estatal acusam a gestão Temer de “sucatear” sua estrutura para poder vendê-la.

Às dezenas O Diário Oficial desta quarta (23) trará uma série de exonerações em órgãos da administração federal. A lista — que inclui demissões na Funasa, no INSS, no Iphan e no Ibama — é um rescaldo do corte de cargos de aliados que votaram a favor da denúncia contra Temer.

Tampa da panela Mesmo após o acordo de delação com Lúcio Funaro, integrantes da PGR seguem em conversas com Eduardo Cunha. O operador do PMDB disse ter tomado conhecimento de alguns fatos por meio do ex-deputado — daí o interesse.

Tampa da panela 2 Apesar da situação delicada, o peemedebista colocou condições para falar. Pede imunidade aos parentes que estão na mira da Lava Jato para retomar a negociação.

Filho é teu A senadora Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) diz que não tem responsabilidade na indicação de André Luís Pereira Nunes à SPU (Secretaria de Patrimônio da União). “Nem eu e nem o meu partido indicamos.”

Highlander O servidor chegou à SPU ainda na gestão Dilma Rousseff, sobreviveu à ascensão de Temer e foi promovido. No órgão, sua nomeação é atribuída à Graziottin.

Ponte para o futuro Em sua passagem por Pernambuco, o ex-presidente Lula vai visitar Renata Campos, viúva do ex-governador Eduardo Campos. Será um gesto de reaproximação entre PT e PSB, que romperam pouco antes da eleição de 2014.

Prato do dia Presidente nacional do PMDB, o senador Romero Jucá (RR) jantou com o prefeito João Doria (PSDB), na semana passada, no restaurante A Bela Sintra, em SP.

Quando quiser Na ocasião, Jucá reafirmou que sua sigla está de portas abertas para o tucano, cotado para o Planalto em 2018.

Visitas à Folha A ministra Cármen Lúcia, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), visitou a **Folha** nesta terça-feira (22), a convite do jornal, onde foi recebida em almoço. Estava acompanhada de Maria Tereza Aina Sadek, diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), e de Mariangela Hamu, secretária de Comunicação do STF.

Bruno Covas (PSDB), vice-prefeito de São Paulo, visitou a **Folha** nesta terça-feira (22). Estava acompanhado de Fabio Lepique, secretário-adjunto de Prefeituras Regionais, e Maria Clara Cabral, assessora de imprensa.

Ivan de Souza Monteiro, diretor-executivo da Área Financeira e de Relacionamento com Investidores da Petrobras, visitou a **Folha** nesta terça-feira (22). Estava acompanhado de Leandra Peres, assessora da presidência da estatal.

TIROTEIO

De falta de luz a ex-presidente Dilma Rousseff entende muito bem. Todos sabem que a sua gestão foi um verdadeiro apagão para o país.

DO MINISTRO BRUNO ARAÚJO (CIDADES), sobre as crítica da petista à decisão do governo Michel Temer de vender ações e abrir mão do controle da Eletrobras.

CONTRAPONTO

Viagem sem rumo

Representantes de campos políticos distintos, o deputado Paulo Teixeira (PT-SP) e o tucano José Aníbal, presidente do Instituto Teotônio Vilela, pegaram o mesmo voo em São Paulo com destino a Brasília, nesta terça-feira (22). Ao saírem do avião, seguiram juntos até o desembarque e aproveitaram o trajeto para conversar sobre a pauta que tem dominado os debates na Câmara.

— Você acha que entre hoje e amanhã avança a reforma política? — perguntou Aníbal.

— Acho que avançar, avança — respondeu Teixeira, para, logo em seguida, concluir:

— Eu só não sei para onde!

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: JULIO WIZIACK, NICOLA PAMPLONA E JOANA CUNHA****Título: Governo quer estabelecer limite para sócios na Eletrobras**

O governo federal estuda estabelecer limites à participação de novos acionistas da Eletrobras com a privatização da estatal, numa tentativa de incentivar a pulverização do capital da companhia em vez da simples transferência do controle para um novo dono.

A expectativa do governo é concluir o processo de privatização da estatal até o primeiro semestre de 2018, para evitar limitações impostas pela legislação com a proximidade da campanha eleitoral.

Nesta terça-feira (22), integrantes da equipe econômica e do Ministério de Minas e Energia se reuniram para acertar detalhes do processo.

A proposta em análise prevê aumento do capital da empresa, com a atração de novos investidores por meio de uma oferta de ações na Bolsa e a diluição da fatia do governo, hoje com 41% das ações.

Estima-se que a oferta de ações poderá render cerca de R\$ 13 bilhões à Eletrobras.

Em paralelo, a União deve se desfazer de sua fatia na empresa até permanecer apenas com uma "golden share", ação que lhe daria direito de veto em decisões estratégicas.

Essa proposta ainda será submetida ao PPI (Programa de Parcerias em Investimentos) do governo e ao conselho de administração da estatal.

O BNDES, que tem 19% da companhia, não decidiu ainda o que fará com suas ações. O banco vem estudando se desfazer de participações acionárias para se capitalizar.

O modelo de pulverização é o preferido porque capitaliza a Eletrobras para o processo de revisão dos contratos de 14 hidrelétricas que aderiram à renovação antecipada de concessões promovida pelo governo Dilma em 2013.

A proposta é que a empresa pague ao governo para poder vender energia dessas usinas no mercado livre, a preços mais altos do que os R\$ 35 por megawatt-hora vigentes desde a renovação.

O valor do pagamento é estimado em R\$ 27 bilhões, dinheiro que poderia ajudar a conter o rombo no Orçamento federal em 2018. Essa etapa do processo, porém,

depende da aprovação, pelo Congresso, do novo marco regulatório do setor elétrico, hoje em discussão com o mercado.

O ideal, segundo **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**,

é realizar as duas operações em paralelo -a privatização da Eletrobras e a mudança no contrato de venda de energia das usinas que renovaram contratos em 2013.

Nesta terça, as ações da Eletrobras dispararam na Bolsa: as ordinárias, com direito a voto, subiram 49,30%, e as preferenciais, 32,08%.

"A experiência que o mercado tem é que privatizações melhoram a competitividade, a eficiência e agilidade de uma empresa", disse André Rosenblito, diretor do Santander.

A ideia de pulverizar o capital foi elogiada pelas distribuidoras de energia. "Se não, sairia do monopólio estatal brasileiro para o monopólio estatal chinês", disse Nelson Leite, presidente da Abradee (associação que reúne empresas do setor), em referência ao apetite chinês por ativos do setor elétrico nacional.

A privatização da Eletrobras dependerá da solução de entraves legais e contratuais, como os que envolvem a geração de energia nuclear e a hidrelétrica de Itaipu, que devem ficar fora do processo.

Como a exploração dos recursos nucleares é monopólio estatal, uma alternativa seria fazer a cisão da Eletronuclear, que ficaria com o governo. Já a inclusão de Itaipu na privatização dependeria de novo acordo com o Paraguai, que detém metade da usina.

PREÇOS

O **ministro Coelho Filho** disse que a privatização poderá reduzir os preços da energia, ao dar maior eficiência à Eletrobras. Grandes consumidores, porém, esperam alta de preços com a mudança dos contratos das 14 hidrelétricas.

"Pode ser que, daqui a uns cinco ou dez anos, os custos voltem a diminuir, mas vai depender de muitos outros fatores, como regime hidrológico, expansão e carga", diz Edvaldo Santana, presidente-executivo da Abrace (que representa os consumidores de energia de grande porte).

Embora preveja alta inicial de preços em 7%, o governo diz que parte dos R\$ 27 bilhões pagos pela Eletrobras será usada para reduzir encargos cobrados na conta de luz, compensando o aumento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: MARINA DIAS DE BRASÍLIA

Título: Administrar insatisfações do PMDB é barreira para vender empresa até 2018

O governo Michel Temer já detectou focos de resistência à proposta de privatização da Eletrobras entre aliados que detêm cargos no setor elétrico e admite que o processo de venda deve ser finalizado somente no ano que vem.

As projeções mais otimistas do Palácio do Planalto apontam o início de 2018 como prazo máximo para a conclusão da venda da empresa, mas há, entre auxiliares do presidente, quem aposte que isso só vá ocorrer no fim do primeiro semestre.

Até lá, os assessores de Temer acreditam ter tempo para administrar as insatisfações de políticos do PMDB que indicaram nomes para cargos da área, como o ex-presidente José Sarney (AP), o senador Edison Lobão (MA) e o ex-deputado Eduardo Cunha (RJ), preso desde o ano passado em Curitiba.

Ex-ministro de Minas e Energia, Lobão acredita que a proposta de privatização será aprovada pelo Congresso, mas apresenta resistência. "Tenho a impressão de que o resultado prático não será ruim, mas eu ainda tenho uma certa dúvida se ela deve ser privatizada ou não", afirma.

O discurso inicial do Planalto é que a notícia sobre a privatização da Eletrobras provocou boa reação no mercado, o que deve, inclusive, servir de pressão para que parlamentares aprovem as mudanças do setor elétrico.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (RR), disse que, após o processo de venda, "não vai haver mais cargo público" na estatal e que os aliados do governo que possuem apadrinhados no setor "precisam entender que o país vive outro momento".

Desde o ano passado, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, tem analisado propostas para "desinchar" a empresa e tirá-la de uma crise iniciada em 2012.

Ele chegou a anunciar um programa de reestruturação que previa a demissão de 50% dos funcionários, mas só há duas semanas o martelo da privatização foi batido, com aval de Temer.

Participaram da reunião em que surgiu a ideia da privatização integrantes das equipes econômica e política de Temer. O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, foi contra. Para ele, a operação seria complicada pelas resistências políticas.

Porém, integrantes da equipe política consideraram que essa seria uma agenda positiva no momento em que o governo está enfraquecido e enfrentando resistência no Congresso para reformas e medidas que podem gerar receitas.

Colaborou **JULIO WIZIACK**, de Brasília

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Petrobras,...

Questionado em público nesta quarta, sobre a Petrobras ser a próxima a ser privatizada após a Eletrobras, o presidente Pedro Parente disse que "o tema não está na pauta do governo, nem na minha".

...**não** Parente tem dito a interlocutores que ainda tem muito a recuperar na empresa —a começar de uma dívida de cerca de US\$ 92 bilhões (R\$ 293 bilhões)— e que uma discussão desse tamanho tiraria o foco e paralisaria a gestão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: JULIO WIZIACK DE BRASÍLIA

Título: Venda da Eletrobras trará R\$ 30 bi se novas regras passarem pelo Congresso

O Ministério de Minas e Energia enviará nesta terça-feira (23) a proposta de privatização da Eletrobras ao conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Se o governo decidir pela venda, o ministério e a equipe econômica definirão como ela será feita para que a União deixe o controle da estatal e receba cerca de R\$ 27 bilhões para ajudar no cumprimento de deficit de R\$ 159 bilhões do próximo ano.

O governo pretende concluir todo o processo até o fim do primeiro semestre de 2018.

Segundo o ministro Fernando Coelho Filho, a ideia é realizar duas operações simultâneas – a privatização da venda da Eletrobras e também um processo conhecido no setor elétrico como "descotização" de 14 usinas, transação que pode render R\$ 27 bilhões à União caso sejam incluídos os 14 mil MW em contratos de até vinte anos.

Segundo o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr, hoje essas hidrelétricas são obrigadas a vender a energia por R\$ 35 o MWh, valor definido como cota. No entanto, no mercado, essa energia chega ao consumidor por cerca de R\$ 150 o MWh. Essa diferença é paga pela Eletrobras, uma forma de subsídio para reduzir o preço da energia ao consumidor.

Esse modelo foi definido pela ex-presidente Dilma Rousseff, levou a Eletrobras a prejuízos bilionários por três anos consecutivos e a energia teve aumento de preços. Neste momento, o governo está modificando essas regras para corrigir as distorções.

De acordo com o secretário-executivo da Fazenda, Eduardo Guardia, a privatização da Eletrobras poderá ocorrer de duas formas. Uma delas é a venda das ações da União diretamente no mercado. Outra é por meio de um aporte de capital via emissão primária de ações sem que a União acompanhe. Só assim ela terá sua participação diluída. "Em nenhum dos casos, os recursos serão usados no cumprimento de meta fiscal", disse Guardia. Ainda segundo ele, os recursos com a descotização das usinas ajudarão na redução do rombo orçamentário da União.

O ministro de Minas e Energia afirmou à **Folha** que o modelo de venda deverá ser o de diluição da participação da União na Eletrobras, mas o governo permanecerá com uma ação especial (golden share) que dará a ele poder de veto em assuntos estratégicos.

A descotização das usinas terá de ser aprovada pelo Congresso assim que a medida provisória que reestrutura o setor elétrico for enviada pelo presidente Michel Temer. Também terá de passar pelo conselho de administração da Eletrobras.

ITAIPU E ANGRA

As usinas da Eletronuclear e a hidrelétrica de Itaipu devem ficar fora da negociação por questões legais. Como a exploração de recursos nucleares é um monopólio estatal, as usinas de Angra, no Rio de Janeiro, continuarão com a União. Já em Itaipu as discussões terão de ser feitas junto com o Paraguai, que detém metade da usina. Segundo o secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, a obra foi feita sob um Tratado Internacional que sobrepõe à legislação de ambos os países. Para a privatização da parte brasileira, seria preciso refazer os termos desse acordo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: JOANA CUNHA MARIO CESAR CARVALHO DE SÃO PAULO

Título: Fisco acusa dono da CSN de fraude para não pagar tributo sobre herança

O empresário Benjamin Steinbruch, sócio da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), é acusado por procuradores da Fazenda do Estado de São Paulo de ter cometido uma fraude para não pagar impostos sobre a herança de R\$ 1,53 bilhão que recebeu com dois irmãos e 11 netos após a morte de sua mãe, em 2015. A família diz que a cobrança é inconstitucional.

Os tributos sobre o valor herdado seriam de R\$ 83 milhões, somados juros e multa.

Steinbruch, que é colunista da **Folha**, é acusado de ter usado empresa de fachada no Panamá com o único objetivo de receber a herança fora do Brasil, doar os valores para os herdeiros e deixar de recolher os tributos.

O tributo sobre herança, ITCMD (Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação), é de 4% em São Paulo. Steinbruch foi à Justiça para não pagá-lo sob o argumento de que a lei estadual não tem regulamentação federal.

A transferência dos recursos de Dorothea Steinbruch do Brasil para paraísos fiscais foi feita em 2011, segundo os procuradores. Paraísos fiscais oferecem vantagens como imposto baixo e mais sigilo sobre quem controla as empresas abertas nesses lugares.

Em 2008, a família criou uma empresa no Brasil chamada Rio Purus Participações para administrar os recursos de Dorothea e dos três filhos (Elizabeth, Benjamin e Ricardo). Três anos depois, os recursos da Rio Purus são enviados, em forma de ações, para uma empresa das Ilhas Virgens Britânicas, a Doire Estates. Quinze dias depois a Doire Estates envia as mesmas ações, no valor de R\$ 1,53 bilhão, para a Fundação Doire, aberta no Panamá.

Os procuradores alegam que essa transferência para a Fundação Doire não teve nenhuma função nos negócios ou na estrutura societária das empresas dos Steinbruch.

"A análise dos documentos apresentados indica que a Fundação Doire foi criada exclusivamente para partilhar bens entre os filhos e netos da sra. Dorothea Steinbruch."

Os procuradores da Fazenda citam duas evidências de que a fundação tinha só a função de repartir a herança: 1) o estatuto da Doire prevê que ela seja extinta assim que a partilha dos bens for feita; 2) "O patrimônio foi dividido respeitando as frações determinadas pela legislação brasileira aos sucessores, o que torna

praticamente evidente a real intenção dos impetrantes de partilhar antecipadamente os bens, sob a forma de doação, com o intuito de fraudar o recolhimento de imposto estadual".

Os procuradores citam uma definição de Marcelo Hermes Huck, professor de direito da USP e um dos maiores especialistas em direito tributário do país, sobre empresas que não têm uma finalidade definida: "Uma relação sem objetivo econômico, cuja finalidade seja de natureza tributária, não pode ser considerada como comportamento lícito".

O juiz que negou o pedido dos Steinbruch para não recolher os impostos também questionou o capital da Fundação Doire, de US\$ 10 mil, incompatível, segundo ele, com o R\$ 1,5 bilhão que recebeu e repassou aos herdeiros.

Há dúvidas também sobre documentos assinados dois dias antes de Dorothea morrer, os quais convertem as ações preferenciais da Rio Purus em ações ordinárias. A matriarca planejava deixar a herança em ações preferenciais, que não têm direito a voto, para evitar que o planejamento sucessório interferisse nas empresas da família.

Os documentos foram assinados pelos filhos, mas os procuradores dizem não ter encontrado procuração da mãe autorizando o ato.

Um dos advogados de Steinbruch, Luiz Rodrigues Corvo, invocou a falta de instrumentos legais no Brasil para justificar o que a matriarca fizera. Segundo ele, já que o Brasil dispõe só do testamento para a divisão de bens após a morte, "a sra. Dorothea buscou no direito estrangeiro condições legítimas de implementar seu planejamento sucessório a contento".

FAMÍLIA AFIRMA QUE COBRANÇA É INCONSTITUCIONAL

A família Steinbruch afirma que a cobrança sobre a herança deixada após a morte de Dorothea Steinbruch é inconstitucional.

Os Steinbruch entraram na Justiça em meados do ano passado pedindo medida liminar contra a Fazenda paulista, que cobrou deles o ITCMD, e o processo de inventário foi suspenso.

Na argumentação, a família cita artigo da Constituição que estabelece ocasiões em que os Estados não têm competência de tributar sobre a transmissão de bens.

Uma dessas exceções que impediriam o Estado de tributar, conforme aponta a família, são as situações em que o doador tem domicílio ou residência no exterior, como é o caso dos recursos de Dorothea Steinbruch.

Os Steinbruch argumentam que não existe ainda uma lei complementar sobre a regulamentação desse tipo de cobrança. Por isso pedem que a Justiça reconheça seu direito de receber as doações sem ter que declarar e recolher o ITCMD.

A família diz também que fez tudo dentro da lei, fechando as operações de câmbio exigidas, recolhendo IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e com registro no Banco Central.

José Henrique Longo, advogado da família nos casos relativos ao ITCMD, disse não ter autorização do cliente para comentar o tema.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Especialistas divergem sobre tarifa mais baixa

O governo afirma que a privatização da Eletrobras vai baratear a conta de luz dos brasileiros a médio prazo. Os especialistas alertam que, antes, os consumidores vão pagar mais pela fatura de energia. Isso porque a proposta mais provável para a venda da estatal, anunciada na segunda-feira, segundo especialistas, é a abertura de capital com a diluição da participação acionária da União, sócia majoritária. Uma vez capitalizada, a Eletrobras poderá sair do sistema de cotas — uma espécie de subsídio que reduz a tarifa —, garantir receita extraordinária para o governo reduzir o rombo fiscal e ainda se tornar mais atrativa ao mercado.

Não à toa, a Eletrobras teve uma valorização de mais de R\$ 9 bilhões ontem com a alta das ações na Bolsa, (veja texto abaixo), após o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, detalhar a decisão de incluir a estatal de energia no Programa Nacional de Desestatização (PND). “O movimento é muito maior do que a necessidade arrecadatória. É importante para o setor de infraestrutura. Para o consumidor, não muda nada. Com eficiência e redução de custos, a energia ficará mais barata”, afirmou.

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, ressaltou que o governo não tem sequer como estimar a arrecadação com a privatização porque a companhia é listada em bolsa. “Ainda vamos trabalhar na modelagem”, ressaltou. Isso deve ser feito no âmbito do Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), que receberá hoje a proposta de privatização da Eletrobras.

Uma das alternativas é vender a participação estatal. “Nesse caso, o dinheiro entra para o Tesouro, e se torna receita financeira, não primária”, alertou

Guardia. A outra é diluir a participação acionária da União, hoje com 63% das ações e 51% do capital votante. Com os recursos, a companhia poderá pagar pela descotização. Existem 91 usinas cotizadas, cujas concessões venceram até 2015, e que geram 29 mil megawatts (MW). Catorze são da Eletrobras, responsáveis por 14 mil MW.

O valor de uma eventual descotização será dividido em três partes: uma é reconhecimento da concessão da União, outra vai para a empresa e o restante para pagar os custos do setor. Para que isso seja possível, no entanto, o governo precisa editar uma nova medida provisória, ainda em elaboração.

Para os especialistas, a tarifa vai subir num primeiro momento. João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia, disse que a eletricidade das usinas cotizadas custa R\$ 60 por megawatt/hora. “Esse é o preço regulado. No mercado, está entre R\$ 150 e R\$ 200. No momento que sair a cota, sobe a tarifa. Depois o cenário melhora, com gestão profissional, governança sadia e investidores privados”, projetou.

Apesar de representar um aumento, no entender de Walter Fróes, presidente da CMU Energia, o corte do subsídio é fundamental para o setor ter realidade tarifária. “É uma ilusão achar que é um subsídio, porque a distribuidora paga o risco hidrológico para a geradora, e repassa esse custo para o consumidor”, explicou.

Impacto

A partir do momento em que se fala em privatização, há impacto para o consumidor, na opinião de Lucas Rodrigues, analista da Safira Energia. “Num primeiro momento, pode ser ruim. Mas a perspectiva futura é boa. Acaba com medidas populistas dentro do setor elétrico e reforça o compromisso com a realidade tarifária”, opinou.

Rômulo Mariani, advogado da área regulatória do Souto Correa Advogados, afirmou que a percepção de uma administração melhor, com resultados, é positiva. “O governo mostra que, além de dar continuidade à privatização das distribuidoras, aprimorou a proposta, colocando à venda também os ativos de geração, com os quais a Eletrobras tem 31% de participação no país, e de transmissão, com quase 50% do parque nacional”, assinalou.

Enquanto mercado e especialistas avaliam o lado positivo da privatização, 23 mil funcionários da estatal se sentem ameaçados. Sindicatos montam cronogramas de atuação. No Distrito Federal, será lançada, em 12 de setembro, uma rede parlamentar em defesa da continuidade da empresa como estatal. “A proposta

de privatização segue o caminho inverso ao de países como Estados Unidos, França e Alemanha, onde a estatização de hidrelétricas é crescente”, afirmou Fabíola Latino, diretora do Sindicato Urbanitário do Distrito Federal (STIU-DF).

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, disse que, do total de 23 mil funcionários da companhia, seis mil estão nas distribuidoras já em processo de privatização. Dos 17 mil empregados da holding, 1,8 mil ficam em Brasília. “Os colaboradores são celetistas e estão sob vigência de acordo de trabalho, que estamos cumprindo rigorosamente. Estamos em processo de reestruturação, oferecendo pacotes de adesão voluntária e 2,1 mil pessoas já aderiram.” Com a redução, a Eletrobras vai economizar R\$ 900 milhões por ano, cerca de 15% do custo com pessoal.

De fora

A usina binacional Itaipu e a Eletronuclear estão fora da privatização da Eletrobras, explicou ontem o secretário executivo do MME, Paulo Pedrosa. A energia nuclear não pode estar nas mãos do setor privado, determina a Constituição, pelos riscos à soberania nacional que isso representaria. “Itaipu vai envolver o diálogo com o governo do Paraguai. A parte brasileira não pode ser desvinculada da paraguaia, a usina é única, por isso vai envolver a discussão”, destacou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Ações disparam e bolsa chega a 70 mil pontos

O anúncio da privatização da Eletrobras provocou euforia no mercado, ontem. As ações da companhia dispararam na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), fechando a sessão com alta de 49,30% nas ordinárias e de 32,08% nas preferenciais. O desempenho da estatal contagiou os demais papéis, levando o Ibovespa, principal índice do pregão, a alcançar 70.011 pontos, a melhor marca desde janeiro de 2011. Somente uma das ações que integram o índice fechou em baixa.

No mercado de câmbio, o dólar operou em queda durante quase todo o dia, mas fechou em alta de 0,38%, cotado a R\$ 3,18 para venda, reagindo à obstrução da votação da medida provisória que cria a Taxa de Longo Prazo (TLP) na comissão especial do Congresso que analisa o tema.

Com o salto das ações, o valor de mercado da Eletrobras passou de R\$ 20 bilhões para R\$ 29 bilhões em poucas horas. **O Ministério de Minas e Energia**

encaminhou a proposta de privatização na última segunda-feira ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), mas a notícia só veio a público à noite. Com a novidade, o índice abriu a terça-feira em alta de 0,65%, a 69.079 pontos. O patamar de 70 mil pontos foi alcançado, pela primeira vez, por volta das 11h45.

Thiago Alvarenga, analista da MyCAP, da ICAP Corretora, destacou que o anúncio da privatização fez subir não apenas as ações da Eletrobras, mas também papéis como os da Cemig (8,58%) e os do Banco do Brasil (4,38%). “A notícia acelerou um movimento altista que vinha desde meados de junho e projetou novas altas”, avaliou. O recorde histórico do Ibovespa, de 73.516 pontos, foi alcançado em maio de 2008.

Rafael Sabadell, gestor da GGR Investimentos, disse que há um sentimento de otimismo nos mercados brasileiros pós-delação da JBS. Em maio, quando vieram a público as gravações de conversas do empresário Joesley Batista com o presidente Michel Temer, o Ibovespa caiu de 67 mil para 61 mil pontos em apenas um dia. Desde então, o índice se recuperou gradativamente. “A proposta de privatização puxa o índice por conta da percepção de impacto positivo para a própria empresa, quanto pelo prospecto positivo para as contas públicas”, avaliou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Sonegação frustrará receita

O governo não vai conseguir arrecadar os R\$ 9,9 bilhões esperados com o aumento do PIS-Cofins, segundo o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom). A avaliação é que o cenário favorável para a sonegação de impostos de empresas do setor, principalmente com a comercialização do álcool hidratado, fará com que o Planalto tenha frustração de receitas.

Dados de 2016 da Fundação Getulio Vargas (FGV) mostram que R\$ 4,8 bilhões são sonegados por ano no setor. A maior parte ocorre com o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As alíquotas do tributo variam em cada estado. No Distrito Federal, a taxa é de 28%. O Rio de Janeiro tem o índice mais alto, de 34%.

O setor é o primeiro em arrecadação com ICMS de todos os estados, superando energia elétrica e telecomunicações. As 27 unidades da Federação ganham R\$ 110 bilhões por ano com a tributação sobre os combustíveis. Mas a sonegação

também ocorre com os impostos federais.

O presidente do Sindicom, Leonardo Gadotti, não sabe quanto, mas prevê que boa parte do PIS-Cofins vai sofrer com fraudes fiscais, principalmente na comercialização de álcool hidratado, que, segundo dados do governo, deve gerar uma arrecadação de cerca de R\$ 5 bilhões. “Na verdade, vai perder esses R\$ 5 bilhões, porque grande parte será sonegada. O sonegador tem um produto extremamente barato na bomba e ele também atrai parte do produto de gasolina. O governo perde arrecadação nos dois combustíveis. Tenho certeza de que essa medida de aumentar impostos não vai ter o efeito esperado”, cravou.

De acordo com Gadotti, há empresários que abrem e fecham empresas para atuar ilicitamente no mercado. “Eles montam um modelo de negócio que traz resultado com a sonegação, enchem o cofre de dinheiro e fecham o negócio. E ficam orbitando entre cigarro, bebidas e combustíveis com essa prática”, disse. São os chamados devedores contumazes, que entram no mercado com o objetivo de não pagar os tributos. Só em São Paulo, 20 marcas acumulam dívidas de R\$ 16 bilhões, sendo que apenas quatro delas estão ativas.

O cenário é propício para esses crimes. A entidade reforçou que a morosidade de processos administrativos e judiciais é liberdade para a perpetuação dessas práticas, que atrapalham o comércio legal e prejudicam os contribuintes.

O governo reconhece que o crime fiscal no setor é um problema, mas, segundo Gadotti, não está na lista de prioridades do Planalto. Para incentivar mudanças, o Sindicom criou o Combustível Legal, proposta de projeto de lei que busca combater o comércio ilegal. Entre as demandas, há um empenho para uma força-tarefa que puna os fraudadores e estabeleça uma diferença entre quem cria a sonegação como um modelo de negócio e o devedor eventual. A iniciativa também defende a uniformização do ICMS dos estados.

Fatura mais cara do gás

A Supergasbras anunciou aos clientes que as faturas com vencimento a partir de 15 de setembro sofrerão repasse do custo de matéria-prima, referente ao aumento determinado pela Petrobras, de 7,35%. Segundo a empresa, qualquer cliente que tenha dúvida deve entrar em contato pelo número 0800 201 9000.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Elizabeth Farina e Zilmar José de Souza

Título: A necessidade de reorganizar o setor elétrico a curto prazo

A bandeira tarifária de energia elétrica para este mês de agosto é vermelha, significando um custo adicional de R\$ 3 a cada 100 kWh consumidos. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o que determinou o acionamento da bandeira vermelha foi a condição hidrológica desfavorável, levando ao aumento do custo de geração de energia elétrica, com o valor da usina térmica mais cara em operação ficando em R\$ 513,51/MWh. Em julho, a bandeira tarifária era amarela, significando um acréscimo de R\$ 2 a cada 100 kWh.

Paralelamente, para quem opera principalmente no mercado livre de energia elétrica, o indicador de preço balizador das transações no curto prazo, chamado de Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu o limite máximo permitido pela Aneel, sendo estabelecido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em R\$ 533,82 /MWh, para a semana que irá até 11 de agosto. O PLD é determinado semanalmente, por meio de modelos matemáticos, limitado por um preço máximo e mínimo estabelecido anualmente pela Aneel. Atualmente, os PLDs máximo e mínimo para o ano de 2017 são R\$ 533,82/MWh e \$ 33,68/MWh, respectivamente.

Num cenário como este, aquele produtor de energia elétrica que tem flexibilidade em expandir a oferta de curto prazo tenderia a ser na linha de produzir mais energia elétrica para a rede, o que aliviaria a pressão sobre a necessidade de operar termelétricas mais caras e preservaria os reservatórios das hidrelétricas no período de estiagem. É a conhecida lei da oferta: se o preço subir, a quantidade ofertada aumentará e diminuirá quando o preço cair.

A geração de energia pela fonte biomassa, sobretudo com o aproveitamento do bagaço e da palha da cana-de-açúcar, se encaixa bem na tradicional lei da oferta, mesmo no curto prazo. Um exemplo disto foi o ocorrido em 2014. Naquele ano, a fonte biomassa sucroenergética aumentou sua geração de energia para a rede em mais de 20% em relação a 2013, fato fortemente atribuído ao PLD à época, que navegou boa parte do ano próximo ao limite superior regulatório permitido pela Aneel.

Em outros termos, em 2014, de forma rápida, a geração da biomassa reagiu positivamente ao estímulo do preço, aumentando a oferta do sistema e diminuindo o estresse que estávamos vivendo em relação à segurança do suprimento energético. Estimuladas em boa parte pelo sinal econômico do PLD, as usinas a biomassa procuraram, no geral, antecipar o início da geração de energia elétrica, utilizando o bagaço e a palha e, onde estava disponível a preços competitivos, adquirir biomassa de terceiros - bagaço e palha de cana, cavaco de madeira, casca de amendoim e até resto de podas de árvores em cidades que seria desperdiçado do ponto de vista energético. Foi ótimo para o setor sucroenergético naquele momento, mas foi uma ajuda estratégica da biomassa

para o setor elétrico, além de ter evitado a operação de térmicas caras e poluentes.

Destravar o Mercado de Curto Prazo deve ser a diretriz principal e inicial para se começar a reforma do setor

Contudo, em 2017, mesmo com o PLD indo para o teto, pode ter usina com a orientação de evitar uma geração muito acima da planejada. Como entender isto? Passamos a não respeitar a lei da oferta? A diferença é que uma resposta rápida a um aumento no PLD, com uma geração muito acima do previsto pela usina a suas obrigações compromissadas, faz com que a geração extra tenha que ser liquidada no chamado Mercado de Curto Prazo (MCP) onde, há quase dois anos, os devedores (essencialmente, geradores hidrelétricos) não pagam os geradores credores, numa batalha judicial sem precedentes.

Geradores hidrelétricos estão com liminares no MCP que os protegem contra o risco hidrológico referente à geração no mercado livre, que passou a ser suportado pelo restante do mercado nas liquidações financeiras no MCP. A liquidação financeira mensal ocorrida agora em agosto, por exemplo, coordenada pela CCEE, movimentou apenas R\$ 750 milhões dos R\$ 3,1 bilhões contabilizados. Do valor não pago, R\$ 2,1 bilhões estão relacionados com essas liminares no mercado livre e R\$ 320 milhões representam outros valores em aberto na liquidação financeira. Sem chuvas, a previsão é que o crédito não pago nessas liquidações financeiras no MCP, por conta das liminares, chegue a R\$ 10 bilhões até o fim do ano.

Para se desenrolar o cenário de judicialização no Mercado de Curto Prazo, uma das iniciativas é tentar se aprovar ainda neste ano uma ampla reorganização do setor elétrico. A iniciativa está expressa na Consulta Pública nº 33, divulgada mês passado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), que traz uma proposta de benefício para os geradores hidrelétricos com liminares, passível de ser executada desde que aqueles abandonem suas liminares.

Será um ponto de atenção acompanharmos se desta vez conseguiremos vencer o problema da judicialização no MCP. Todo esforço institucional tem que ser para resolver a judicialização que ocorreu em torno do tema do risco hidrológico e se arrasta por quase dois anos. Se quisermos um mercado livre robusto, investidores em energia renovável confiantes no modelo institucional, a liquidação financeira no MCP tem que funcionar. Supomos que a solução proposta pelo MME tenha sido negociada e aceita pelos geradores hidrelétricos devedores que discutem sua situação no Judiciário. É inadmissível simplesmente tentar uma proposta, sem ter a segurança de que ela será aceita.

A proposta de reorganização institucional apresentada pelo MME traça uma visão de futuro para o setor elétrico brasileiro. São propostas amplas e que, no longo prazo, prometem modernizar o setor elétrico brasileiro. Contudo, destravar o Mercado de Curto Prazo deve ser a diretriz principal e inicial para se começar corretamente a reforma do setor elétrico. A necessidade de reorganização do setor elétrico, com equacionamento da judicialização, é no curto prazo! O esforço concentrado tem que ir neste sentido. Sem isto, hipotecamos, desde já, o futuro do setor elétrico e do projeto de sua reorganização institucional.

Elizabeth Farina e Zilmar José de Souza são, respectivamente, presidente e gerente de bioeletricidade da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Iang Kejun e Jonathan Woetzel

Título: A China e a revolução da energia

No começo de 2017, a China anunciou que investiria US\$ 360 bilhões em energia renovável até 2020 e que abandonaria os planos de construir 85 centrais de energia elétrica a combustão de carvão. Em março, as autoridades chinesas informaram que o país já estava ultrapassando as metas oficiais de eficiência de energia, de intensidade de carbono e da parcela de utilização de matrizes energéticas limpas. E exatamente no mês passado o órgão regulador de energia da China, o Departamento de Energia Nacional, baixou novas medidas para reduzir a dependência de carvão do país.

Estes são apenas os mais recentes indicadores de que a China está no centro de uma transformação energética mundial, que está sendo impulsionada pela mudança tecnológica e pelo custo decrescente dos renováveis. Mas a China não se limita a investir em renováveis e a abandonar gradualmente o carvão. O país também é responsável por uma parcela crescente da demanda energética mundial, o que significa que a contínua mudança de sua economia rumo ao crescimento puxado pelos serviços e pelo consumo vai remodelar o setor de recursos do mundo inteiro.

Ao mesmo tempo, vários outros fatores estão reduzindo o consumo mundial de recursos, entre os quais o aumento da eficiência energética nos prédios residenciais, industriais e comerciais e a queda da demanda por energia por parte dos transportes, devido à proliferação de veículos autônomos e ao compartilhamento de viagens.

De acordo com o novo relatório "Beyond the Supercycle: How Technology Is Reshaping Resources", do McKinsey Global Institute (MGI), essas tendências

estão desacelerando o crescimento da demanda de energia primária. Se a rápida adoção de novas tecnologias continuar, essa demanda poderá alcançar o pico em 2025. E, com o uso menos intensivo de energia e o aumento da eficiência, a produtividade energética da economia mundial poderá crescer de 40% a 70% nas duas próximas décadas.

Embora o crescimento mundial da demanda por energia esteja perdendo impulso, a parcela dessa demanda correspondente à China está aumentando. Até 2035 a China poderá responder por 28% da demanda mundial por energia primária, em relação aos 23% atuais, enquanto os Estados Unidos poderão se responsabilizar por apenas 12% até 2035, parcela inferior aos atuais 16%.

A China já fez avanços significativos na redução de sua intensidade de uso dos recursos: entre 1980 e 2010, sua economia ficou 18 vezes maior, mas seu consumo de energia ficou apenas cinco vezes maior. De acordo com dados do Banco Mundial, isso reflete uma queda de 70% de intensidade energética por unidade do PIB.

Em seu 13º Plano Quinquenal, o governo chinês pretende reduzir a intensidade energética em um total de 15% entre 2016 e 2020. O país já está quase chegando ao cumprimento dessa meta. No Congresso Nacional do Povo, realizado alguns meses atrás, o premiê chinês, Li Keqiang, informou que, só no ano passado, a intensidade energética da China tinha caído 5%.

Os renováveis são um dos motivos para a queda da intensidade da China no uso de recursos. Na esperança de se tornar líder mundial nesse campo, a China já está investindo mais de US\$ 100 bilhões em renováveis domésticos. Isso corresponde ao dobro do nível investido pelos Estados Unidos em energia renovável doméstica e supera o investimento anual somado dos EUA e da União Europeia.

No período de 1980 a 2010, a economia chinesa ficou 18 vezes maior, mas seu consumo de energia ficou apenas cinco vezes maior. De acordo com dados do Banco Mundial, isso reflete uma queda de 70% de intensidade energética por unidade do PIB

Além disso, a China está investindo US\$ 32 bilhões - mais do que qualquer outro país - em renováveis no exterior, onde empresas chinesas de primeira linha assumem cada vez mais a liderança em cadeias de valor mundiais de energia renovável. A State Grid Corporation da China tem planos de desenvolver uma rede elétrica baseada em turbinas eólicas e painéis de captação de energia solar do mundo inteiro. Estima-se que as fabricantes chinesas de painéis de captação de energia solar tenham uma vantagem de custo de 20% em relação a suas congêneres americanas, devido a economia de escala e ao desenvolvimento mais avançado da cadeia de suprimentos. E as fabricantes de turbinas para geração de

energia eólica, que zeraram as discrepâncias tecnológicas, respondem por mais de 90% do mercado interno chinês, em relação aos 25% cobertos em 2002.

Essas tendências sugerem que a China será uma fonte relevante tanto na demanda por energia quanto na tecnologia de ponta.

Sua experiência em redução da intensidade energética pode servir de guia para os países em desenvolvimento. E seus investimentos em renováveis internamente e no exterior poderão levar a novos saltos de qualidade tecnológicos que reduzam os custos para os consumidores de todos os países.

Mas a China também enfrentará dificuldades na transição dos combustíveis fósseis para os renováveis em meio a um setor mundial de recursos em transformação. Sua economia ainda é altamente dependente do carvão, o que envolve custos consideráveis na migração da capacidade para outros recursos, como gás natural e renováveis.

Além disso, a velocidade da construção de painéis solares e parques eólicos na China ultrapassou a da modernização da rede elétrica do país, o que criou um bom volume de desperdício. E as produtoras chinesas, a exemplo da maioria das outras, estão sentindo pressão crescente pela redução de seus custos e melhoria de sua eficiência para neutralizar os efeitos da desaceleração mundial do crescimento da demanda.

Apesar desses obstáculos, a inovação tecnológica deverá ajudar as produtoras chinesas a obter ganhos e gerar economias para os consumidores. De acordo com o MGI, até 2035, as mudanças da oferta e da demanda por commodities importantes poderão resultar mundialmente em economias totais de custos de US\$ 900 bilhões a 1,6 trilhão.

A escala dessas economias vai depender não apenas da rapidez com que as novas tecnologias forem adotadas como também da maneira pela qual as autoridades e as empresas se adaptarem ao seu novo ambiente. Mas, acima de tudo, dependerá da China. **(Tradução de Rachel Warszawski)**

Jiang Kejun é pesquisador-sênior do Instituto de Pesquisa Energética da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China.

Jonathan Woetzel é um sócio-sênior da McKinsey e um dos diretores do McKinsey Global Institute (MGI). Copyright: Project Syndicate, 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner e Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Eletrobras vai ajudar ajuste fiscal

Um intrincado arranjo contábil deve permitir que o dinheiro oriundo do processo de privatização da Eletrobras entre nos cofres do Tesouro Nacional como receita primária, livre para ser utilizada no ajuste fiscal, inclusive em despesas correntes do governo.

Para isso, o governo vai recorrer a uma modalidade de privatização não utilizada até agora, mas que está prevista na lei do Programa Nacional de Desestatização, criada no governo FHC.

Ninguém se arrisca a falar de valores concretos, mas estima-se que seja algo com potencial para arrecadação em torno de R\$ 30 bilhões. Não necessariamente entram de uma vez, só em 2018.

Receitas oriundas de privatizações são de natureza financeira, só podem ser usadas no abatimento da dívida pública e não têm efeito para as metas fiscais. Já as receitas advindas de concessões podem ser usadas para o pagamento de despesas correntes.

Para fazer a metamorfose de uma para outra categoria, o governo agirá em duas frentes paralelas: a privatização da Eletrobras e a "descotização" de 14 usinas hidrelétricas - com 14 mil megawatts (MW) de potência instalada - em posse da companhia.

A privatização ocorrerá por meio de um aumento de capital com aporte somente pelos acionistas privados, o que resultará em diluição da fatia atual de 75,2% da União - contando participação direta e indireta - no capital votante da empresa. No plano em gestação, que terá sua modelagem definida até o fim do ano, a ideia é que nenhuma ação do governo seja efetivamente vendida. Ele terá sua participação bastante reduzida, mas ainda será um acionista relevante.

Os recursos levantados no mercado de capitais darão fôlego à Eletrobras para pagar o bônus de outorga no processo de "descotização" das usinas que tiveram suas concessões prorrogadas em 2012. A companhia deverá ter algum direito de preferência para ficar com essas hidrelétricas. O bônus vai parar no caixa do Tesouro Nacional como dinheiro oriundo de concessões.

O processo de "descotização" reverte os pilares da MP 579, a medida provisória assinada pela ex-presidente Dilma Rousseff em 2012, que permitiu a renovação antecipada de concessões prestes a expirar em troca de uma queda forçada nas contas de luz.

As tarifas de geração dessas usinas foi para um patamar de R\$ 35 por megawatt-hora, mas elas têm outros custos bem disfarçados para o consumidor. O maior deles é a transferência do risco hidrológico - quando as hidrelétricas geram menos energia do que o previsto em seus contratos, por causa do esvaziamento de seus reservatórios, precisam repor o montante em falta recorrendo às termelétricas. A energia mais barata foi alocada em "cotas" para cada distribuidora.

A nova MP de reforma do setor elétrico, cujo conteúdo foi colocada em consulta pública pelo Ministério de Minas e Energia antes do envio ao Congresso Nacional, muda isso radicalmente. As hidrelétricas serão "descotizadas" e poderão cobrar tarifas de mercado, acima de R\$ 120, talvez perto de R\$ 200 por MWh, mas certamente acima do valor atual. No caso da Eletrobras, são esses 14 ativos.

Ao receber por tarifas mais altas e ganhar uma nova concessão de 30 anos, conforme os dispositivos da futura MP, a dona da usina terá que pagar um bilionário bônus de outorga à União. No início, pensava-se que os candidatos a ficar com essas hidrelétricas seriam empresas privadas.

Falava-se até em dividir os recursos em três partes: um terço para o Tesouro, um terço para a própria Eletrobras, um terço para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - fundo setorial que banca subsídios nas contas de luz. Essa ideia de rateio em três partes agora está sob revisão.

Na prática, a Eletrobras terá alguma preferência na manutenção dessas hidrelétricas. Hoje, seria impensável porque ela não tem dinheiro para pagar por elas.

Na engenharia pensada pelo governo, ela será capitalizada e transformada em empresa privada. Mais sólida e com caixa cheio, poderá fazer um desembolso bilionário pela nova outorga das usinas. Fica com esses ativos e o Tesouro leva bilhões de reais para cumprir sua meta fiscal. Não necessariamente de uma vez só, porque não há obrigatoriedade de fazer a "descotização" para todas as usinas de forma simultânea, mas o processo ocorreria paralelamente à privatização da companhia.

Há incertezas no próprio governo em torno da necessidade de tramitação legislativa do processo. Algumas autoridades afirmam que a transformação da Eletrobras em companhia controlada por acionistas privados deve constar de um artigo da MP que será enviada ao Congresso para a reforma do setor elétrico.

O artigo 7º da Lei 3.890 de 1961, responsável pela criação da Eletrobras, diz que a União será obrigada a subscrever emissões de ações ordinárias em proporção "suficiente para lhe garantir o mínimo de 51% do capital votante".

Uma lei posterior (9.491/97), que instituiu o Programa Nacional de Desestatização, permite à União fazer "aumento de capital, com renúncia ou cessão, total ou parcial, de direitos de subscrição".

Uma análise definitiva sobre a necessidade ou não de trâmite no Congresso dependerá da Advocacia-Geral da União (AGU).

Parece uma minudência jurídica, mas é politicamente sensível: a privatização da Eletrobras não obedece à divisão binária entre base aliada e partidos de oposição. Parlamentares governistas da região Nordeste podem resistir à perda de controle da Chesf; a bancada mineira sempre indica parte da diretoria de Furnas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner e Rafael Bitencourt | Brasília

Título: Itaipu e nucleares estão fora da lista do governo

A hidrelétrica binacional de Itaipu e as usinas nucleares em Angra dos Reis (RJ) deverão ser segregadas da Eletrobras antes da sua privatização. O **secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa**, explicou ontem que algumas operações podem ser desmembradas formalmente da companhia por questões legais. É o caso das usinas da Eletronuclear, segundo ele, que constituem uma atividade exclusiva da União. Trata-se de uma prerrogativa constitucional.

A modelagem do processo ainda será feita e não tem prazo para apresentação. Questionado se isso ocorreria até o fim deste ano, o ministro Coelho Filho respondeu: "Bem antes do que isso".

De acordo com o ministro de Minas e Energia, a operação de aumento do capital da Eletrobras deve ser concretizada até o fim do primeiro semestre de 2018, sem impedimentos legais relacionados às eleições. Ele fez questão de ressaltar que a medida vai além de objetivos imediatos para cobrir o déficit fiscal. "É um movimento muito mais forte do que alguns querem ver, com motivação arrecadatória", disse Coelho Filho.

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, afirmou que as dívidas bilionárias da companhia com fundos setoriais, como a Reserva Global de Reversão (RGR) e a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), serão, "pelo menos", negociadas até o início da privatização para dar previsibilidade ao negócio.

A Eletrobras tem recebido faturas relacionadas a passivos acumulados no período em que era gestora dos fundos setoriais. Na semana passada, por exemplo, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) notificou a companhia pela dívida de R\$ 2,998 bilhões com a CCC.

Ferreira evitou fazer qualquer aceno de estabilidade aos funcionários. Ele só mencionou a abertura de um novo plano de demissões voluntárias (PDV) no fim deste ano. Ao todo, o executivo calcula um potencial de reduzir 5 mil trabalhadores nos dois planos de desligamento voluntário.

"Concluímos há pouco um plano de aposentadoria, porque 45% dos funcionários têm mais 50 anos e um terço estava em condições de se aposentar. Registramos 2,1 mil adesões", comentou.

Ferreira esclareceu que o processo de venda das seis distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras, bem como de fatias em sociedades de propósito específico (SPEs), continuará normalmente. "Não temos nem um minuto a perder", enfatizou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

S&P rebaixa CSN

A agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) rebaixou o rating em escala global da CSN, de 'CCC+' para 'CCC', e a nota em escala nacional de 'brB' para 'brCCC'. Foram colocadas em observação com viés negativo. Em relatório, a S&P diz que o rebaixamento reflete as pressões cada vez maiores na liquidez da CSN - a empresa tem R\$ 19,5 bilhões em dívidas vencendo em três anos. Deste montante, cerca de R\$ 5,6 bilhões dizem respeito a notas seniores sem garantia que expiram em 2019 e 2020, o que deve implicar em menor flexibilidade de negociação. "A dívida de curto prazo da CSN representa um risco considerável de refinanciamento num momento em que as condições de mercado permanecem desafiadoras", declara a agência. Ela pondera que a queda na taxa de juros vai contribuir para a diminuição dos custos. No entanto, afirma que o alto endividamento da CSN continua representando um fardo superior à capacidade de gerar caixa.

Propostas para Libra

A Petrobras já recebeu as propostas e espera fechar ainda este ano o contrato de afretamento da plataforma do projeto pioneiro de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos. Segundo o gerente-geral de implantação de projetos de Libra, Osmond Coelho Junior, a companhia espera ter, ainda este mês, um posicionamento da Agência Nacional de Petróleo (ANP) sobre o pedido de 'waiver' (perdão pelo não cumprimento dos compromissos de conteúdo local) para o projeto, antes de assinar o contrato. Ao mesmo tempo em que mantém o pedido na ANP, a estatal também avalia a proposta da agência de flexibilizar a política de nacionalização. Segundo Coelho, as novas regras são atrativas, mas ainda estão em fase de discussão e há incertezas de quando vão vigorar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | De São Paulo

Título: Privatização da Eletrobras agrada elétricas

A proposta do governo de privatizar o controle da Eletrobras foi bem recebida pelas companhias privadas do setor. Executivos ouvidos pelo **Valor** entendem que, de forma geral, a iniciativa está em linha com a reforma do setor elétrico, que está em discussão pelo Ministério de Minas e Energia e deve sair por meio de Medida Provisória em setembro. Eles, porém, alegam que ainda falta um detalhamento sobre o plano de privatização.

"Este anúncio da privatização da Eletrobras é o início da reforma do setor elétrico. Esta possibilidade já estava identificada no próprio texto colocado em consulta pública", disse o presidente da EDP Brasil, Miguel Setas, em entrevista coletiva sobre as contribuições que a companhia enviou à reforma setorial. "Vemos este passo como uma sinalização positiva para o setor. É uma sinalização de que esta transformação tem um alto patrocínio do governo, no mais alto nível. Ficou clara a vontade do governo de fazer uma intervenção estruturante no setor elétrico neste momento", completou o executivo.

O presidente da Engie Brasil Energia (ex-Tractebel Energia), Eduardo Sattamini, disse que a privatização do controle da companhia dará mais flexibilidade à gestão da Eletrobras, por exemplo em licitações de aquisições de bens e serviços. O executivo, contudo explicou que a empresa não tem planos de entrar no capital da Eletrobras. O foco da Engie, explicou seria nas hidrelétricas antigas que seriam desotimizadas e, em seguida, privatizadas.

"Nosso interesse seria muito provavelmente nos ativos deles que seriam relicitados. [A privatização da Eletrobras] é muito mais um investimento para um gestor financeiro, não estratégico", disse o executivo, em evento de

comemoração dos cinco anos da BBCE, plataforma eletrônica de leilão contínuo de energia.

Para Sattamini, apesar de o governo determinar a privatização do controle da Eletrobras, a companhia só poderia retomar as usinas, após a descotização, se vencesse leilão em disputa com outros agentes.

Segundo ele, caso fosse oferecido à Eletrobras uma preferência na recompra das usinas, a mesma opção deveria ser colocada para a Cemig. "Tem que ter o mesmo tratamento, porque a Eletrobras tem minoritários. Se fosse uma empresa exclusivamente estatal seria diferente", afirmou.

Presente ao evento, o presidente da CPFL Energia, André Dorf, disse que a decisão do governo de se desfazer do controle da Eletrobras traz aspectos positivos para o setor elétrico. "O modelo ainda não está totalmente divulgado. Mas tudo indica que o governo tende a reduzir a participação [na Eletrobras] e o mercado vai absorver isso. Não necessariamente um 'player' ou outro 'player'. Evidentemente vamos olhar como olhamos todas as oportunidades de mercado, mas não necessariamente trata-se de privatização nos moldes que vivemos nos anos 1990, em leilões de venda para um agente privado".

A decisão do governo de se desfazer do controle da Eletrobras traz aspectos positivos para o setor elétrico

O ex-presidente da Eletrobras e do conselho de administração da estatal José Luiz Alquéres elogiou a decisão do governo, classificando como "corajosa" a postura do ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho. Ele, contudo, defendeu que o processo fosse feito por meio da privatização das grandes subsidiárias regionais Furnas, Eletrosul e Eletronorte, com exceção da Chesf, que deveria continuar sob a gestão do governo, pelo papel importante que exerce na gestão da energia e dos recursos hídricos no Nordeste.

"[A Eletrobras] é uma empresa de escala continental. Na minha visão, os grandes blocos regionais deveriam ser vendidos privatizados sob a forma de 'corporation', para não haver nenhum grupo individualmente dono, e associados a uma grande responsabilidade ambiental regional. [...] Um caso particular é o da Chesf, que, à primeira vista, não vejo como ser privatizada, face às enormes responsabilidades que ela tem relação ao uso múltiplo da água na região Nordeste".

Considerando a opção de privatizar o controle da holding, Alquéres sugeriu que o governo ficasse com uma fatia de 20%, com direito a vagas no conselho.

O ex-presidente da Eletrobras criticou a forma desordenada com que o governo tem apresentado propostas sobre a estatal e o modelo do setor elétrico. "A própria proposta de descotização que está nisso [na audiência pública da reforma

setorial] é de certa forma incompatível com o anúncio da [privatização] da Eletrobras. [...]. "Há uma 'usina' de ideias do governo, mas falta por uma certa ordem".

Contrário à privatização da Eletrobras, o Clube de Engenharia alega que a medida vai "desmontar conquistas econômicas e sociais" do país nos últimos 80 anos e encarecer o preço da energia. "Não tenho nada contra a participação privada em serviços de utilidade pública, com tarifas cobradas pelo custo, como são em todos os países que dispõem de base industrial. A indústria só funciona se tiver energia barata. [...]. "Não me surpreendo com a proposta. Querem transformar energia elétrica em mercadoria", disse Pedro Celestino, presidente do Clube de Engenharia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Fundos de pensão estão preparados

Prejudicados por ingerência política no passado e envolvidos em escândalos como o Mensalão, há sete fundos de pensão ligados à Eletrobras, suas subsidiárias e distribuidoras cujas patrocinadoras podem ser privatizadas - juntos, eles têm patrimônio de quase R\$ 33 bilhões. Desde que tiveram problemas, anos atrás, entidades como Eletros, da Eletrobras, e Real Grandeza, de Furnas, vêm tentando arrumar a casa com algum sucesso. Uma possível privatização do grupo é uma decisão que cabe ao patrocinador, mas segundo especialistas ouvidos pelo **Valor**, elas podem estar preparadas para fazer esta transição de forma tranquila.

Em termo de patrimônio, a maior das fundações é a Real Grandeza, com quase R\$ 15 bilhões. "A fundação está enxuta e eficiente e não tem nenhum passivo ou grande problema. Tivemos a possibilidade de fazer uma blindagem política forte da Real Grandeza que nos proporcionou segurança", disse o presidente da entidade, Sérgio Wilson Ferraz Fontes.

Isso ocorreu depois que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios, verificou que, entre 2000 e 2005, dos R\$ 1,1 bilhão que a fundação aplicava em certificados de depósito bancário (CDBs), 51% concentraram-se nos bancos BMG, Rural e Santos, que apresentavam grandes riscos no mercado. Já em 2009, foi atribuída ao então deputado Eduardo Cunha uma tentativa de mudança na direção da fundação. Ele sempre negou.

Fontes ponderam que qualquer mudança de política de recursos humanos das patrocinadoras pode ter alguma alteração nos fundos, mas garantiu que na Real Grandeza o impacto não deve ser grande. Isso porque o fundo de benefício

definido é o maior e mais maduro - avaliado em quase R\$ 14 bilhões -, já está fechado a adesões e é um plano equilibrado. No ano, há um déficit de R\$ 200 milhões e por ora não há risco de equacionamento ou de aumento de custos para a patrocinada. Já no plano de contribuição definida, superavitário, tem custo mais atrativo que fundos de previdência aberta, diz.

A Eletros, ligada aos funcionários da Eletrobras, diz que uma possível privatização da patrocinadora é decisão do controlador. "A fundação seguirá atuando em prol de seus participantes, assistidos e de todas as suas patrocinadoras enquanto aguarda os eventuais desdobramentos dessa questão", disse em nota. A entidade, também ligada a outras elétricas, tem patrimônio perto de R\$ 5 bilhões.

"Nenhuma das fundações teria problema em eventual transição de público para privado, mas nenhuma vai mudar a vida agora", disse um especialista do setor.

Outros fundos de pensão com relação com Eletrobras são a Fachesf (Chesf) e Elos (Eletrosul Centrais Elétricas, mas sem relação com a Eletrobras). As entidades ligadas às distribuidoras são Faceal, de Alagoas, e Facepi, do Piauí. Nenhuma delas comentou a proposta de privatização. A Previnorte, voltada aos empregados da Eletrobras Eletronorte, Eletrobras Amazonas Energia, Eletrobras Distribuição Roraima e Eletrobras Distribuição Acre, afirmou que não comentaria por não possuir informações da holding sobre o tema.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Rafael Rosas | Do Rio

Título: Sindicatos articulam reação ampla

Os trabalhadores das empresas do sistema Eletrobras articulam reação à proposta do governo Temer de privatizar a holding estatal do setor elétrico. Estão previstas medidas nas frentes jurídica e política e haverá mobilização em "defesa das empresas públicas" reunindo não só os eletricitários, mas empregados de outras estatais.

"Estamos nos preparando em várias frentes", disse Fernando Pereira, secretário de energia da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e coordenador do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE). O CNE reúne entidades de trabalhadores que representam as 16 empresas do sistema Eletrobras. O coletivo representa 23 mil trabalhadores, disse Pereira.

Na visão dele, não será "fácil" para o governo privatizar o sistema Eletrobras rapidamente. "Vamos fazer o possível e o impossível para esclarecer a população, que é quem, mais uma vez, vai pagar a conta." Ele afirmou que hoje há subsídios cruzados no setor, uma série de benefícios, uma vez que a geradora é sobretudo estatal e, como tal, tem um papel social.

"Alguém em sã consciência vai crer que os chineses, que são os que estão se preparando para comprar o parque elétrico brasileiro, vão estar preocupados com ação social no Brasil? Não existe isso, os chineses vem para ganhar dinheiro." Ele avaliou ainda os efeitos de um suposto interesse dos chineses na Eletrobras. "Quem comprar a Eletronorte, além da energia, terá acesso à biodiversidade da Amazônia. Na nossa visão, a energia na região norte será um bico para os chineses".

Pereira disse que nos dias 30 e 31 deste mês haverá reuniões dos trabalhadores do setor em Brasília, inclusive na Câmara dos Deputados, para definir as mobilizações. Uma das ideias é fazer uma greve geral nacional, disse Pereira. Fabíola Latino Antezana, secretária de energia da Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU), disse que um ato contra a privatização das estatais e em defesa das empresas públicas está sendo marcado para 3 de outubro, data de fundação da Petrobras, no Rio. Há conversas para que esse ato reúna, além dos eletricitários, petroleiros, movimento dos atingidos por barragens, bancários e empregados dos Correios. "O aumento de tarifas com a privatização será líquido e certo", afirmou Fabiola.

Pereira, do CNE, disse que na área jurídica estão previstas ações contra a privatização. Mas Pereira disse que a experiência mostra que só liminares não bastam. "Temos que mobilizar os trabalhadores e a sociedade porque é ela que vai ser penalizada", insistiu. "Vamos esclarecer a população que, mais uma vez, quem vai ser penalizado são os brasileiros. Hoje a geradora é estatal: o megawatt sai em média entre R\$ 36 e R\$ 40. Imagine isso passando para iniciativa privada? Vai cobrar energia cara que vai passar para as distribuidoras que já são privadas, uma bola de neve."

Em carta enviada aos funcionários da Eletrobras, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior, afirmou que a proposta de privatização da companhia "ainda será mais bem detalhada" e disse ter a convicção de que "o governo federal quer a perpetuidade de nossa empresa, que ela se recupere e volte a orgulhar todos os brasileiros".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Governo perde R\$ 228 bi com Eletrobras

A gestora 3G Radar calcula que o governo perdeu R\$ 228 bilhões com a Eletrobras nos últimos 15 anos. O período engloba os governos de Lula e Dilma Rousseff, que influenciou no setor desde que foi ministra de Minas e Energia, de 2003 a 2005. Continuou como chefe da Casa Civil e depois presidente da República. O valor calculado pela 3G, que é acionista da estatal, não está associado a investimentos eficientes ou melhoria da qualidade de serviços, dizem os autores do relatório.

Conclui-se que no período, os "verdadeiros acionistas" da estatal foram construtoras, fornecedores e políticos corruptos "juntamente com aqueles que se beneficiaram das ineficiências e que criaram um valor significativo para si mesmos sem devolver nada ao país".

Os R\$ 228 bilhões correspondem a 4% do Produto Interno Bruto (PIB) ou 7% da dívida pública líquida brasileira, apontam os autores. O histórico da "destruição de valor" da estatal, que responde por 32% da capacidade de geração de energia brasileira, inclui perdas de R\$ 20 bilhões com a participação em projetos estruturantes, como as hidrelétricas de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio, diz a Radar.

"Para justificar a criação de uma reserva de mercado para esses projetos, o governo federal criou tarifas abaixo da média do mercado. O resultado foi uma baixa taxa de retorno para esses projetos, um fardo que só a Eletrobras teve que suportar", afirma o relatório..

No caso desses projetos, o cálculo da gestora é de que a estimativa inicial para a taxa de retorno, que era de 7% a 8%, ficou em zero. A projeção é de uma destruição de valor de R\$ 47 bilhões, sendo R\$ 6 bilhões relacionados a baixas tarifas iniciais e R\$ 41 bilhões referentes a ineficiências e corrupção.

Apontam ainda que não é correto dizer que as tarifas mais baixas proporcionaram economia de R\$ 6 bilhões para os consumidores de energia, pois esse valor é menor do que os R\$ 20 bilhões de perdas da Eletrobras e do contribuintes. Já os atrasos nos projetos das três gigantescas hidrelétricas trouxeram perdas de R\$ 15 bilhões para os consumidores, considerando o aumento das tarifas provocado pelo despacho de térmicas a gás.

As perdas do que a gestora considera o "desastre econômico nuclear" de Angra 3 são estimadas em R\$ 20 bilhões. Argumenta que sem ter mecanismos de mercado que justificassem esse investimento o governo federal alocou a energia que seria gerada nesses projetos em uma conta chamada energia de reserva, com tarifa que hoje são de R\$ 230 por MWh.

A avaliação é de que o preço não justifica o risco econômico de um projeto tão desafiador, cujo início da geração era previsto para 2017 com investimento inicial previsto em R\$ 10 bilhões, mas que ainda precisa de R\$ 16 bilhões para terminar. O custo final, R\$ 26 bilhões, é 63% superior à estimativa inicial.

Já as perdas acumuladas pelas seis distribuidoras da Eletrobras são calculadas em R\$ 41 bilhões, aplicando-se uma taxa de 10% aos R\$ 31 bilhões investidos em termos reais. As distribuidoras do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí foram federalizadas e deveriam ser privatizadas mas com mudança da orientação do governo em 2003 acabaram ficando com a estatal. As perdas incluem o dinheiro colocado pela holding e a dívida de R\$ 16 bilhões na compra de combustíveis: a maior parte com Petrobras.

A perda de valor com essas companhias - que são só 5% do consumo elétrico do Brasil - equivale a quase toda a base regulatória das distribuidoras brasileiras (excluídos Rio de Janeiro e São Paulo). "Em outras palavras, com o dinheiro perdido a Eletrobras poderia ter construído uma nova rede de distribuição no Brasil", destaca a 3G.

Essas distribuidoras devem ser privatizadas até o fim do ano. Se isso não ocorrer, serão devolvidas para o governo federal. A Eletrobras ficará com os passivos e receberá uma indenização pela base regulatória de ativos. Ao mencionar as ineficiências da estatal, o cálculo da gestora é de que as perdas de valor chegam a R\$ 85 bilhões. Ao comparar seus custos com os de empresas privadas, a 3G Radar apontam R\$ 4 bilhões abaixo em base anuais, excluídas as distribuidoras. Multiplicando-se essa perda por 15 anos, ajustada pelo custo de capital, chega-se à conta de R\$ 85 bilhões anuais.

A 3G comparou as subsidiárias Furnas, Eletronorte e Chesf com duas geradoras privatizadas em 1999 - AES Tietê e Engie (ex- Eletrosul e Tractebel) e a transmissora Cteep, privatizada em 2006. A Engie, que respondia por 5% dos ativos da estatal em 1998 (na privatização), hoje tem valor em bolsa 15% maior do que o da Eletrobras.

As três privatizadas geraram um fluxo de caixa por meio de impostos e dividendos de R\$ 25,9 bilhões, maior do que as subsidiárias da Eletrobras - R\$ 20,7 bilhões. Isso ocorreu mesmo considerando que a estatal investiu mais (cerca de R\$ 84,2 bilhões ajustados à inflação) em comparação com R\$ 65 bilhões das privadas. A perda de valor somente com os projetos de Belo Monte, Santo Antonio e Jirau corresponde a R\$ 20,3 bilhões.

Outros R\$ 20 bilhões em perdas para a estatal vieram com a MP 579, de 2012, que forçou uma queda artificial dos preços da energia em ano pré-eleitoral, trazendo perdas massivas para todo o setor, desbalanceamento da oferta e

demanda de energia, distorções de preços e problemas nos balanços das estatais, segundo a gestora.

A 3G lembra que a Eletrobras foi a única empresa que aceitou os termos da 579 em geração e que para reverter parte dos problemas o governo atual está propondo a redução parcial dos impactos por meio da "descotização". O valor econômico criado pela descotização gera efeito positivo de R\$ 36,6 bilhões ainda é insuficiente, mas para compensar a estatal dos efeitos negativos, teria que receber mais do que a proposta inicial do governo. Se incluída a perda com Angra III, a perda seria de R\$ 60 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner e Rodrigo Polito | Do Rio e de São Paulo

Título: Ex-presidente do conselho da estatal, Elena Landau elogia proposta de Temer

Ex-presidente do conselho de administração da Eletrobras e ex-diretora do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) responsável pelas privatizações no governo Fernando Henrique Cardoso, a economista Elena Landau considerou "sensacional" a decisão do governo de privatizar a Eletrobras. "Provavelmente é a melhor notícia deste governo", disse ao **Valor**, elogiando o **ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho**. "Não só porque é uma solução boa para a Eletrobras", diz Elena, que considera o meio mais ágil. "Abre caminho para outras companhias. Por que não a Petrobras um dia?", afirma.

Na sua avaliação, a Eletrobras privatizada será uma ótima solução do ponto de vista fiscal e operacional, e traria benefícios para os consumidores. "Existe uma visão equivocada de que tudo que é estatal é bom para o público, e se viu que não é assim", afirma.

Ela atribuiu a atual situação crítica da Eletrobras ao governo anterior. "O que quebrou a Eletrobras foi esse descuido de achar que retorno não importa e junto com isso reduzir os recursos da companhia com a Medida Provisória 579", afirma, numa referência à MP que forçou a estatal a antecipar a devolução de usinas cuja concessão ainda não tinha vencido.

A essa MP se seguiu uma redução de 20% no preço da energia, logo neutralizada porque o país entrou em um período hidrológico desfavorável e teve de ligar térmicas caras, cujo preço foi repassado para os consumidores.

O tom mais crítico é dirigido à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que segundo a economista "atrasa decisões e em alguns casos até revê o passado".

Ela defende que a regulação está frágil e precisa ser fortalecida nesse momento. "Estou bastante decepcionada com a Aneel. Acho que a agência deveria ter todo o interesse de ajudar na privatização e de cooperar nesse momento com a recuperação da Eletrobras. Mas parece que não está com vontade."

A Aneel está apurando supostas irregularidades cometidas pela Eletrobras na gestão de fundos setoriais, entre eles a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) que subsidia a aquisição de combustíveis (óleo e gás) para geração de energia na região Norte. Recentemente, a Aneel cobrou R\$ 2,99 bilhões por aportes feitos na Amazonas Energia. Existem discussões também sobre a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a dívida da Eletrobras somente com a Petrobras já está perto de R\$ 16 bilhões. Elena afirma que a intervenção do regulador atrapalhou um acordo que estava sendo negociado pela Petrobras e Eletrobras.

"O acordo com a Petrobras estava caminhando, a confissão de dívida, tudo estava organizado. Aí a Aneel, que hoje é o que mais prejudica a Eletrobras, resolveu rever o contrato com a Petrobras. Um contrato que até 2015 tinha volume, preço, tudo aprovado. Quer dizer, no Brasil não só se tem insegurança jurídica permanente como se revê os termos para trás", afirmou, quando questionada sobre a demora da agência reguladora em se posicionar sobre a fiscalização dos recursos da CCC.

A economista fez uma provocação aos minoritários, dizendo que se fosse eles processaria a agência reguladora. "Vamos falar francamente com todas as letras. Se queremos reduzir o tamanho do estado, se a gente quer enxugar o estado, a gente precisa ter uma agência reguladora confiável em todos os setores. Confiável que eu digo não é no sentido ético, mas no sentido técnico, de estar em cima dos problemas. A Eletrobras estava com todo o acordo com a Petrobras e parou na Aneel. Não sei porque. Se é falta de gente, de prioridade."

Segundo Elena, as vendas da BR Distribuidora e das distribuidoras da Eletrobras precisam sair juntas. "Estava tudo bem organizado quando a Aneel glosou o contrato de gás. E anunciou por coincidência no dia do balanço da Eletrobras. Parece coisa de propósito."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Raymundo Costa | De Brasília

Título: Base aliada do governo reage contra inclusão de venda de Furnas e Chesf

Há quase uma unanimidade na base aliada do governo favorável à privatização da Eletrobras, desde que Furnas e Chesf fiquem fora do negócio, a exemplo do que deve ocorrer com Itaipu Binacional e as usinas nucleares de Angra.

"Furnas é um símbolo de Minas Gerais", disse o deputado Marcus Pestana (PSDB-MG). "Fui contra em 1997 e sou contra outra vez a privatização da Chesf", disse o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), especialista na área no setor elétrico. Ele já foi dirigente da Chesf.

Há reação também dos parlamentares da região Norte do país, onde opera a Eletronorte, hoje relativamente desidratada da influência do ex-presidente José Sarney (PMDB-AP), mas ainda muito demandada pelos parlamentares.

Envolvido integralmente na reforma política, o Congresso à primeira vista aplaudiu a proposta de privatização da Eletrobras, mas tanto deputados e senadores do Nordeste como os de Minas acreditam que Chesf e Furnas ficarão de fora.

O projeto do governo ainda é pouco conhecido, mas desde já se especula, na cúpula do Congresso, que a Furnas e Chesf podem ser o "bode na sala", para o governo mais adiante negociar não só a privatização da Eletrobras como a votação da reforma da Previdência.

Como a questão terá de passar pelo Congresso, há dúvidas se o governo do presidente Michel Temer terá cacife suficiente para aprovar um projeto dessa envergadura. Num primeiro momento, dirigentes do Congresso chegaram a classificar de "factóide" a intenção do governo.

O deputado Pestana é favorável à venda da Eletrobras "dentro de uma boa regra, bom desenho de contrato e regulação", mas avalia que os mineiros devem reagir à inclusão de Furnas. Aleluia, por seu turno, argumenta que a questão do vale do rio São Francisco deve ser discutida integradamente com a Codevasf e a Chesf. "Não cabe uma solução só para a Chesf".

"O setor elétrico está destruindo o vale do Rio São Francisco", diz Aleluia. Segundo o deputado, nas áreas a jusante da barragem de Sobradinho já não é possível captar água para irrigação".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Lucinda Pinto e Chrystiane Silva | De São Paulo

Título: Euforia com Eletrobras puxa ações de estatais

A inesperada notícia de que o governo pretende privatizar a Eletrobras provocou euforia ao mercado de ações. O Ibovespa, principal índice da bolsa, subiu 2,01%, para 70.011 pontos, o maior nível desde 18 de janeiro de 2011. O forte volume de negócios, de R\$ 7,8 bilhões, confirma a força da onda compradora. Somente as duas ações da Eletrobras movimentaram R\$ 1,07 bilhão, equivalente a 13,57% do giro do Ibovespa.

Os ganhos na bolsa foram generalizados - apenas quatro ações do Ibovespa fecharam em queda -, mas o destaque positivo na sessão de ontem foi, de longe, Eletrobras. A ação ordinária da companhia subiu incríveis 49,30%, para R\$ 21,20. Já as ações PNB tiveram alta de 32,08%, a R\$ 23,55. A corrida pelos papéis já havia começado na véspera, em Nova York, quando foi divulgada a informação de que o governo pretende abrir mão do controle da estatal, levando o ADR da empresa a avançar 20%.

Toda essa reação positiva, entretanto, foi insuficiente para fazer a ação retomar o preço registrado no fim do ano passado, de R\$ 22,74, no caso da ON, e de R\$ 24,26, a PNB, período em que a empresa ainda estava sob efeito positivo da mudança da diretoria. De todo modo, os papéis já conseguiram anular boa parte do desempenho negativo acumulando ano: a ação ON, que caía 37% até o pregão de segunda-feira, agora perde 7%.

Alto endividamento, dificuldades de gestão, interferência política e ineficiência operacional explicam o desempenho fraco das ações e a ausência, inclusive, de cobertura da empresa por parte de algumas grandes casas de análise. E é esse cenário, segundo a avaliação de analistas, uma das principais motivações para a venda da companhia.

"Nossa impressão é de que a Eletrobras não estava tendo sucesso em seu objetivo de venda de ativos, porque havia pouca demanda pelas elétricas. A reestruturação não estava dando certo e, em algum momento, o governo teria que injetar dinheiro", afirma um gestor. Vender a empresa - seja por meio de leilão, seja com a diluição da participação do governo em uma capitalização - parece resolver essa situação, além de ser uma maneira de atender ao esforço do governo de levantar recursos para cobrir seu déficit.

A leitura positiva, entretanto, não provocou uma onda de revisão dos preços-alvo estabelecidos por analistas. O Morgan Stanley trabalha com uma projeção de R\$ 34,00, com recomendação de compra, enquanto o Citi tem preço-alvo de R\$ 16,20. Já o Santander mantém sua estimativa para um ano em R\$ 29,54.

Mas, para o diretor de renda variável do Santander, André Rosenblit, é provável que o papel siga oscilando ao redor dos R\$ 22,00 nos próximos dias, passado o forte ajuste de posições observado ontem. "As informações que eu tenho até

agora não justificam uma valorização tão forte", afirma. "Quem comprou a ação provavelmente vai esperar para ter mais informações sobre o que vai acontecer e, por isso, a oscilação desse preço deve diminuir."

Ainda segundo Rosenblit, boa parte dos ganhos observados ontem deve ser atribuída a ajustes técnicos. "A ação estava muito desvalorizada. E quem estava vendido no papel precisou zerar a posição", explica. Segundo um gestor de fundos, a posição vendida em ON da Eletrobras somava cerca de 9,7 milhões de ações. Só ontem, foram negociados 33,5 milhões de papéis - parte para zerar a venda -, bem acima dos 2,73 milhões de ações da véspera.

Outro profissional observa que muitos fundos que seguem o Ibovespa sequer tinham papéis da Eletrobras e, com essa mudança de direção da ação, precisaram ajustar suas carteiras. "Foi um evento inesperado e a necessidade de ajuste de posições potencializa as oscilações."

O clima positivo que se instalou na bolsa, que há semanas não conseguia romper a barreira dos 69 mil pontos, se estendeu para outros papéis, principalmente os de empresas estatais. A ação da Cemig, que está no centro de uma discussão judicial sobre a realização do leilão de quatro hidrelétricas, subiu 8,58%, enquanto Banco do Brasil avançou 4,38%. Já as ações ON da Petrobras tiveram alta de 3,70% e os papéis PN ganharam 3,37%. Fora do Ibovespa, Banrisul PNB subiu 9,07%.

A reação do mercado demonstra que, mais do que a operação em si, cuja modelagem ainda é uma dúvida, o sinal do governo é muito positivo. "O mercado adora privatização porque acha que a empresa tende a ser melhor gerida pelo setor privado", explica Rosenblit, lembrando que os exemplos da Vale, Embraer e CSN corroboram essa visão.

"A leitura do mercado é de que, se o governo está disposto a privatizar uma empresa como a Eletrobras, ele pode fazer o mesmo com o Banrisul e salvar um Estado que está quebrado", observa outro gestor. "Falar em privatização foi um tabu nos últimos governos. Colocar essa possibilidade à mesa é um quebra de paradigma e coloca o mercado em outro ponto."

Para o estrategista da XP Investimentos, Celson Plácido, o movimento de alta do Ibovespa é bastante consistente e o índice pode encerrar o ano no recorde histórico, aos 73.500 pontos. O analista afirma que o anúncio de privatização da Eletrobras traz uma sinalização importante para o mercado financeiro. "Há uma redução do tamanho do Estado por meio da venda de ativos e o setor de energia e as empresas estatais se beneficiarão desse movimento", diz.

Plácido também considera que a venda da Eletrobras vai permitir uma redução do déficit fiscal. "O governo espera arrecadar R\$ 20 bilhões", diz. Ele afirma que esses dois fatores - a redução do tamanho do Estado e a privatização das estatais - ajudarão a reduzir os gastos do governo, arrecadar mais por meio da venda de ativos e melhorar a governança das companhias. "Provavelmente, os retornos para empresas estatais serão maiores", afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Silvia Rosa | De São Paulo

Título: Bônus da elétrica podem ganhar com venda

A compra da Eletrobras por um grupo com rating melhor que o do governo brasileiro, que hoje está abaixo do grau de investimento, poderia trazer uma valorização adicional para os bônus da empresa, avalia Carlos Gribel, responsável pela mesa de renda fixa na Andbanc Brokerage, em Miami.

Os papéis da estatal já negociam hoje com um ágio, isto é, acima do valor de face. Os bônus com vencimento em outubro de 2021, os mais líquidos, subiram ontem 1 ponto percentual, alcançando cerca de 105% do valor de face. Esse preço equivale a um retorno para o investidor ("yield") de cerca de 4,23%. O papel foi emitido em 2011 com uma taxa de 5,75% ao ano. "O yield nesses níveis já está bastante comprimido. Mas o papel pode ter uma valorização dependendo de quem comprar a Eletrobras na privatização", afirma Gribel.

O governo anunciou ontem que planeja privatizar a estatal de energia. A expectativa é que esse processo seja concluído até o primeiro semestre de 2018.

Segundo Gribel, se a empresa for comprada por um grupo com grau de investimento, acima do rating do governo brasileiro, o papel poderia subir mais 1 ponto percentual. Hoje, o rating da Eletrobras está em 'BB/BB-'.

Para se ter uma ideia do potencial de valorização, o papel da Vale para 2021, que tem grau de investimento, é negociado a 109,80% do valor de face, pagando um yield de 3,20%, abaixo da taxa de Eletrobras.

O plano do governo de privatizar a Eletrobras deve colocar de lado os planos da empresa de fazer uma nova captação no mercado externo, segundo fontes do mercado. A Eletrobras já havia contratado os bancos para emitir cerca de US\$ 1 bilhão em bônus com o objetivo de recomprar os papéis hoje em circulação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Adriana Cotias e Silvia Rosa | De São Paulo**Título: Para gestores, mercado de capitais ganha com Eletrobras fortalecida**

O plano do governo para privatizar a Eletrobras é a melhor notícia para o setor elétrico nos últimos 22 anos e uma operação com potencial de ter grande repercussão se concretizada via mercado de capitais, sob o alicerce das práticas de governança previstas no Novo Mercado, segundo Pedro Batista, chefe de análise da 3G Radar.

"Para o mercado de capitais é muito importante contar com uma Eletrobras fortalecida", diz. Segundo o especialista, a retomada das ofertas de ações na B3, com a chegada de nomes como Carrefour e IRB, deixou claro que o mercado de capitais pode ser um sócio importante no longo prazo. Se a operação for bem sucedida, outras empresas do setor público podem trilhar caminho semelhante. "Por que não os Correios, a Infraero, outras estaduais como de saneamento?", sugere.

Não é de hoje que a casa de gestão especializada em ações de companhias locais - e ligada ao 3G Capital, do trio Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira - previa um rearranjo do setor elétrico sob o comando do ministro das Minas e Energias, Fernando Coelho Filho. A 3G Radar tem fatias expressivas de suas carteiras em papéis da Eletrobras. Ao fim de abril, o fundo de ações master tinha 21,5% do patrimônio em ações da companhia, e na posição de julho, o fundo em cotas 1080 aparecia com fatia de mais de 55%, segundo dados da Morningstar.

Batista não comenta se aumentou a posição ou qual a estratégia das gestão, só cita que a 3G tem um horizonte de longuíssimo prazo. Na sua última carta aos investidores, a casa dizia que o investimento em Eletrobras era baseado no valor intrínseco que estimava para os ativos da empresa com base em pressupostos conservadores de longo prazo, bem como um dividendo mínimo razoável para as preferenciais. "Nossa avaliação de valor não foi feita com base em qualquer alteração potencial na regulamentação ou em ganhos de eficiência", escrevia a equipe. Embora não levasse em conta no cenário-base uma mudança mais estrutural na ocasião, a gestora reconhecia nas iniciativas do Ministério de Minas e Energia uma gestão orientada para o mercado, que poderia liberar valor para o investimento.

A intenção do governo de privatizar a Eletrobras traz um bom sinal para o mercado e não por outra razão todas as estatais subiram ontem na bolsa, sob a percepção de que o jogo político pende para um Estado menor, segundo Fernando Lovisotto, sócio da Vinci Partners. Embora não esteja claro como a operação será concretizada, o executivo vê valor potencial nas ações.

"Até o ano passado, era um papel que ficou por muito tempo praticamente sem cobertura de analistas", cita. "Agora, a percepção é que a governança já melhorou, tem um presidente que entende do setor. Se o processo for adiante, é só uma sementinha, a ponta do iceberg [de algo maior]."

Lovisotto acrescenta que a estatal elétrica teria condições de trilhar caminho semelhante ao da Petrobras, que teve um choque de gestão perceptível aos olhos do mercado sob o comando de Pedro Parente e ainda tem muito valor a ser extraído. "Petrobras na casa dos R\$ 13,00? Vale mais do que isso. É que o trabalho de arrumação é longo."

A Modal Asset aproveitou o movimento de alta das ações das estatais para aumentar a posição em Petrobras, conta Luiz Eduardo Portella, justamente pela possibilidade de o Estado diminuir a posição na empresa. "A ação estava negociando muito atrelada ao preço do petróleo nos últimos meses e achamos que os investidores vão começar a olhar mais para os fundamentos", diz o gestor. Para ele, a ação tem potencial para voltar para um intervalo entre R\$ 18 e R\$ 20, dos R\$ 14 negociados ontem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Domingos Zaparolli | Para o Valor, de São Paulo

Título: Usinas reverterem prejuízo com revisão de processos

A atualização tecnológica e a melhoria de processos são práticas constantes na indústria siderúrgica nacional, afirma Marco Polo de Mello Lopes, presidente executivo do Instituto Aço Brasil (IABr). Desde 2008, os investimentos do setor chegam a US\$ 25 bilhões, sendo cerca de US\$ 5 bilhões em expansão de capacidade e US\$ 20 bilhões em ações que geram ganhos de produtividade. "Em tecnologia, as siderúrgicas brasileiras estão no mesmo patamar das principais usinas no mundo. No entanto, a competitividade nacional é baixa em decorrência de fatores estruturais e conjunturais do país", diz Lopes.

Em comparação internacional realizada pelo IABr, o custo financeiro e os impostos embutidos na cadeia produtiva e não recuperáveis nas vendas geram um impacto adicional nos preços do aço brasileiro que soma 16% no comércio de vergalhões e chega a 30% nas bobinas a quente. "O Brasil também é pouco competitivo em relação aos concorrentes internacionais quando se observam

questões como infraestrutura, logística, inovação, disponibilidade e custo de mão de obra e ambiente macroeconômico", diz.

O consultor Afonso Sartorio, sócio líder da minério e metais da EY, diz que o produtor siderúrgico no Brasil conta com vantagens competitivas importantes, como um minério de ferro local de alta qualidade e tecnologia que faz o custo de produção do aço no país, na casa de US\$ 300 por tonelada, estar entre os menores do mundo.

Por outro lado, falta escala produtiva. A baixa demanda interna e a falta de competitividade internacional levam as siderúrgicas do país a trabalhar com uma ociosidade de quase 40% em sua capacidade produtiva. Em 2016, a produção brasileira de 31,2 milhões de toneladas foi equivalente a apenas 14 dias de produção chinesa.

Jefferson De Paula, CEO da ArcelorMittal Aços Longos, diz que essa conjuntura desfavorável levou a companhia a rever seus processos em busca de oportunidades de ganhos de competitividade. Os primeiros resultados podem ser notados no balanço referente a 2016, quando a companhia - formada por unidades de mineração, aços planos e aços longos com capacidade de produção de 11,3 milhões de toneladas anuais - reverteu um prejuízo de R\$ 1,8 bilhão em 2015 e registrou um lucro líquido consolidado de R\$ 803 milhões.

No final de 2015 foi formado um grupo de trabalho para propor e gerir um plano de ações para cada área da companhia até 2020. Entre as inovações, está a incorporação de ferramentas tecnológicas digitais para o aprimoramento dos processos comerciais e logísticos. A unidade brasileira também passou a investir no desenvolvimento de soluções que geram margem de lucro maior. Um exemplo é o fornecimento de vergalhos cortados e dobrados para a construção civil que chegam ao cliente como armaduras prontas e customizadas para cada obra. Outra iniciativa foi a aquisição das operações de aços longo da Votorantim. O contrato está sob análise do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A Usiminas também está revendo seus processos produtivos. A companhia, que possui capacidade instalada para 9,5 milhões de toneladas anuais de aço nas suas duas usinas, Ipatinga (MG) e Cubatão (SP), chegou a registrar dez trimestres seguidos de perdas. Nos doze meses encerrados em junho, porém, acumulou um Ebitda positivo de R\$ 1,8 bilhão. O presidente da Usiminas, Sergio Leite, relata que a virada teve início em maio de 2016, com um grupo de 15 profissionais que formam o núcleo de uma equipe de trabalho que tem como meta reduzir despesas e custos e aumentar receitas.

Entre as ações realizadas está a renegociação de contratos com fornecedores, uma reestruturação na equipe e uma renegociação de preços com clientes que gerou aumentos de até 25% nos valores dos contratos. "Em paralelo, aprimoramos o atendimento ao cliente e agregamos valor ao produto", afirma Leite. No último trimestre, a siderúrgica aumentou sua receita líquida em 9,3%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Guilherme Meirelles | Para o Valor, de São Paulo

Título: Preços ainda estão abaixo do patamar pré-crise de 2008

A formação dos preços do aço no mercado internacional passa necessariamente pela China, líder na produção e no consumo dos 10 mil tipos diferentes de aços planos, longos e semi-acabados. De acordo com o ranking de 2016 da worldsteel, a associação mundial do setor, a China produziu 808,4 milhões de toneladas de aço bruto, seguida por Japão (104,8 milhões), Índia (95,6 milhões), Estados Unidos (78,5 milhões) e Rússia (70,8 milhões). O Brasil está na nona posição, com 31,3 milhões, e lidera o mercado-latino americano.

O preço internacional do aço obedece a dois benchmarks, sempre com base nos preços chineses: uma tabela para bobinas laminadas a quente (item com múltiplas aplicações na indústria) e outra para vergalhões (para construção civil). Em dez anos, a China dobrou sua produção anual, saindo de 421 milhões de toneladas em 2006 para os atuais 808,4 milhões, informa Adriana Carvalho, editora chefe da S&P Global Platts para América Latina, grupo provedor de informações de preços-referência e análises de commodities, presente em 15 países.

Até a década de 70, os preços eram definidos pela demanda dos Estados Unidos e Europa. Hoje, o parque siderúrgico chinês é composto por cerca de cem usinas, das quais 90% são estatais, recebem subsídios governamentais e assim conseguem ofertar itens com custo baixo de produção, o que tem gerado dezenas de ações antidumping. Na União Europeia, já há seis investigações questionando as exportações chinesas e 15 tarifas em vigor contra siderúrgicas chinesas. A ação mais recente, no primeiro semestre, foi a imposição de tarifas de 29,2% a 54,9% a tubos de aço sem costura.

Na medida em que o PIB chinês crescia mais de 7% ao ano, os preços do aço mantiveram-se em alta, alcançando US\$ 619/tonelada em julho de 2008. Com a crise financeira norte-americana, os preços despencaram 45% em outubro, momento em que a China aproveitou para impulsionar as exportações, principalmente para os países asiáticos. Assim, as exportações dobraram e os preços se mantiveram em níveis baixos - em 2010, as remessas externas chinesas

foram de 51 milhões de toneladas e em 2016 atingiram 109 milhões de toneladas. "Desde então, os preços nunca recuperaram os níveis de 2008", diz Adriana. Hoje, a tonelada da bobina quente está em US\$ 590 na China e em torno de US\$ 685 no mercado norte-americano, diferença que se deve às barreiras tarifárias impostas ao aço chinês, o que resulta na valorização do produto local.

Pesam ainda na formação do preço fatores como a qualidade do ferro e o acabamento final dos produtos, que devem se adequar às exigências internacionais. "Apesar de ser o maior produtor, a China não faz um aço de boa qualidade", diz Kazuhiro Egawa, diretor para as Américas da siderúrgica Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (NSSMC). Há um excesso de capacidade mundial estimado em 736 milhões de toneladas de aço bruto, dos quais 405 milhões encontram-se na China e a tendência é voltar a abastecer o mercado interno e uma consequente queda no volume exportado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Luiz Antonio Cintra | Para o Valor, de São Paulo

Título: Evento atrai governo para o debate

Em meio a uma crise sem precedentes, a siderurgia brasileira quer aproveitar o fato de a capital federal acolher o Congresso Aço Brasil 2017 para estreitar o diálogo com quem decide. Em Brasília, dizem os organizadores, será possível mostrar às autoridades a urgência dos problemas enfrentados pelo setor siderúrgico.

Além do presidente Michel Temer, que abriu o congresso ontem, confirmaram presença os ministros Marcos Pereira (Indústria, Comércio Exterior e Serviços), Henrique Meirelles (Fazenda), Moreira Franco (Secretaria Geral da Presidência) e Eliseu Padilha (Casa Civil), o último fechando o evento.

Com foco em uma agenda para a recuperação do aço brasileiro, começando pela elevação da alíquota do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), de 2% para 5%, trata-se de expor ações pontuais necessárias para se contrapor à situação crítica vivida nos últimos anos, ainda sem sinais claros de melhora. Na terça-feira 15, com o anúncio da meta fiscal de R\$ 159 bilhões para 2017 e 2018, o ministro Meirelles descartou a hipótese de mexer na alíquota do Reintegra.

Além do Reintegra, uma política comercial mais dura em relação à concorrência chinesa e a necessidade de o país retomar os investimentos em infraestrutura também estão na pauta do congresso que começou ontem e termina hoje, no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília.

Segundo o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, é "animadora" a perspectiva de ser ouvido. "É importante ter o governo ouvindo a situação do setor. Abordaremos questões voltadas à competitividade do setor siderúrgico brasileiro", disse Lopes antes do início do evento. "Traremos um especialista da World Steel Association para nos apresentar um panorama internacional do aço, e um painel da indústria brasileira terá a presença dos CEOs de grandes siderúrgicas. Tentamos unir o setor consumidor de aço e o governo", afirma. "O congresso está muito equilibrado. Começamos com a presença do Clóvis Barros Filho falando sobre ética. Em seguida Meirelles sobre a situação atual e a perspectiva da economia brasileira", diz.

Como nos anos anteriores, a expectativa dos organizadores é atrair um público de aproximadamente 500 profissionais de alto calibre. Do total de participantes, 35% são diretores e vice-presidentes; 32% são gerentes e superintendentes; 9% são CEOs e presidentes; 3% são analistas. 21% estão na categoria "Outros".

Os painéis discutem as inovações na indústria siderúrgica nacional, tendências da economia brasileira, drivers do consumo, o estado atual da indústria do aço no país e no plano internacional, além dos fatores que limitam a competitividade nacional. A conferência sobre o cenário internacional do aço será proferida por Baris Çiftçi, head do departamento de matérias-primas da World Steel Association (worldsteel).

Em palestra recente, Çiftçi chamou atenção para o uso crescente das sobras metálicas como matéria-prima da indústria siderúrgica. Segundo o especialista, foram consumidas 700 milhões de toneladas de sobras em 2016 - até 2030, a expectativa é que esse consumo chegue a 1 bilhão de toneladas. "O uso de sobras metálicas no processo é benéfico para o meio ambiente à medida que preserva os recursos naturais que de outra forma seriam utilizados, reduz emissões e apoia a economia da reciclagem".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Guilherme Meirelles | De São Paulo

Título: Exportar é saída para queda da demanda interna

O anúncio feito pelo governo no dia 15 de congelar em 2% a alíquota do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) elevou em mais um ponto o grau de preocupação das empresas exportadoras, que vinham reivindicando a mudança gradativa até 5% como medida compensatória devido aos impostos indiretos pagos na cadeia de produção.

Com a queda acentuada nos últimos anos na demanda dos três principais setores consumidores do aço no país - construção civil, máquinas e equipamentos e indústria automotiva -, as vendas ao mercado externo têm sido a saída para impedir a maior ociosidade do parque siderúrgico, que hoje opera com 63% de sua capacidade instalada (estimada em 48,9 milhões de toneladas/ano), patamar considerado pelo setor como muito abaixo da média histórica.

A eventual alta de um ponto percentual no Reintegra seria vista como um gesto do governo para suavizar os custos dos exportadores, uma vez que os números divulgados até o momento a respeito do PIB para os próximos anos não permitem antever a plena recuperação do crescimento econômico.

Os números parciais relativos ao primeiro semestre atingiram 7,3 milhões de toneladas exportadas, volume 9,2% superior ao de igual período de 2016, graças à produção da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que entrou em operação no final do ano passado, com produção totalmente voltada para o mercado externo. Em 2016, as remessas para o exterior ficaram em 13,4 milhões de toneladas, níveis semelhantes a 2005. Caso não houvesse a produção da CSP, as exportações seriam 9,7% inferiores às do primeiro semestre de 2016.

No cenário externo, as maiores incertezas estão relacionadas à voracidade do apetite chinês e, principalmente, ao comportamento imprevisível do presidente norte-americano Donald Trump, que ameaça lançar mão da medida protecionista Seção 232. Caso entre em vigor, a medida irá restringir indiscriminadamente a importação de aço e outras commodities por razões de segurança nacional. A medida foi aplicada apenas duas vezes nos últimos 18 anos - com relação ao petróleo, em 1999, e junto ao ferro e ao aço, em 2001.

Os Estados Unidos são o principal mercado importador do aço brasileiro e é um país considerado estratégico no fornecimento de produtos semi-acabados (blocos, tarugos, placas e bobinas), segundo Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil. "A siderurgia norte-americana não é auto-suficiente. Exportamos itens que são reprocessados e abastecem o mercado local".

Dados de 2016 apontam que das cerca de 13 milhões de toneladas exportadas, cinco milhões seguiram para os EUA. "Estamos formando uma missão aos Estados Unidos, em conjunto com membros do governo, para expor às autoridades o papel do Brasil nas relações comerciais e pedir para que haja ponderação, caso a Seção 232 seja aplicada", diz Lopes.

Além do risco da Seção 232, as relações entre os dois países sofreram um abalo no ano passado, quando o então presidente Barack Obama impôs uma barreira tarifária de 38,93% à entrada dos aços planos brasileiros por suposta prática de

dumping. A medida atingiu siderúrgicas como Usiminas e Votorantim, que não possuem ativos no território norte-americano. No final do ano passado, o Brasil ingressou com uma reclamação na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a medida norte-americana. O reflexo já foi sentido na balança comercial. Em 2016, as exportações de aços planos para os Estados Unidos somaram 533 mil toneladas, volume que não será superado em 2017, já que o total do primeiro semestre ficou em apenas 233 mil toneladas.

Para Felipe Beraldi, analista de mineração&siderurgia da consultoria Tendências, com a entrada da CSP as exportações devem permanecer na faixa entre 13 milhões e 14 milhões de toneladas em 2018, com uma taxa cambial mantida na faixa de R\$ 3,30. "Não acredito na aplicação da Seção 232, mas em caso de barreiras tarifárias nos EUA e eventualmente na União Europeia, há alternativas em acessar os mercados da América Latina, dos países africanos e da Arábia Saudita". Beraldi projeta uma lenta recuperação na demanda doméstica a partir de 2018 em aços planos para o setor automotivo e de aços longos para a construção civil.

Para Monica Romero, professora da FGV e conselheira da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), a adoção de barreiras tarifárias pode ser resolvida pelas siderúrgicas nacionais a partir do exemplo da Gerdau, nos anos 80, que enfrentou situação semelhante e adquiriu uma usina de aços planos nos EUA. "A saída pode ser a compra de um ativo em um país não visado pelos EUA", diz, lembrando o caso de Eike Batista, que chegou a investir em uma siderúrgica da Bolívia. Outro tema que pode impactar no mercado internacional seria a eventual adoção de uma certificação ambiental, nos moldes de um Selo Verde, que restringisse o mercado para siderúrgicas que não seguissem normas de conservação ambiental.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Paulo Vasconcellos | Para o Valor, do Rio

Título: China deve preservar a hegemonia

A China vai continuar a ditar o ritmo da indústria do aço e até da economia mundial por mais que a agenda de reformas do país desacelere o ritmo de crescimento interno ou que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, transforme em realidade a ameaça de protecionismo ao setor produtivo americano. Na avaliação de especialistas, nenhum dos outros concorrentes parece ter fôlego para superar essa hegemonia.

"A China é o maior produtor, maior importador e maior exportador de aço do mundo e nada indica que vá perder o protagonismo", diz Marco Polo de Mello

Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil. "A China vai continuar definindo não só o futuro do aço, mas do crescimento e das crises econômicas mundiais", afirma José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). "O programa do governo chinês de corte da capacidade ociosa não diminuiu a produção nem a exportação", diz Roberto Castello Branco, diretor da FGV Crescimento & Desenvolvimento.

Dados do último relatório mensal da World Steel Association (worldsteel) mostram que, em junho, a China produziu 73,2 milhões de toneladas (Mt) de aço. Foi o melhor desempenho mensal do país no primeiro semestre. Em seis meses, a produção chinesa atingiu a marca de 419,7 Mt - metade da produção mundial e quase 52% de todo o aço que o país fabricou no ano passado.

Ainda assim, a estimativa do relatório é que a demanda de aço da China deverá permanecer estável em 2017, com redução de 2% em 2018. "A China, que representa 45% da demanda global de aço, deverá retornar a uma taxa de crescimento mais moderada depois de ter acelerado em 2016. Por isso, a recuperação mundial da demanda de aço, com a melhora nas economias desenvolvidas e um impulso de crescimento nos países emergentes e em desenvolvimento, permanecerá modesta", diz T.V. Narendran, presidente do comitê econômico da worldsteel.

A China dominou o mapa mundial do aço em duas décadas. Na crise financeira de 2008, investiu quase US\$ 600 bilhões em infraestrutura e imóveis, o que ajudou a minimizar a queda da economia global e consolidou a liderança siderúrgica do país. A produção chinesa era, em 1996, de 101,2 Mt, equivalentes a 13,4% do que o mundo produzia. Em 2016, chegou a 808,4 Mt, ou 50,5% do 1,6 bilhão de toneladas da produção mundial. O resultado do ano passado só perdeu para o de 2014, com 822,8 Mt, e o de 2013, com 822 Mt.

Este ano, se o segundo semestre repetir o primeiro, a China baterá o próprio recorde anual com 838 Mt - mais do que as 836 Mt da produção mundial do primeiro semestre. "A consolidação das grandes siderúrgicas, com a incorporação e a modernização das menores, deve manter o papel da China no cenário internacional mesmo depois de o país já ter resolvido os problemas de infraestrutura logística", diz Hsieh Yuan, diretor de desenvolvimento de negócios para a China da Mazars Cabrera, multinacional francesa de consultoria financeira.

O domínio chinês afeta a siderurgia brasileira. A capacidade de produção é quase trinta vezes maior. O que o Brasil fabrica em um ano, a China produz em 14 dias. Em 2000, a China participava com 1,4% das importações brasileiras de aço, com 12 mil toneladas. Em 2016, foi para 43,2%, com 811 mil toneladas. Hoje, a China é o maior parceiro comercial da América Latina e o principal adversário do Brasil na exportação de aço para a região.

A vantagem chinesa não se baseia apenas nas unidades instaladas. Especialistas apontam que, enquanto as siderúrgicas nacionais se mantinham com o mercado doméstico protegido e deixavam de lado o investimento em modernidade, o setor se moveu para a Ásia, que apostou na produtividade. Com a crise econômica, que reduziu o consumo interno, as siderúrgicas brasileiras operam com quase 40% de ociosidade.

"Mais importante para as siderúrgicas brasileiras é acabar com a ineficiência", afirma Roberto Castello Branco.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Danylo Martins | Para o Valor, de São Paulo

Título: Desempenho do setor melhora e aponta para recuperação

O desempenho das ações das grandes siderúrgicas na Bolsa de Valores mostra que o pior da economia já passou, afirmam analistas do mercado de capitais. O cenário positivo para o minério de ferro na China tem beneficiado o setor no Brasil. Mesmo assim, os papéis de Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Gerdau e Usiminas trilham caminhos distintos, influenciados principalmente pela situação financeira e operacional de cada companhia.

"Apesar de uma melhora gradativa, há uma certa cautela. A expectativa é de uma recuperação da atividade econômica e, por consequência, do setor siderúrgico em meados de 2018", prevê Thiago Ojea, analista do Citi. Segundo ele, os resultados das empresas estão melhorando, puxados por sinais de retomada em alguns setores que utilizam aço plano, como a indústria automobilística. "O preço do aço na China também tem contribuído para os números das empresas. Prova disso é que as companhias anunciaram reajustes de preços de forma consistente".

O reajuste no preço do aço, divulgado em julho, é um dos fatores que favorecem as ações da Usiminas neste ano. A companhia mineira também deu sequência à renegociação da dívida com os bancos credores. Em 2016, a Usiminas havia anunciado a paralisação de uma de suas fábricas em Cubatão (SP) e um aumento de capital de R\$ 1 bilhão como parte dos esforços para equilibrar as contas. "A empresa conseguiu equacionar a dívida, o que deu fôlego no curto prazo", afirma Bruno Giardino, analista do Santander. No ano, até 15 de agosto, as ações da companhia acumulavam ganho de 38,1%.

Mesmo a disputa entre os acionistas controladores - a japonesa Nippon Steel & Sumitomo Metal e o grupo ítalo-argentino Ternium-Techint - representa um risco menor para os papéis da siderúrgica, na avaliação dos especialistas. "Depois de

toda a turbulência societária, a empresa agora tem um CEO competente na gestão, que está controlando os custos", observa Ivano Westin, analista do Credit Suisse. A briga entre os sócios não está mais impactando as operações em si, diz Marcos Assumpção, analista da corretora do Itaú BBA.

Já a expectativa de medidas protecionistas do governo Trump trouxe uma dose de otimismo para os papéis da Gerdau, produtora de aço no país norte-americano. "Ao longo do ano, esse efeito está sendo dissipado porque Trump não tem conseguido implementar as medidas", pontua Assumpção. Ainda assim, a diversificação geográfica dos negócios continua como um dos trunfos da companhia.

Na contramão de Gerdau e Usiminas, CSN é vista com cautela pelos analistas, principalmente devido ao alto endividamento da companhia. "A empresa tem uma situação financeira mais debilitada, com prazo médio de pagamento mais estreito, e há uma demora grande para colocar em prática os planos de venda de alguns ativos para gerar caixa", observa Felipe Silveira, analista da Coinvalores.

No ano, contudo, as ações desabam 24,4% até 15 de agosto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Domingos Zapparoli | Para o Valor, de São Paulo

Título: Custo logístico toma 15% da receita líquida

O custo logístico consome 15% da receita líquida da cadeia produtiva do aço no Brasil. Segundo Luis Henrique Teixeira Baldez, presidente executivo da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga (Anut), é o valor mais alto entre os produtores siderúrgicos mundiais. O custo médio global é de 9%, excluindo a China do cálculo, uma vez que não existem dados precisos sobre os preços praticados internamente naquele país.

A indústria do aço depende do sistema ferroviário. Insumos siderúrgicos como minério de ferro e carvão são transportados por trens. Um comboio ferroviário de cem vagões leva oito mil toneladas de produtos acabados, enquanto uma carreta transporta entre 25 e 30 toneladas. "O problema é que a infraestrutura ferroviária no Brasil é insuficiente e cara", diz Baldez.

Segundo a Anut, o frete ferroviário é, na média mundial, 40% inferior ao rodoviário. Mas, no Brasil, o custo ferroviário é apenas 5% menor. Outra alternativa de transporte, a cabotagem, tem custo sete vezes maior do que a navegação internacional, quando se calcula o valor da tonelada por milha

transportada. Essa situação faz com que a cabotagem responda por menos de 7% do aço transportado.

Em uma comparação internacional entre 18 países realizada em 2016 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a qualidade das rodovias brasileiras ficou em 16º lugar, a eficiência ferroviária obteve o 17º posto e a infraestrutura portuária ficou na 18ª colocação.

O parque siderúrgico brasileiro está concentrado principalmente no Sudeste, mas o consumo espalhado no país. Marco Polo de Mello Lopes, presidente executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), diz que o problema logístico retira competitividade do aço brasileiro no Norte e Nordeste, mercados que estão sendo abastecidos principalmente por fornecedores chineses.

O frete de Shangai a Fortaleza, na casa de US\$ 50 por tonelada, é menor do que entre Minas Gerais e Ceará, que, por caminhão, pode chegar a US\$ 100 por tonelada.

A Usiminas abastece o Norte e o Nordeste por meio de sua usina em Cubatão, no litoral paulista, onde a companhia detém um Terminal de Uso Privado (TUP). O transporte é feito por cabotagem. O principal destino é a unidade Soluções Usiminas em Suape (PE), onde são realizados serviços como corte e solda e a fragmentação do aço plano de acordo com as necessidades dos clientes.

"O que nos torna competitivos nesses mercados é nossa aposta em produtos de alto valor agregado e o relacionamento com os consumidores", diz Sergio Leite, presidente da companhia. No Norte e Nordeste, porém, a Usiminas trabalha com margens de lucro reduzidas. "Em parte, a margem é consumida pelo custo logístico", afirma o executivo.

No ano passado a Usiminas deu início a um processo de reestruturação de seus negócios com o objetivo de rever processos para obter redução de despesas e aumentar a receita. A otimização da logística é uma das prioridades. "Fazemos uma análise constante das oportunidades para buscar as soluções de transporte de menor custo", diz.

O transporte dos produtos da ArcelorMittal Aços Longos para atender seus dois hubs logísticos e seus cem pontos de distribuição no país é realizado principalmente por rodovias. O CEO, Jefferson De Paula, diz que a companhia adota uma ferramenta big data analytics para analisar rotas de caminhão e cargas, garantindo que o veículo circule carregado na ida e na volta, neste último caso normalmente com sucatas que serão incorporadas ao processo industrial. "A gestão logística eficiente gerou uma economia de R\$ 100 milhões nos últimos dois anos", diz De Paula.

A Vallourec, produtora de tubos de aço sem costura, possui uma unidade de mineração, outra de floresta plantada e duas usinas integradas, todas em Minas Gerais.

Além disso, tem uma filial de tubos soldados de grande diâmetro e uma empresa especializada na prestação de serviços de revestimento anticorrosivo, ambas no site industrial Tubos Soldados do Atlântico (TSA), em Serra (ES). E ainda uma unidade especializada em soluções e serviços para o mercado de óleo e gás: a Vallourec Transportes e Serviços (VTS), instalada em 2013 no polo petrolífero de Rio das Ostras (RJ). Hildeu Dellaretti, superintendente de relações institucionais da companhia, relata que a inclusão de TI tem sido fundamental para a otimização logística e ganho de produtividade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Martha Funke | Para o Valor, de São Paulo

Título: Empresas buscam competitividade com adoção de novas tecnologias

Desafios como excesso de capacidade produtiva, baixo preço de produtos convencionais, evolução de outros materiais, regulações e demanda por segurança acirram a concorrência na indústria e incentivam investimentos em inovação.

Tecnologias como automação e sensoriamento para internet das coisas (IoT), inteligência artificial, drones, impressão 3D, realidade virtual, robôs, dispositivos móveis conectados e aplicativos sustentam a transformação digital para maior agilidade e produtividade.

O uso de sensores otimiza desempenho e manutenção de equipamentos. A Gerdau implantou tecnologia de radiofrequência (RFID) em etiquetas de equipamentos e produtos e já ganhou 20% de produtividade de processos como gestão de estoque e carregamento de caminhões. "O salto de competitividade passa por inovação em TI e materiais", reforça Gustavo Werneck, diretor de operações da Gerdau no Brasil.

Parceria com a GE rendeu 30 mil sensores em cerca de 1000 equipamentos nas onze unidades da empresa no Brasil. Os dados captados na Central de Monitoramento na usina de Ouro Branco (MG) permitem prever o comportamento dos equipamentos para manutenção. A estimativa é de aumentar o ciclo de vida útil dos equipamentos em até 20%. A implantação já recuperou mais de R\$ 6,3 milhões em produtividade e redução de custos.

A empresa usa drones para monitoria de perímetro, segurança e identificação de estoques de matérias-primas. O processo de classificação de inventário de sucata caiu de três dias para sete minutos. Óculos de realidade virtual e smartphones apoiam o treinamento de segurança e impressoras 3D são usadas na fabricação de peças plásticas de reposição.

A ArcelorMittal usa câmeras para filmar a superfície do material na laminação, identificar defeitos e enviar alertas para correção. O reconhecimento de partículas de escória interrompe o vazamento do aço do forno para a panela na aciaria. Em uma segunda etapa, equipamentos mais precisos identificarão turbulências no aço líquido, evitando o vazamento.

Na produção de laminados, a captura de informações como temperatura e deformação permite prever propriedades da chapa de aço ao longo de toda bobina com precisão de 99%, com redução de custos e prazos de ensaios. A empresa usa drones para monitoramento de telhados, chaminés, estruturas metálicas e parque de matérias-primas, e impressão 3D em plástico para prototipagem de novas peças. "Na França já se produzem peças finais em metal", diz o gerente do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento, Charles de Abreu Martins.

Na Aperam, dispositivos mistos de tablet, câmera termográfica e celular otimizaram o tempo de inspeção de equipamentos e fontes de calor em cerca de 10%. Estímulos a ideias de funcionários rendem inovações como o robô empregado para medir alta tensão - um carrinho operado por tablet equipado com câmera, braços e mira a laser para assegurar precisão nos encaixes, descreve a gerente executiva de automação e infraestrutura, Ivana Coelho da Silva.

Outra inovação local foi a modernização da Estação de Tratamento de Água (ETA). Motores de alto rendimento, inversores de frequência e um sistema que controla sensores e processos automatizados ajudou a reduzir o consumo de energia em 19% e a captação de água em 3%. Detalhe: os motores, adquiridos da Weg, foram fabricados com aços elétricos especiais de alta eficiência energética da própria Aperam.

A empresa investiu mais de R\$ 3 milhões na pesquisa de aços empregados em transformadores para ampliar sua eficiência energética, lembra Tarcísio Reis de Oliveira, gerente do centro de pesquisa. Na linha de inox, a inovação em aplicações rendeu o primeiro protótipo de caminhão betoneira com pás e depósito em inox.

Em 2016, a Usiminas lançou produtos mais resistentes, com características de estiramento de borda e capacidade de flangeamento - espécie de ligação entre peças, ambos para a indústria automobilística - segundo o gerente geral de

atendimento ao cliente, garantia da qualidade e produto Eduardo Cortes Sarmento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Rosangela Capozoli | Para o Valor, de São Paulo

Título: Descarte inadequado dificulta a reciclagem

O Brasil já se aproxima de índices semelhantes aos de países desenvolvidos no que se refere à reciclagem de aço. Das cerca de 30 milhões de toneladas de aço produzidos por ano, 10 milhões são geradas a partir de logística reversa. Significa que um terço do aço produzido vem de produtos sucateados - de geladeiras velhas a motores e carros. Na soma, cerca de 33% do aço produzido no país vêm da sucata - a média mundial é de 28%. Quando se compara a países altamente industrializados, o Brasil não chega à metade.

O reaproveitamento da sucata depende de descarte e de coleta adequados, uma exigência que, sobretudo na área de embalagem, ainda impede o Brasil de subir no ranking de recicladores.

"Só reciclamos 47% do que é disposto na área de embalagens por conta do grande gargalo no descarte seletivo", diz Thaís Fagury, presidente da Associação Brasileira da Embalagem do Aço (Abeaço). Na Suécia e na Bélgica, a porcentagem passa dos 90%. No mundo todo, são produzidos 350 milhões de toneladas de aço a partir de sucata. "Temos dificuldade em captar esse material pós-consumo, que acaba indo para o aterro", afirma Thaís.

Na sua avaliação, o consumidor brasileiro ainda não está devidamente orientado para fazer esse descarte. Hoje as companhias ligadas à Abeaço produzem mais de 450 mil toneladas de aço para embalagem, equivalentes a cerca de 7 bilhões de latas e componentes, como tampas. "Segundo nossos estudos, devemos levar em torno de 15 anos a 20 anos para atingir cerca de 60% de reciclagem", diz.

O problema não está na reciclagem em si. "As siderúrgicas só não reciclam aquilo que não conseguem captar, exatamente por conta do descarte inadequado", diz a presidente da Abeaço. "As usinas siderúrgicas são capazes de absorver 100% do aço que é descartado", afirma.

O aço é saudado como um dos produtos de maior aproveitamento em uma ampla gama de critérios. Em sustentabilidade, tem o maior índice de reciclagem entre todos os materiais, no mundo. "O retorno também é facilitado porque a reciclagem do material é feita dentro da própria siderúrgica. E ela mesma consome o material, sem perdas das características iniciais", detalha Thaís.

Ao transformar uma tonelada de material usado em uma tonelada de novo aço, a reciclagem permite economia em várias áreas. De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cada tonelada de sucata reaproveitada representa uma economia de 1.140 kg de minério de ferro e 154 kg de carvão, reduzindo a exploração desses materiais na natureza. Ainda segundo o estudo, a reciclagem proporciona uma redução de 70% no consumo de água no processo produtivo e uma menor emissão de gases de efeito estufa. Sem falar que a sucata resulta em um produto final de menor custo.

Segundo o Sindicato das Empresas de Sucatas de Ferro e Aço (Sindinesfa), quando o aço é produzido inteiramente a partir da sucata há uma redução da poluição do ar em 85% e do consumo de água em até 76%, eliminando os danos da atividade de mineração. A coleta do material metálico disperso ocupa cerca de três mil empresas sucateiras em todo o país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Rosângela Capozoli | De São Paulo

Título: Protocolo do Carvão avança com novos incentivos

Após cinco anos de seu lançamento e com avanços em vários tópicos, o chamado Protocolo de Sustentabilidade do Carvão Vegetal ganha fôlego. Trata-se da abertura de uma "chamada pública", convidando instituições a desenvolver tecnologias e processos que reduzam a emissão de gases de efeito-estufa e ampliem a capacidade produtiva do carvão vegetal. A iniciativa é do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com Programa da ONU para o Desenvolvimento (Pnud) e realização do Projeto Siderurgia Sustentável.

A iniciativa tem o nome de Mecanismo de Apoio ao Desenvolvimento, Melhoria e Demonstração de Tecnologias Sustentáveis de Produção e Uso de Carvão Vegetal na Indústria Siderúrgica. O edital, que se encerra amanhã (24), seleciona prestadores de serviços para os setores de ferro-gusa, aço, ferroligas e de produção de carvão vegetal. Além de instituições que trabalhem com inovações que possibilitem a produção sustentável do carvão vegetal.

A iniciativa significa um avanço importante dentro do Protocolo de Sustentabilidade do Carvão Vegetal, assinado em 2012 pelas empresas produtoras de aço e por meio do Instituto Aço Brasil (IABr). Segundo Cristina Yuan, diretora de assuntos institucionais do instituto, em 2016, 93% do carvão

vegetal utilizado para produção de aço no país foram supridos com madeira oriunda de florestas plantadas próprias ou de terceiros, em consonância com requisitos legais.

Para Everton Lucero, secretário de mudança do clima e florestas do MMA, a chamada pública constitui uma das mais relevantes etapas do Projeto Siderurgia Sustentável. A seleção de tecnologias sustentáveis de produção e uso de carvão vegetal, segundo ele, "permitirá construir um mecanismo inovador de reduções de emissões de gases de efeito estufa mensuráveis, passíveis de relato e verificáveis na siderurgia, um setor de extrema relevância para a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil ao Acordo de Paris".

"A redução das emissões de gases efeito estufa durante o processo de carbonização é uma meta bastante ambiciosa e o Fundo Global para o Meio Ambiente já alocou R\$ 10 milhões para pesquisas", completa Cristina.

O novo projeto tem como meta uma redução mínima de emissão de gases de efeito estufa de 270 kg CO₂ por tonelada de carvão vegetal produzido, além de catalisar, no mínimo, uma capacidade produtiva de 80 mil toneladas de carvão vegetal ao ano com o uso de tecnologias e processos sustentáveis.

No entender da diretora do IABr, a prioridade maior, neste momento, é o desenvolvimento de maior eficiência nas tecnologias de carbonização. "O processo de carbonização ainda está muito aquém do índice de eficiência desejado", diz. "Também não se tem uma produtividade elevada no rendimento da produção de carvão vegetal em relação ao volume de madeira", completa.

Dividido em oito tópicos, o pacto selado em 2012 pelas grandes siderúrgicas atua junto à cadeia produtiva, objetivando a eliminação de práticas e atividades que violem os direitos trabalhistas ou causem danos ao meio ambiente. "Esse é um dos preceitos que levaram a entidade a preparar e distribuir uma cartilha para pequenos produtores", explica Cristina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Chico Santos | Para o Valor, do Rio

Título: Setor de bens de capital ainda sofre com retração nas vendas

Segunda maior consumidora de aço do Brasil, com 22,3% do total, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Aço Brasil, a indústria de bens de capital, principal sinalizadora da retomada dos investimentos, não compartilha dos bons ventos que sopram no setor automobilístico, embora, como este, tenha amargado forte queda da produção após 2013. Segundo o IBGE, a retração

acumulada em 2016 em relação a 2013 foi de 28,9%, só abaixo dos 45,3% do setor automotivo.

"A situação é muito ruim e nós achamos que parara de piorar", lamenta José Velloso, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Velloso diz que o setor fechou o primeiro semestre com queda de 6,5% em relação ao mesmo período de 2016 e que, dos 35 subsetores que compõem a indústria de máquinas e equipamentos, apenas o de máquinas agrícolas deverá fechar 2017 no azul, com uma previsão de crescer 15%.

Máquinas para a indústria de petróleo e gás, do etanol, máquinas rodoviárias, para a indústria de cimento e mineração, papel e celulose e saneamento ambiental são alguns dos subsetores em dificuldades. Uma má notícia para a siderurgia, uma vez que o aço é a matéria-prima básica para a produção dessas máquinas.

Os dados da Abimaq mostram que, embora tenha crescido 5% em relação a maio, o consumo aparente de máquinas e equipamentos, expresso em reais constantes, caiu 44,2% em relação a junho de 2016 e fechou o primeiro semestre deste ano com queda acumulada de 26,2%. Tanto o consumo aparente quanto o faturamento do setor devem ficar este ano próximos à metade do que foi em 2013. Velloso estima que o faturamento fechará 2017 em torno de R\$ 68 bilhões, contra R\$ 121 bilhões em 2013. "A expectativa mais otimista é terminar 2017 igual a 2016."

De acordo com números do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), as vendas das suas associadas para o setor de máquinas e equipamentos industriais ficaram praticamente estáveis, passando de 169,9 mil toneladas para 170,6 mil toneladas do primeiro semestre de 2016 para o mesmo período deste ano. Já para a indústria de máquinas agrícolas e rodoviárias as vendas dos distribuidores passaram de 83,8 mil toneladas para 86,5 mil, um aumento de 3,2% ancorado no segmento agrícola.

Segundo a avaliação de Carlos Loureiro, presidente do Inda, o diagnóstico para a indústria de bens de capital é que ele parou de cair graças ao setor de máquinas agrícolas e a algum alento nas exportações, que cresceram 2,3% no primeiro semestre, de acordo com os dados da Abimaq. "Parou de cair, mas está com defasagem de 40% em relação a 2010."

Francisco Pessoa, da LCA Consultores, mostrou preocupação mesmo com a indústria de máquinas agrícolas, ponderando que este ano elas tendem a apresentar crescimento inferior ao de 2016 porque a safra 2017/2018 não deverá ter o mesmo impulso que teve em 2016/2017, obedecendo ao comportamento

cíclico do setor. No conjunto, Pessoa avalia que a indústria de bens de capital (exceto caminhões e ônibus) pode ter algum crescimento no final deste ano, melhorando um pouco mais em 2018.

Velloso disse que as exportações, que em 2013 representavam um terço do faturamento do setor, já foram mais importantes na resistência à crise do mercado interno, tendo fechado 2016 com 44% do total, número que, segundo ele, não vai ser repetido em 2017, quando a expectativa é de que as vendas externas fiquem em 40% do faturamento total.

"Não há estímulo à exportação", disse, ressaltando que o governo não atendeu o pleito do Aço Brasil para elevar dos atuais 2% para 5% a alíquota do Reintegra, programa que devolve resíduos tributários sobre determinados bens exportados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Chico Santos | Do Rio

Título: Automotivo dá sinais de retomada do consumo

Entre os três setores - respectivamente, construção civil, bens de capital e automotivo - que juntos respondem hoje por 79,9% do consumo de aço no Brasil, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Aço Brasil, o automotivo é o que vem apresentando sinais mais seguros de que entrou em trajetória de recuperação.

Talvez até por ter sido um dos grandes setores industriais que mais sofreram nos três anos mais severos da crise. Segundo dados do IBGE compilados pelo Aço Brasil, de 2014 a 2016 a indústria automobilística registrou queda de 45,3% na produção sobre 2013, em comparação a 16,9% da indústria em geral, 28,9% dos bens de capital, 27,2% da construção e 25% da produção de eletrodomésticos.

"A produção da indústria automobilística já está indo muito bem, ajudando o desempenho do segmento de aços planos que, por isso, vai melhor que o de aços longos, estes mais demandados pela construção", diz Francisco Pessoa, economista sênior da LCA Consultores, empresa que produz regularmente relatórios setoriais.

As últimas estatísticas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), referentes a julho, mostram retomada consistente em todas as formas de comparação. A produção de veículos automotores, exceto máquinas agrícolas e rodoviárias, cresceu 5,9% em relação a junho, 17,9%

quando comparada à de julho de 2016 e, mais importante, 22,4% de janeiro a julho, no confronto com o mesmo período do ano passado.

A recuperação é liderada por exportações, que cresceram 55,3% nos sete primeiros meses (veículos montados), mas já dá sinal de respiro do mercado interno, com os licenciamentos crescendo 7% de janeiro a julho. Pessoa ressaltava que o avanço do setor automobilístico tem sido capitaneado pelo segmento de veículos leves, destacando a renovação das frotas das locadoras que compram diretamente das fábricas.

Elas estariam lucrando mais com a venda dos seus semi-novos do que com as locações propriamente ditas. Já o segmento de pesados - caminhões e ônibus -, o economista da LCA vê ainda com dificuldades que vão além dos efeitos da recessão, como o superinvestimento feito na frota de caminhões no passado recente para aproveitar incentivos de crédito do governo federal via BNDES e a dificuldade para renovação das frotas de ônibus urbanos em decorrência da crise fiscal vivida por Estados e municípios.

Em relação a ônibus e caminhões, que dependendo da análise feita pode ser incluído tanto no setor automotivo quanto no de bens de capital, Pessoa avalia que no curto prazo o melhor dos mundos para eles será "parar de piorar". De janeiro a julho deste ano, segundo a Anfavea, o licenciamento de caminhões caiu 14,1% em relação ao mesmo período do ano passado e o de ônibus, 16,9%.

Dado o volume consumido o setor automotivo compra a maior parte do aço que utiliza diretamente das usinas siderúrgicas. Isso explica porque sua importância na cadeia de consumo de produtos siderúrgicos não fica evidente quando se observa as estatísticas do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda).

Somadas, a indústria automobilística e a de autopeças responderam por 8,6% das vendas das distribuidoras de janeiro a junho. No mesmo período de 2012 o total era quase o dobro, 15,6%. O presidente do Inda, Carlos Loureiro, disse que o setor automobilístico representa de 30% a 35% do consumo de aços planos. Se o setor crescer 20% em 2017, responderá por alta de 6% a 7% no consumo de aços planos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Chico Santos | Do Rio

Título: Queda na construção afeta área de aços longos

Aos 63 anos, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), José Carlos Martins, não tem dúvida ao afirmar que o setor vive "o momento mais

difícil" de que ele tem conhecimento. Principal consumidor de produtos siderúrgicos do Brasil, de acordo com as estatísticas do Instituto Aço Brasil, o setor vive dificuldades tanto no segmento predial quanto no da construção pesada. E este último ainda fortemente abalado pelos efeitos da Operação Lava-Jato.

"Você pode estar chegando ao fundo do poço, mas não tem muita perspectiva de crescimento até 2018", analisa o economista Francisco Pessoa, da LCA Consultores. Parar de cair seria a melhor alternativa imediata para um setor que em 2016 amargou uma retração de 11,8%, de acordo com dados do IBGE, resultado só igualado, entre os grandes consumidores de aço, pelo segmento de bens de capital.

Pessoa avalia que as dificuldades para a recuperação mais acelerada do setor da construção estão distribuídas igualmente entre os seus dois segmentos, o de construção civil propriamente dita (edificações e instalações) e o da construção pesada, representado principalmente pelas obras de infraestrutura e montagem. No primeiro caso, ele aponta a existência de um grande número de imóveis, tanto residenciais quanto comerciais, vazios como freios naturais a uma retomada do ímpeto das construtoras. E no segmento de infraestrutura, o economista aponta a "crise fiscal absurda" como o grande limitador. "Tudo que pode fazer melhorar a construção está ruim."

As estatísticas de emprego na construção refletem as dificuldades. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged) fornecidos pelo Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), de junho de 2014 para junho de 2017 o total de empregados formais na construção caiu 32,3%, passando de 3,190 milhões para 2,159 milhões. No mesmo período, o total de empregos formais no país caiu 5,5%. Os dados, elaborados pela LCA, mostram que a queda na construção pesada, setor mais atingido pelos efeitos da Lava-Jato, foi maior. O total de empregos se reduziu em 37% no segmento, contra 29,9% da construção de prédios e instalações.

Nas estatísticas da produção de aço o principal reflexo do mau desempenho da construção civil aparece na produção de aços longos - vergalhões, barras, fio máquina e outros. De acordo com o Instituto Aço Brasil, até junho, enquanto a produção de aços planos, usados principalmente em setores como o automobilístico, o de eletrodomésticos, máquinas e equipamentos e outros, cresceu 17%, a de longos caiu 5,3%. Em junho a produção de planos aumentou 13,5% e a de longos caiu 11,3%.

Nos 12 meses até junho a produção de aços longos representou 38,8% do total de laminados produzido pelas usinas siderúrgicas brasileiras, contra 61,2% dos

planos. Nos 12 meses encerrados em junho de 2016 eles representavam 42,4% do total produzido.

O economista Luiz Fernando Mendes, da Cbic, explica que é muito difícil definir o quanto de aço é consumido pela construção porque ele cresce ou diminui segundo as características da obra, sendo maior naquelas que utilizam mais estruturas metálicas na edificação, como os shopping centers e os galpões industriais. De janeiro a junho as vendas internas de aços longos alcançaram 3,18 milhões de toneladas, representando 40,2% do total de laminados vendidos internamente.

Apesar dos indicadores ruins, o presidente da Cbic tem uma avaliação otimista quanto ao futuro, baseando sua análise nos fatos positivos como a queda da taxa de juros básica (Selic).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Inaldo Cristoni | Para o Valor, de São Paulo

Título: Linha de especiais atrai investimentos

A retração da demanda interna não parece ter alterado os planos da indústria siderúrgica para o mercado brasileiro. As metas fixadas nos projetos implementados com o objetivo de montar ou ampliar a operação estão mantidas mesmo com a crise enfrentada pelos principais consumidores de produtos de aço, como os setores automotivos, de construção metálica e de implementos rodoviários.

A NLMK, que tem bases de produção localizadas na Rússia, na Europa e nos EUA, e a Steel Warehouse Cisa, especializada em serviços de processamento de bobinas de aço de maior espessura, iniciaram a operação no mercado local há pouco tempo. As duas exploram o segmento de aços especiais, cuja demanda no Brasil é estimada em 70 milhões de toneladas por ano.

Considerado de alto valor agregado, o aço especial pode ser comercializado a partir de R\$ 10 mil a tonelada, muito acima do preço do aço convencional. Por isso, é considerado um mercado atraente. A NLMK, que aportou no Brasil em 2014, tem como meta abocanhar 30% desse filão no período de cinco anos. "Estamos dentro do plano previsto", assinala Paulo Seabra, diretor geral da companhia para a América do Sul.

A estratégia adotada para atingir a meta consiste em investir na formação de estoques para o pronto atendimento dos pedidos. Além disso, a companhia

aposta na substituição de aços convencionais por especiais, para aumentar a qualidade dos produtos.

Como a fabricação local é descartada, o Brasil e outros países da América do Sul são abastecidos pelas unidades da NLMK instaladas na Itália e na Bélgica. Na cidade de Itajaí (SC) está localizado o centro de estoques de aços especiais, a partir do qual é possível suprir os clientes no prazo de 24 a 48 horas. A companhia estuda a instalação de um novo centro de estoque na região Norte.

Além do Brasil, a NLMK está presente desde setembro do ano passado no Peru. O Chile está na mira e a Colômbia desponta como uma possibilidade. Para suprir a demanda da região, a companhia acumula de 5 mil a 10 mil toneladas no estoque. A operação brasileira teve alta de 35% no faturamento do ano passado e a expectativa é manter essa taxa em 2017.

Com pouco mais de um ano no mercado nacional, a Steel Warehouse Cisa investiu o equivalente a R\$ 200 milhões na planta industrial localizada em Paulínia (SP), que tem capacidade para processar 200 mil toneladas de chapas de aço por ano, operando em três turnos. No momento, porém, a empresa funciona com apenas um turno, produzindo cerca de um terço de sua capacidade.

O aporte foi feito em ativo e na importação de uma tecnologia que permite o processamento de chapas sob medida, sem tensões residuais e com bons níveis de tolerância e de planicidade. "Isso proporciona um ganho de produtividade de 8% a 15% na operação de corte a laser", explica Décio Ribeiro da Costa, diretor-presidente da Steel Warehouse Cisa.

A produção se destina ao abastecimento interno, principalmente fabricantes de máquinas agrícolas, de máquinas de construção, de implementos rodoviários, de equipamentos de mineração e de construção metálica. Desses, o setor agrícola é o que se destaca, respondendo atualmente por metade da receita da empresa.

A Aço Verde Brasil (AVB), do grupo Ferroeste, está ampliando as suas instalações no município de Açailândia (MA) para 600 mil toneladas de aços longos por ano. Até o final deste ano serão ativados um novo alto-forno e uma unidade de laminação, como parte de um investimento de R\$ 1 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Inaldo Cristoni | De São Paulo

Título: Para especialista, produto de nicho é crescente e rentável

O Brasil aprimorou sua produção de aço ao longo dos anos. Na lista dos dez maiores fabricantes mundiais do setor, a indústria siderúrgica nacional dispõe de um portfólio completo para suprir a demanda dos principais consumidores domésticos e do mercado externo, abrangendo desde semiacabados até os produtos de maior valor agregado, como aços especiais.

O aço é denominado carbono quando o ferro e o carbono são os únicos elementos de sua composição. Já o aço liga possui também elementos que lhe conferem características de resistência à corrosão, elasticidade e dureza. É nessa categoria que se encontram os aços especiais, dos quais um dos mais utilizados no mercado é o aço inoxidável.

De acordo com Afonso Sartório, sócio de consultoria do Centro de Energia e Recursos Naturais da EY Brasil, a produção brasileira de aços especiais somou 700 mil toneladas em 2014, correspondendo de 2% a 3% do volume total de aços produzidos no país. Embora o índice esteja muito abaixo da taxa média mundial - que gira em torno de 10% da produção total -, "é mercado de nicho, crescente e rentável".

Os dados sobre a produção local das principais ferro-ligas também são relativos ao ano de 2014: manganês (303 mil toneladas), silício (127 mil toneladas) e cromo (188 mil toneladas). A produção do nióbio apresentou uma faixa de variação entre 50 mil e 80 mil toneladas entre 2011 e 2014, correspondendo a aproximadamente dois terços das exportações brasileiras de aços especiais, afirma Sartório.

O aço é comercializado no mercado em diferentes formas, que são moldadas durante o processamento na usina siderúrgica. Os produtos semiacabados, que podem ser blocos, tarugos ou placas, derivam do processo de lingotamento e são fornecidos para outras empresas do setor siderúrgico, que fazem o acabamento e comercializam o produto final.

Em etapas posteriores de fabricação, os semiacabados são transformados em aços planos e longos, ambos obtidos por meio de laminação. Os aços planos abastecem os setores automotivo, linha branca, máquinas agrícolas e indústria naval. Com o processo de laminação, que pode ser feito a quente ou a frio, a placa de aço fica mais fina e se transforma em uma chapa ou bobina.

A principal característica dos aços longos é o comprimento superior à largura e à altura. Esses produtos são normalmente comercializados na forma de barras, fios, tubos, vergalhões, perfis e cantoneiras para empresas que atuam no ramo de construção civil, transporte e obras de infraestrutura.

Seção: Suplemento - Indústria do aço**Autor: Suzana Liskauskas | Para o Valor, do Rio****Título: Geração eólica estimula as vendas de aço elétrico**

Resultado da adição de silício a ligas de ferro, o aço elétrico começou a ser produzido em larga escala na primeira metade do século XX. Desde então, a tecnologia envolvida na sua produção não para de evoluir. Embora mais caros, os aços elétricos, que podem ser de grão não orientado (GNO) e de grão orientado (GO), geram economia de energia porque reduzem perdas magnéticas. Há queda de 10 Watts por quilo (W/Kg) de material para 4 W/Kg, em comparação ao aço tradicional.

Em todo o mundo, existe uma expectativa de aumento da demanda de GNO em função do desenvolvimento da produção de motores elétricos para a indústria automobilística. Mas os bons ventos que impulsionam a produção de aço elétrico de grão não orientado sopram também na cadeia de produção da energia eólica, sobretudo, no Brasil. Segundo Roberto Barbieri, assessor da área de Energia da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), embora a produção industrial no Brasil esteja vivendo momentos de baixa produtividade, os resultados do segmento de energia eólica seguem outra direção.

Levantamentos da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica) apontam que, em 2016, a geração de energia eólica cresceu 55% em relação a 2015, reflexo do início da operação de 81 parques geradores. A partir do funcionamento desses parques, houve a adição de dois gigawatts (GW) à matriz elétrica brasileira. Com isso, esse setor apresentou, ao fim de 2016, a capacidade instalada de 10,75 GW, gerada em 430 parques, que representa 7% da matriz energética brasileira. Estudos da Abeeólica indicam ainda que o investimento em 2016 chegou a US\$ 5,4 bilhões.

"O consumo de GNO é diretamente proporcional aos gigawatts instalados. Se aumenta o número de parques geradores de energia eólica, cresce o número de aerogeradores e, conseqüentemente, o consumo de GNO para a construção desse equipamento. A demanda por GNO deverá continuar aumentando em virtude do desenvolvimento dos parques de geração de energia eólica. A previsão é de que a geração de energia eólica no Brasil chegue 19 gigawatts", diz Barbieri.

Muito utilizados desde a década de 1950 no Brasil para a produção de geradores e motores elétricos, os aços elétricos GNO produzidos no país passaram por avanços tecnológicos recentes para ganhar mais competitividade. O aço elétrico GNO usado nos aerogeradores é o mesmo material escolhido para fabricar os motores elétricos da indústria automobilística.

Daniel Domingues, gerente executivo de negócios aços elétricos da Aperam South America, afirma que o Brasil tem vantagens no uso de energia eólica, principalmente no Nordeste, por causa dos ventos na região. Para Domingues, apesar de haver, nos últimos anos, a percepção da tendência de desindustrialização do país, o mercado de energia eólica apresentou um comportamento oposto.

"A cadeia de energia eólica já representa cerca de 5% dos aços elétricos GNO produzidos pela Aperam. Há um tempo, o consumo para esse segmento era praticamente nulo. Desconheço outro segmento que esteja crescendo tanto. A Aperam apresenta uma política comercial específica para esse setor, por isso estamos ampliando a parceria com integrantes da indústria de energia, no que se refere à produção de GNO", afirma.

Essa percepção se reflete em números. Segundo Domingues, a Aperam registrou, no ano passado, um aumento de 15% das vendas de GNO em relação a 2015. Para 2017, a expectativa é de uma alta nas vendas de 10% a 12%. "Nossa produção é muito voltada para o mercado doméstico. Mas temos interesse em fornecer para o mercado externo, principalmente América Latina. Mercados da Europa também despertam nosso interesse".

Apesar de o GNO ser o insumo mais demandado pelos parques de energia eólica, os aços elétricos GO também são importantes para a rede de transmissão da energia produzida em usinas hidrelétricas ou gerada por parques eólicos e de energia solar. Os aços elétricos GO são usados na fabricação de transformadores (força e distribuição), reatores e reguladores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Suzana Liskauskas | Do Rio

Título: Eficiência requer boa comunicação

Eficiência energética está na agenda de todos os segmentos da indústria no mundo. A cada segundo surge um projeto eficiente em diferentes setores de plantas industriais, mas a falta de integração entre sistemas e a ausência de um plano de comunicação adequado podem colocar em risco a sustentabilidade das inovações.

A fórmula para alcançar resultados em projetos que detectam desperdícios no consumo de energia precisa combinar integração e simplicidade. Esses foram os insumos da solução desenvolvida pelos colaboradores da planta da Aperam South America, em Timóteo (MG), e da Viridis Soluções em Energia, uma spin-off com DNA brasileiro do grupo Vettas.

Em operação há cerca de dois anos, o sistema criado com a Viridis, baseado em internet das coisas (IoT, na sigla em inglês), é uma das ferramentas usadas pela Aperam para alcançar, até 2020, a meta global de sustentabilidade do Grupo Aperam. O objetivo é reduzir em 10% o consumo de energia em comparação aos resultados registrados em 2012 (13,56 giga joules por tonelada de aço - GJ / t). Segundo dados do Grupo Aperam, a meta foi estabelecida em relação a 2012 por ter sido considerado o ano de melhor desempenho.

O alvo é a redução do consumo de energia primária, que a empresa adquire externamente, como carvão vegetal, energia elétrica, gás natural, óleo combustível, óleo diesel e "gases do ar" (hidrogênio, nitrogênio e oxigênio). A solução desenvolvida em ritmo de co-inovação com a Viridis contribuiu para que a Aperam South America ganhasse a liderança no Projeto Global de Eficiência Energética, que o grupo começou a desenvolver em 2017.

O líder do projeto, o engenheiro metalurgista Luciano Miranda, responsável pelas ações de eficiência energética da Aperam e estudioso do tema há quase uma década, ressalta que o assunto está em discussão do grupo, de forma mais robusta, há cerca de cinco anos. "As iniciativas de economia de energia sempre existiram, porém, eram projetos isolados. Quando começamos a estudar o tema mais profundamente, percebemos que, se essas iniciativas não estivessem dentro de um contexto estruturado, corriam o risco de se perderem ao longo do tempo. A integração é fundamental", conta Miranda.

Para identificar os pontos de desperdício de energia ou o potencial para aumentar o consumo eficiente de energia primária e secundária, a solução roda com mais de dois mil medidores. A partir do monitoramento em tempo real, esses medidores estão aptos a gerar dados sobre produção dos equipamentos e comportamento das máquinas, sobretudo, com relação ao consumo energético. Thiago Turchetti Maia, diretor executivo da Viridis, diz que o sistema da Aperam faz análise crítica dos dados para antecipar problemas.

"A solução compreende 2.359 medidores, trabalhando em tempo real, em 1.251 equipamentos, rodando em IoT. Os dados são coletados, de diferentes sistemas, e tratados na sequência. Assim podemos entregar a informação necessária sob demanda de cada área. Seria impossível fazer isso manualmente", diz Maia.

MME / ASCOM .